



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO- PMPEDU
ORIENTADOR: PROF. DR. CÍCERO JOAQUIM DOS SANTOS
ALUNO: ERINALDO GUALBERTO DA SILVA

**CASA DA DIVERSIDADE CRISTIANE LIMA:
PRÁTICAS EDUCATIVAS COM MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM
JUAZEIRO DO NORTE-CE.**

CRATO - CE.

2025

ERINALDO GUALBERTO DA SILVA

**CASA DA DIVERSIDADE CRISTIANE LIMA:
PRÁTICAS EDUCATIVAS COM MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM
JUAZEIRO DO NORTE-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Práticas Educativas, Culturas e Diversidades, Sublinha: Gênero, Sexualidade e Diferenças nos processos educativos.

Orientador: Prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos.

CRATO – CE

2025.

ERINALDO GUALBERTO DA SILVA

**CASA DA DIVERSIDADE CRISTIANE LIMA: PRÁTICAS EDUCATIVAS COM
MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM JUAZEIRO DO NORTE-CE**

Aprovada em: 25 de fevereiro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof.: Dr. Cicero Joaquim dos Santos (Orientador)
Universidade Regional do Cariri - URCA

Prof. Dr. Francisco Francinete Leite Júnior (Membro Externo)
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEAO

Prof.^a Dra. Renata da Silva Barbosa (Membro Externo)
Universidade Regional do Cariri - URCA

Prof.^a Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz (Membro Interno)
Universidade Regional do Cariri - URCA

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Silva, Erinaldo Gualberto da

S586c CASA DA DIVERSIDADE CRISTIANE LIMA: PRÁTICAS
EDUCATIVAS COM MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM JUAZEIRO DO
NORTE-CE. / Erinaldo Gualberto da Silva. Crato - CE, 2025.

150p. il.

Dissertação. Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do
Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof. Dr. Cicero Joaquim dos Santos

1.Práticas Educativas, 2.Gênero, 3.Mulheres trans/travestis, 4.Casa da
Diversidade; I.Título.

CDD: 370

*Mais que nunca é preciso coragem,
é preciso ter esperanças para enfrentar o presente.
É preciso resistir e sonhar.
É necessário alimentar os sonhos
e caracterizá-los dia-a-dia
no horizonte de novos tempos humanos,
justos, mais solidários.
Marilda Yamamoto.*

AGRADECIMENTOS

Não restam dúvidas que para que pudesse chegar até aqui muitas mãos, vozes, olhares, afetos e renúncias tiveram que entrar em ação. Por isso ser grato se faz necessário neste momento.

Início agradecendo a Deus pelo dom da vida e por todo cuidado com que tem me conduzido.

Ao meu orientador o prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos, obrigado pelo olhar atento, a compreensão, leveza e paciência com que conduziu e orientou este trabalho, tenha certeza isso fez uma diferença enorme na minha trajetória.

Agradeço aos professores do Mestrado Profissional em Educação da URCA: Iara Araújo, Zuleide Queiroz, Laudeci Martins, Cícera Nunes, Clara Oliveira, Glauberto Quirino, Josier Ferreira, Adriana Alencar, Isabelle Luna, Marla Vieira, Dulcineia Loureiro, Francione Charapa, por toda partilha, troca de conhecimentos e dedicação durante as aulas.

Aos meus colegas de jornada, minha gratidão, tivemos tardes e noites incríveis, cheias de afeto, carinho, trocas e muito aprendizado.

Ao meu marido Warley Marques, por todo incentivo, companheirismo e paciência nesta jornada. Gratidão pelo apoio incondicional, por ser sempre guia, suporte e aconchego e por acreditar em mim até mais do que eu mesmo.

À minha família, pelo apoio e carinho para comigo durante toda a vida, vocês são essenciais na minha jornada.

À minha mãe Socorro Gomes Davi, que mesmo semianalfabeta sempre apostou na educação como caminho importante e necessário de transformação da vida e da realidade.

Ao meu irmão Erisvaldo e meu sobrinho Pedro Henrique, sei que posso contar sempre, obrigado.

A minha diretora e amiga Jane, gratidão por sempre me apoiar, acreditar e confiar, sua presença e incentivo me fizeram chegar até aqui.

À Idel, Zizi, Aninha, Davidson, Duarte, obrigado por entenderem meu processo e por sustentarem minhas ausências.

Aos meus colegas da EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho, vocês são parte dessa conquista. Com vocês aprendi sobre educação, mas também sobre afeto, cuidado e atenção.

Agradeço de modo particular as minhas amigas Heryka Abrantes e Monique Martiniano, seu incentivo, cuidado e carinho me ajudam sempre a seguir e buscar novos caminhos.

Minha eterna gratidão às mulheres Trans/travestis participantes desta pesquisa, que se dispuseram a falar sobre si, suas memórias e histórias. A vocês dedico este texto.

De modo muito especial agradeço a Casa da Diversidade Cristiane Lima, na pessoa da Coordenadora Brendha Alves Feitosa, por sua acolhida, dedicação e compromisso. Sua voz ecoa neste sertão na luta por justiça, direitos e dignidade, a você todo meu carinho e admiração.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente na produção deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação analisa a história de vida de mulheres trans/travestis atendidas na Casa da Diversidade Cristiane Lima, em Juazeiro do Norte, Ceará, e os processos educativos desenvolvidos por elas, a partir das narrativas dessas mulheres, no período de 2021 a 2024. Ao longo do texto, tentou-se responder alguns questionamentos: Quais os processos educativos a Casa da Diversidade Desenvolve? Como as práticas educativas impactam na construção da identidade e na vida de mulheres trans/travestis? Desta forma pretendeu-se entender como práticas educativas pautadas na e para a diversidade sexual e de gênero corroboram para uma educação como prática da liberdade. O estudo é qualitativo, utilizando como ferramenta metodológica a história oral de vida. A pesquisa dialoga com conceitos como Gênero, a partir de autoras como Judith Butler (2017) e Joan Scott (1994); Corpo e Sexualidade com Guacira Lopes Louro (2023), Berenice Bento, Thiffany Odara e Larissa Pelúcio (2014); Estilística da Existência, de William Peres e Lívia Toledo (2011). Discutimos ainda práticas educativas a partir de autores Paulo Freire (1996) e Vera Candau (2003). Como resultados, o estudo aponta que ainda são muitos os processos de preconceito e exclusão vivenciados por mulheres trans/travestis em seu cotidiano, mas que práticas educativas queer, que respeitam e valorizam a diversidade, são essenciais na construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. Por fim, a pesquisa apresenta o produto Educacional intitulado “Letramento LGBTQIAPN+: educação para a diversidade”, afim de contribuir com as instituições públicas, privadas e OSC, com a promoção de um tratamento digno à população LGBTQIAPN+, de modo particular as mulheres trans/travestis.

Palavras-Chave: Práticas Educativas. Gênero. Mulheres trans/travestis. Casa da Diversidade.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the life histories of trans women and travestis assisted by Casa da Diversidade Cristiane Lima, in Juazeiro do Norte, Ceará, and the educational processes developed by the institution based on the narratives of these women. The study is qualitative, using oral life history as a methodological tool. The research engages with concepts such as Gender, drawing from scholars like Judith Butler (2017) and Joan Scott (1994); Body and Sexuality with Guacira Lopes Louro (2023), Berenice Bento, Thiffany Odara, and Larissa Pelúcio (2014); and the Aesthetics of Existence by William Peres and Livia Toledo (2011). Additionally, we discuss educational practices through the works of Paulo Freire (1996) and Vera Candau (2003). Throughout the text, we seek to answer key questions: What educational processes does Casa da Diversidade develop? How do educational practices impact the identity construction and lives of trans women and travestis? Thus, the study aims to understand how educational practices centered on and for sexual and gender diversity contribute to education as a practice of freedom. The findings indicate that trans women and travestis still experience numerous instances of prejudice and exclusion in their daily lives. However, queer educational practices that respect and value diversity are essential for building a fairer, more plural, and inclusive society. Finally, the research presents an educational product titled "LGBTQIAPN+ Literacy: Education for Diversity," aiming to support public and private institutions as well as civil society organizations (CSOs) in promoting dignified treatment for the LGBTQIAPN+ population, with particular attention to trans women and travestis.

Keywords: Educational Practices. Gender. Trans Women/Travestis. Casa da Diversidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01: Fachada da 1º sede da Casa da Diversidade.....	28
Imagem 02: Placa na recepção da casa da diversidade, informando a aquisição de recursos para compra da sede da Casa.....	29
Imagem 03: Posse dos Membros do 1º Conselho Municipal de direitos LGTB de Juazeiro do Norte, Ceará, durante a posse.....	32
Imagem 04: Posse dos Membros do 1º Conselho Municipal de direitos LGTB de Juazeiro do Norte, Ceará durante a posse.....	32
Imagem 05: Roda de conversa na ABEMAVI.....	33
Imagem 06: Blitz educativa contra a LGBTfobia.....	33
Imagem 07: Print da Página do Instagram @maesepaisdadiversidade.....	37
Imagem 08: Publicidade do Mutirão Transforma.....	37
Imagem 09: Publicidade do Mutirão Transforma.....	37
Imagem 10: Publicidade do Mutirão Transforma.....	37
Imagem 11: Cartaz da 8ª Semana da Diversidade e 21ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+.....	40
Imagem 12: Cristiane Lima.....	45
Imagem 13: Catarina.....	49
Imagem 14: Túmulo comunitário no Cemitério Municipal São Joao Batista, Juazeiro do Norte, onde Cristiane Lima foi sepultada.....	56
Imagem 15: Sepultura 57, quadra E, no Cemitério Anjo da Guarda, em Juazeiro do Norte, onde hoje estão sepultados os restos mortais de Cristiane Lima, sendo que o Túmulo ainda se encontra sem identificação.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS

AADECHO - Associação de Apoio, Defesa e Cidadania aos Homossexuais

ABEMAVI – Associação Beneficente Madre Maria Vilac.

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

CNS – Conselho Nacional de Justiça

ENE – Educação não Escolar

GALOSC - Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana.

IST's – Infecções Sexualmente Transmissíveis.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binário.

RFB – Receita Federal do Brasil.

OSC – Organização da Sociedade Civil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Pedacos de mim e aproximação coma temática.....	15
1.2 Movimentos e deslocamentos: uma viagem pelos caminhos investigativos.	19
2. A CASA DA DIVERSIDADE CRISTIANE LIMA.....	30
2.1 Um espaço de construção de saberes.....	30
2.2 “Pelas horas que agora são”: A estilística da existência de Cristiane Lima.....	44
3. CAMINHOS INVESTIGATIVOS: GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE DE MULHERES TRANS/TRAVESTIS.....	62
3.1. Conceituando Gênero.....	62
3.2 Sexualidade e mulheres trans/travestis: um fazer-se e refazer-se.....	72
4. POR OUTRAS PRÁTICAS EDUCATIVAS/FORMATIVAS.....	98
4.1 Práticas educativas: construindo saberes.....	98
4.2 Mulheres Trans e Travestis: revisitando memórias.....	110
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
6. FONTES.....	122
7. REFERÊNCIAS.....	125
8. APÊNDICES.....	133

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história as sociedades humanas vêm elegendo padrões culturais, sociais, de comportamento e de subjetivação que tentam enquadrar os sujeitos dentro de estruturas fixas, rígidas, e colocam os que ousam fugir dessa estrutura à margem, excluídos, se não do convívio social total, mas das vivências e privilégios que porventura aqueles ditos “normais” possuem, ou seja, numa perspectiva cisheteronormativa.

Foucault (1988) lembra que o elo entre poder, saber e sexualidade, usado ao longo da história é a repressão, e que, portanto, para rompê-lo se faz necessário transgredir, suspender as leis, as interdições, sendo preciso restituir o poder real, visto que a eclosão da verdade é politicamente condicionada. E desta maneira, tais incursões de real, como por exemplo, a negação do gênero que é socialmente imposto, se apresenta como afronta aos modelos que são rígida e hierarquicamente estabelecidos. Ele compreende ainda a sexualidade como um dispositivo, tendo em vista que se inscreve no campo do poder e de um saber sobre ela construído e constituído ao longo dos tempos, e em cada época.

O dispositivo da sexualidade seria, portanto, um mecanismo no qual o corpo, o sexo e a sexualidade são construídos, sendo controladas, vigiadas, domadas, carecendo refletir quais corpos e sexos serão vigiados, uma vez que para ele a afirmação do corpo é uma forma essencial para a consciência de classe. (FOUCAULT, 1979).

Esta pesquisa se ancorou na Casa da Diversidade Cristiane Lima, em Juazeiro do Norte. Criada em 2021, com objetivo de acolher e proporcionar um espaço de escuta, diálogo, profissionalização, atendimento jurídico, psicossocial e de saúde da População LGBTQIAPN+ deste município. O público alvo desse estudo foi a população de Mulheres Trans e Travestis, assistidas pela Casa, numa perspectiva de analisar suas trajetórias e, processos educativos vividos.

Desta feita, para pensar estas questões, é preciso abandonar generalizações que se apoiam em um grande número de situações, para que se possa entender o que há de mais singular nas experiências estudadas, uma vez que lidamos com sujeitos que são únicos, singulares, e que cada experiência de

construção do ser trans é única, e precisa ser percebida nesta perspectiva. Pensando, portanto, não a transexualidade e a travestidalidade, mas as transexualidades e as travestilidades, visto que tais modos de sexuação são únicos, singulares e diversos (CÉSARES, 2014).

É justo que se questione por que eu, um homem cisgênero, branco e gay esteja propondo caminhar por uma seara da qual não posso, mesmo utilizando de toda empatia possível, experienciar na carne, no corpo, na pele as dores e as delícias da Transexualidade e da Travestilidade.

No entanto, me utilizo das considerações e reflexões de Marta Rovai (2021, p. 233) para dizer que este trabalho tem o intuito de “promover a construção conjunta de documentos resultantes da negociação com as entrevistadas (sujeitas e nunca objetos). Respeitando suas vozes na escrita (cuja assinatura autoral as carrega)”, emprestando os ouvidos e a atenção¹ a essas falas durante tanto tempo não ouvidas, apesar de gritadas, pois como lembra Djamila Ribeiro (2017, p. 37), “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”, e essa existência vem sendo negada a essas mulheres.

Reconhecendo o meu lugar de privilégio, e até onde posso caminhar, com respeito diante destas mulheres e suas histórias, é que me coloco numa posição de aprendiz, que ao ouvir suas histórias, memórias, dores e alegrias, lutas e conquistas, se coloca como cisaliado na busca por respeito, visibilidade e reconhecimento de suas existências. Junto portanto minha voz às vozes delas, com o intuito de “quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal” (RIBEIRO, 2017, p. 40) afim de garantir vozes outras que não as detentoras de poder/saber historicamente construídos e legitimados em detrimentos de outros.

Meyer e Soares (2013, p. 30) lembram que seja no âmbito acadêmico, seja nos vários campos da vida, falamos, pensamos e escrevemos a partir de determinados lugares, que são móveis e instáveis, “uma vez que se delineiam pela tessitura entre referenciais teóricas e interesses políticos, exigências

¹ Entendendo que essas mulheres possuem voz (não ouvida), e uma voz potente, que vem gritando ao longo do tempo em busca de direitos e espaços para toda comunidade LGBTQIAPN+, apesar das inúmeras tentativas de silenciamento.

acadêmicas e emoções”. Num entrelaçamento que nos mobiliza a olhar pra dentro e entender se nós escolhemos o nosso tema de pesquisa ou se foi ele que nos convocou, a partir das experiências e emoções que vivenciamos ao longo da vida.

Durante todo o processo da pesquisa me questionei (e fui questionado), sobre o meu lugar ou ainda o direito ou os motivos que me levaram a querer desenvolver tal pesquisa. Olhando para minha história de vida é que consigo encontrar eco para esses questionamentos.

1.1 Pedacos de mim e aproximação com a temática.

Nascido na metade dos anos 1980, e tendo vivido toda infância e início da adolescência no Sítio na zona rural da pequena cidade de Altaneira, no Sul do Estado do Ceará, com pouco mais de 6 mil habitantes à época, desde cedo me percebia uma criança diferente das demais, com gostos, vontades e comportamentos vistos como fora dos padrões estabelecidos para meninos e homens.

Apeguei-me nos estudos e na educação como um caminho necessário de salvação (fato que só entendo nos dias atuais). Apesar disso e de ser respeitado por me destacar em sala de aula, não passei ileso aos xingamentos e depreciação dos colegas que me chamavam de “bichina”, “viadinho”, que inicialmente eu nem sabia o que significava. Me apeguei na religião e na devoção como forma de “fugir” do que nem eu mesmo sabia.

No percurso da vida, fui atravessado, por três mulheres trans/travestis² que me marcaram. Falarei delas. A primeira ainda na infância e, início da adolescência, quando ingressei na 8ª série, no ano 2000. Aninha³ era seu nome. Travesti, preta, agricultora, com distorção idade/série, que era motivo de risos e desrespeito por muitos da escola. A primeira travesti que vi na vida. Me aproximei

² Termo usado por Marta Rovai, com o qual a partir daqui passarei a utilizar ao me referir às Travestis e às Mulheres Transexuais, uma vez que entre todas as entrevistadas ao serem questionadas sobre as diferenças entre as nomenclaturas, disseram não haver diferença, apesar de apontarem em certa medida que o termo Travesti estaria mais ligado às “meninas” que ganhavam a vida com a prostituição, numa visão estereotipada que discutiremos mais à frente.

³ O nome real foi trocado, afim de proteger sua identidade, bem como das demais entrevistadas que falarei aqui.

dela, com o intuito de “ajudá-la” a estudar, a aprender. Algo nela me fascinava: a liberdade de ser quem ela era (o que só entendi há pouco tempo).

Apesar de tentar ajudá-la a estudar, a “concluir os estudos”, eu a perdi. Perdi para a intolerância, perdi para o desrespeito, para a pobreza e necessidade de sair de casa para trabalhar, para viver e ser livre. Não tive mais notícias dela, mas a sua existência me marcou profundamente.

No ano de 2003 conclui a educação básica, e no ano seguinte ingressei no Seminário almejando ser Padre, num processo de fuga de mim, do mundo, do olhar dos outros. Sai, e em 2005 ingressei no curso de História da Universidade Regional do Cariri – URCA. Tornei-me professor no Ensino Médio.

Foi aí que me deparei com a Segunda Mulher Trans/travesti que atravessou meu caminho, minha vida, minha história. Amanda. Primeiro ano do Ensino Médio, iniciando o processo de transição corporal. Mais uma vez queria “salvá-la” pela educação. Me aproximei dela, tentei. Mas expulsa de casa, sem ter onde morar, recorreu a prostituição para comer, vestir, enfim, sobreviver. A escola naquele momento tornou-se um lugar não mais possível, pois as necessidades básicas não estavam supridas e desta forma não se podia suprir as necessidades do intelecto. Como lutar contra a fome, a violência familiar, a exclusão, a violação de direitos fundamentais e ainda a necessidade de adequar o corpo ao gênero? É caro. A inexistência de políticas públicas eficazes, o preconceito, e uma estrutura social que exclui, a levaram a abandonar a escola.

Mais tarde, no ano de 2013, ingressei no Curso de Psicologia. Precisava entender sobre a psique humana, sobre afetos, desejos, querereres. Precisava entender sobre mim. Foi lá que encontrei a terceira mulher Trans/travesti que atravessou e marcou a minha trajetória.

Foi no estágio no Núcleo de Assistência à Saúde da Família – NASF, na periferia de Juazeiro do Norte, que chega ao consultório uma criança de 12 anos, abandonada pela família, abrigada em uma casa de acolhimento para criança e adolescente do município. A atendi por algumas vezes. Ao longo do processo aparece a demanda da transexualidade, como sendo um indicativo de existência daquele sujeito. A partir dali, “morre” o jovem rapaz e nasce, na nossa relação uma jovem moça, que chamarei de Júlia, e que estava tentando entender o

turbilhão de sentimentos e pensamentos que passavam pela sua cabeça e as várias violências que sofria.

Ela relatou-me que fora atendida por um médico naquela unidade de saúde. Quando estava em busca de ajuda, ela havia falado seus sentimentos e dúvidas sobre sua transexualidade. Júlia narrou que ouvira do dito “profissional” que ela “virasse homem”, que aquilo era coisa do demônio. Ferido com tal absurdo acolhi Júlia no ambiente clínico e iniciamos o processo terapêutico de escuta das questões por ela levantadas sobre sua Transexualidade, e de sua identidade. O estágio acabou e não tive mais notícias de Júlia, mas sua existência mudou o rumo da minha história.

Foi a partir dessas três mulheres que me marcaram em momentos diferentes da minha vida, seja como adolescente descobrindo o mundo, seja como profissional percebendo as limitações e as possibilidades do meu fazer, que já na psicologia pesquisei, para o Trabalho de Conclusão de Curso a temática da travestilidade e da transexualidade (SILVA, 2017), continuando o interesse de pesquisa no Mestrado.

Ao adentrar ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA, deparei-me com a necessidade de entender os processos de construção, de motivação e de desenvolvimento da pesquisa. Minha história, desejos, desafios e interesses, pois compreendi que pesquisar também é implicar-se, é um ato político, que não pode ser dissociado da vida.

Ao iniciar as visitas à Casa da Diversidade, e participar de rodas de conversa, momentos de formação, palestras e aí por diante, pude observar as várias falas das mulheres trans/travestis e em especial o relato da forma como muitas vezes são tratadas pela academia, apenas como “objetos de estudo”.

Esse discurso aparece também quando do contato com algumas delas para entrevista quando obtive a seguinte resposta por meio de um aplicativo de mensagens:

Todos fazem pesquisa nesse intuito. Não vejo emancipação de nada. Só pesquisa ganham a nota, mas não lembram de efetivar, de garantir e efetivar os direitos da população LGBTQIAPN+. (...) Uso de nós travestis e transexuais como campo de pesquisa, tantas histórias no

Google no You Tube. De vivência enfrentamento. (Entrevistada A, 19 de julho de 2024)

Tal proposição trouxe uma reflexão acerca da forma como muitas vezes as pesquisas são conduzidas e como as pessoas que participam se sentem, ou ainda são tratadas. Lançou ainda sobre mim e o meu fazer um desafio gigantesco: o de atuar de forma ética, política e comprometido em realizar uma pesquisa que garanta um outro lugar, um outro olhar de visibilidade e respeito à população de mulheres Trans/travestis, e mais que isso, me lançou o desafio de ser um pesquisador militante. Desafio aceito.

Durante a realização das entrevistas, uma das questões levantadas era o que elas achavam de ter um homem cisgênero pesquisando sobre suas vidas e (r)existências e a Entrevistada R respondeu que:

Eu acho importante porque, eu acho que você como homem cis, você tá fazendo um trabalho perfeito porque você tá buscando saber um pouco mais do nosso mundo. Eu acho que se todos fizessem a mesma coisa que você tá fazendo hoje, eu acho que o mundo seria melhor, porque o preconceito passa... bate a partir das pessoas cis. Infelizmente aí, tipo: tem pessoas que não conhece o nosso mundo, acha que nosso mundo é um mundo só de prostituição de coisas ruins, mas o nosso mundo é um mundo tão bonito, é um mundo tão bom, que se eles soubesse a felicidade que a gente tem e a maioria não tem, depende de dinheiro pra ser feliz, e a gente não precisa de dinheiro para ser feliz nós. Então assim, eu acho importante sua posição, ó, uma pessoa hetera, uma pessoa cis, entendeu? Que tá contribuindo bastante. Eu tenho certeza que para onde você for, você vai levar coisas boas da população, não só das Trans (Entrevistada R, 23 de julho de 2024).

Participei de alguns momentos na Casa da Diversidade, onde pude ouvir, observar e conversar com as pessoas que são assistidas e que frequentam aquele espaço. Foi a partir daí que pude traçar o perfil das mulheres Trans/travestis que participariam da pesquisa.

Foram selecionadas mulheres que participam das atividades da casa de forma mais sistemática, com idades diferentes, profissões diferentes e tempo de participação e de vivência na casa também distintos, como forma de melhor entender as suas trajetórias e os impactos que a Casa tem em suas vidas.

Utilizei a História Oral como ferramenta teórico-metodológica, pois a entendo como Portelli (1996), como sendo a arte da escuta, que toma o passado como assunto, e que se baseia na troca de olhares, no diálogo que se dá entre entrevistador e entrevistado; na memória, na relação entre o tempo que o diálogo

ocorre e o tempo histórico que se vivencia durante o processo; na relação entre a História e as histórias; e na relação entre a fala da fonte e a escrita da comunidade historiadora.

Pretendo responder a seguinte questão: Quais e como processos educacionais foram/são vivenciados por mulheres trans/travestis atendidas na Casa da Diversidade, Cristiane Lima em Juazeiro do Norte - CE, bem como os efeitos de tais processos nas experiências dessas mulheres?

Para isso é importante descrever os caminhos teórico-metodológico adotados neste trabalho, como uma viagem percorrida, sem a intenção de chegada a um ponto final, mas percebendo o viajar, o percurso, o caminho e seus deslocamentos como relevantes neste processo.

1.2 Movimentos e deslocamentos: uma viagem pelos caminhos investigativos.

Realizar pesquisas ancoradas no pós-estruturalismo é perceber que as mesmas se organizam por movimentos e deslocamentos, como numa viagem, compreendendo e valorizando todo o processo e as práticas vivenciadas ao longo do caminho.

Meyr e Soares (2005, p. 42), pontuam que ao focalizar as lentes nos processos e práticas, que são múltiplas e conflitantes, nos colocamos diante da parcialidade do mundo que habitamos e nos “confrontam com nossas próprias incongruências”, o que não é tarefa fácil.

Este trabalho se situa no campo de pesquisas qualitativas, pois entendemos, que pensar o ser humano é adentrar a seara da subjetividade, da singularidade. Como lembra Adriana Barbosa Sales⁴

a pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico, prima pela compreensão do processo que envolve uma pesquisa, respalda a perspectiva dos sujeitos-participantes, dando-lhes voz, nessa

⁴ Travesti. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP, com a Tese intitulada: “Travestilidades e Escola em narrativas de alunas travestis”

perspectiva dialógica, e envolve alguns pressupostos da natureza humana. Procura interpretar os fenômenos sob a ótica dessas pessoas que fazem parte do contexto pesquisado. (2012, p. 54)

Esta escolha se dá por entender a pesquisa qualitativa como sendo responsável não apenas para produção de conhecimento ou à descobertas científicas - o que por si só já se justificaria – mas, por compreender que ela nos permite olhar além, e pensar um movimento que não só percebe a realidade, mas é capaz de transformá-la, seja na frente de batalha como pesquisador militante, seja lançando luz e abrindo questões sobre os temas pesquisados.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas as quais, por via da narrativa, percebemos as formas que os sujeitos vivenciaram a experiência de construção de suas identidades, bem como as vivências escolares, e os processos por elas gerados. As narrativas produzidas nesse percurso foram tomadas como um processo em que os sujeitos se colocam numa posição “permanente de experimentação de si” (SANTOS, 2010. p. 30), na medida em que o encontro do pesquisador com o pesquisado evoca lembranças e sentimentos que levam o sujeito a ressignificar momentos, afetos e desafetos.

Como lembra Santos (2017, p. 32), na mesma medida em que as fontes orais são singulares, e contemporâneas do tempo que se está estudando, “elas trazem à baila uma profusão de narrativas tecidas a partir do vivido, aprendido e transmitido, suas redes de relações, incorporações e negociações com os artefatos da cultura.” Uma vez que o que se narra sofre mediação e influência do presente e de toda a construção, vivências e experiências trazidas pelo narrador.

Deste modo ao se pretender trabalhar com as fontes orais, é importante compreender que diferentemente das demais fontes e documentos históricos, elas são “cociadas pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo” (PORTELLI, 2016, p. 10).

Entendemos, como lembra Santos (2017, p.33) que a fonte oral é construída,

no diálogo entre o pesquisador e o narrador (...), considerando as inquietações de quem pergunta, as vontades de quem responde, os silêncios, os tempos e as demais implicações que ocorrem no diálogo e na troca de olhares entre dois e/ou mais sujeitos.

Percebendo desta forma, as implicações e responsabilidades que se tem frente a construção/condução da pesquisa, uma vez que não se pode perder de vista que é a partir do encontro da subjetividade de quem pesquisa e dos sujeitos alvo da pesquisa, que se desvelam as memórias e narrativas.

Destarte, adotamos neste trabalho a ideia de sensibilidade, que como pontua Santos (2017, p. 27), é compreendida como uma forma de apreender o conhecimento para além das fronteiras do saber racional e científico, uma vez que “ela tem lugar nas sensações do corpo humano, despertadas como uma reação face ao vivido [...] um lugar especial para escrita histórica, que tenta compreender o que parece indizível”.

Os diálogos, experiências partilhadas, e as conversas na cozinha da Casa da Diversidade, regadas ao um bom café, durante os intervalos me possibilitaram ir percebendo o ambiente e ir me familiarizando com as mulheres trans/travestis que foram entrevistadas neste trabalho.

As considero coautoras desse trabalho, como o faz Thiffany Odara (2017) em sua pesquisa intitulada “Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação”, na perspectiva de que o material primordial parte de suas histórias de vida, memórias e experiências, captadas a partir das memórias orais gravadas perante o gravador.

Foi a partir da premissa de que a história oral não busca a verdade, mas os enredos e tramas das histórias e vidas, que esta pesquisa foi sendo desenvolvida. Pois como lembra Cardoso (2012, p. 40),

a História Oral não procura a “verdade” de como as coisas aconteceram, mas as particularidades, o enredo, a trama, aquilo que não se encontra em documentos, mas que os sujeitos viveram e atuaram. É como olhar para dentro de uma caixa de música, por exemplo, e ver como a engrenagem, que faz a bailarina se movimentar, funciona.

Inicialmente a ideia era entrevistar 10 mulheres trans/travestis, o que não foi possível, devido a algumas intempéries ocorridas no processo. Seja pela recusa de algumas delas em participar da pesquisa, dando justificativas de falta

de tempo, mesmo tendo me colocado à disposição para realizar no horário, dia e local que elas pudessem/desejassem, seja pelo fato de termos priorizado àquelas que estavam participando de forma mais ativa das atividades da casa, no período em que lá estivemos.

Foram entrevistadas 5 mulheres Trans/travestis, com idades entre 20 e 39 anos, residentes no espaço urbanos de Juazeiro do Norte, que participam de atividades educativas na Casa da Diversidade Cristiane Lima. Essa readaptação, no entanto, não comprometeu a qualidade da pesquisa, uma vez que as mulheres trans/travestis que foram ouvidas, trouxeram elementos importantes e fundamentais para entendermos não só as memórias individuais, mas também para compreendermos aspectos coletivos do grupo social que fazem parte.

Além delas, entrevistamos Brendha Alves Feitosa⁵, Mulher Trans, Assistente Social e Coordenadora da Casa da Diversidade Cristiane Lima desde a sua fundação, e Ronildo Oliveira⁶, Conselheiro Tutelar de Juazeiro do Norte, membro e fundador da Associação Beneficente Madre Maria Vilac - ABEMAVI, e da Associação Caririense de Luta Contra a AIDS, instituições que criaram a Casa da Diversidade.

Duas das entrevistadas, foram ouvidas em suas residências, na periferia de Juazeiro do Norte, e as outras três, na sede da Casa da Diversidade⁷, durante o mês de julho de 2024. Brenda foi ouvida na sede da Casa da Diversidade e Ronildo na sede da ABEMAVI⁸.

Marta Rovai e Gian Telles (2024, p. 147) lembram que quando a história oral se propõe ouvir os relatos de mulheres trans/travestis, ela contribui para “trazer à expressão consciente as vivências que embora sejam individuais, tratam da construção de uma consciência histórica coletiva das mulheridades e feminilidades plurais”.

⁵ Mulher Trans, Assistente Social, Coordenadora da Casa da Diversidade Cristiane Lima. Entrevista realizada em 22/11/2024.

⁶ Fundador da Associação Beneficente Madre Maria Vilac - ABEMAVI. Entrevista realizada no dia 22 de novembro de 2024, na sede da instituição, em Juazeiro do Norte.

⁷ Rua Princesa Isabel, Nº 1615, São Miguel, Juazeiro do Norte, CE.

⁸ Rua São Francisco, Nº 1485, São Miguel, Juazeiro do Norte, CE.

No processo de construção das entrevistas, utilizei um roteiro de entrevista semiestruturado, que serviu de fio condutor da conversa, sem, no entanto, aprisionar o diálogo, visto que o mais importante foram as narrativas livres das entrevistadas.

Foi, pois, importante está atento ao dito, mas também ao não-dito, as emoções e expressões que se apresentaram durante a escuta, uma vez que a fala, a linguagem não é capaz por si só de dar conta de toda a complexidade das memórias, experiências, emoções e sentimentos vividos pelos sujeitos, e que se presentificam quando são evocados à memória.

Santos (2005, p. 3) pontua que é preciso entender a história oral “como um método capaz de produzir interpretações sobre processos históricos referidos a um passado recente, o qual, muitas vezes, só é dado a conhecer por intermédio de pessoas que participaram ou testemunharam algum tipo de acontecimento”.

Ainda nesta perspectiva, Marta Rovai (2021, p. 237), ao se referir a produção das fontes históricas por meio da narrativa oral, em especial a escuta de mulheres trans e travestis, diz que essa construção se dá numa relação de afeto, na qual através do

diálogo, pelo reconhecimento da diferença e pela empatia se constitui não apenas uma fonte histórica, mas a potencialidade da relação intersubjetiva que procura por uma igualdade quanto ao direito de se dizer e pela cumplicidade na partilha das histórias, das imagens e dos sentidos expressos pela oralidade e pela performance do corpo, assim como um apelo ao reconhecimento dos danos que a sociedade cisheteronormativa (representada pela minha própria presença) inflige às vidas consideradas dissonantes.

As cinco mulheres Trans/travestis entrevistadas serão chamadas neste trabalho de T, R, A, N e S, como forma de resguardar suas identidades, respeitando o direito ao sigilo, conforme expresso no termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por elas assinado. Mesmo diante da fala da Entrevistada A, que disse ser importante que os nomes reais delas apareça, pois é também uma forma de garantir visibilidade e respeito, pois não é qualquer um falando, mas

sim alguém com nome e sobrenome⁹. Apresento agora as Entrevistadas deste trabalho.

A Entrevistada T, se apresenta como uma mulher trans negra de 34 anos, nascida em uma pequena cidade da região centro sul do estado do Ceará, que se mudou para Juazeiro do Norte, há 10 anos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Coloca que sua profissão é de recepcionista, tendo cursado a 2ª série do Ensino Médio, não tendo concluído a educação básica, mas pretende concluir no Centro de Educação de Jovens e adultos – CEJA. Solteira, atualmente sem trabalho, vive de programas sociais do Governo Federal, e de trabalhos informais realizados esporadicamente: “Às vezes faço um bico, faço uma unha. Também tenho... Como é que se diz? Formada em manicura, que foi justamente a Casa da Diversidade pelo Senac. Aí fiz o curso lá no Senac” (Entrevistada T, 18 de julho de 2014).

Apesar de não colocar explicitamente durante a entrevista, ela deixa entender que ainda recorre à programas para complementar a sua renda e conseguir se manter, apesar de não ir para a pista (pontos de prostituição), mas já tem uma lista de homens que a procuram.

Já a Entrevistada R se declara uma mulher trans de 39 anos, preta, estudante do 5º semestre de enfermagem, como bolsista, que conseguiu por intermédio da Casa da Diversidade. Solteira, atualmente está sem trabalho formal vivendo de trabalhos esporádicos. Ela mora com a mãe e um irmão.

Faço o figurino da fanfarra, aí eu vou pra casa da costureira, e de lá eu faço meus trabalhos manuais, que é a parte da moda, eu trabalho também com moda. Entendeu? Ah, meu dia a dia é isso. Hoje eu vivo dessas coisas.

Por enquanto eu vivo de figurinos, de cabelo, entendeu? Maquiagem também, eu faço também alguma maquiagem. Eu trabalho mais com esse tipo de coisa. Moda, beleza, né? A beleza e a moda, junta tudo. (Entrevistada R, 23 de julho de 2024)

Ainda neste campo das apresentações, trago a Entrevistada A, que se declara mulher trans parda de 29 anos, Umbandista, acompanhante - termo que ela utiliza para se referir à prostituição – pansexual, concluiu o Ensino Médio. Ela

⁹ Infelizmente esta fala da Entrevistada A, não ficou gravada, pois foi num momento em que ainda não havia ligado o gravador.

reconhece a sua condição de vulnerabilidade e as dificuldades enfrentadas diante do mercado de trabalho.

Economicamente falando, a minha renda é de muitas de nós, nós somos pessoas de vulnerabilidade social. Porque nós não temos aquele encaixe que deveria ter no mercado de trabalho. Aquela inclusão, aquele espaço que a gente busca. Muitos de nós não tem trabalho, não tem renda fixa, não tem emprego fixo. E muitas vezes a gente tem que se submeter a vender o corpo para poder a gente se manter. Porque o mercado de trabalho não dá essa oportunidade, não abre as portas. E a gente tem que buscar. Buscar de outra forma, infelizmente. (Entrevistada A, 19 de julho de 2024)

Desta maneira, já é possível perceber alguns marcadores sociais importantes como raça, gênero, classe social, como mecanismos constitutivos dos sujeitos e que delimitam os espaços sociais e econômicos por elas ocupados, não de forma natural, mas a partir de padrões de exclusão e segregação criados pelo sistema cisheteronormativo, patriarcal e capitalista.

Vale lembrar que os tais marcadores das diferenças não deveriam ser elementos de segregação, mas sim elementos de potencialidade e constituição das subjetividades¹⁰.

A quarta Entrevistada deste trabalho, é N, de 32 anos, negra, que se declara travesti, natural da cidade de Fortaleza. Ela viveu durante anos em abrigos para menores, visto que, segundo ela, a mãe não tinha condições econômicas e nem psicológicas de cuidar dos dez filhos que tinha. Casada¹¹, ainda diz sobreviver da prostituição, uma vez que adentrar ao mercado de trabalho é muito difícil, tendo assinado a carteira apenas uma vez na vida como empregada doméstica, quando tinha por volta de 18, 19 anos de idade. Ela sonha poder sair da rua, e encontrar um emprego formal que permita sobreviver sem recorrer a prostituição, pois segundo suas palavras: este é um lugar perigoso, um lugar de escuridão. Trabalhar a noite a torna uma criatura que sobrevive à noite.

A quinta e última Entrevistada é S, uma estudante de 20 anos, que cursa o 2º ano do Ensino Médio em uma escola de Tempo Integral em Juazeiro do

¹⁰ Aqui cabe explicar que a divisão da sociedade em classe precisa ser enfrentada. E não potencializada. Pois não existe um capitalismo bondoso e inclusivo. O capitalismo por só gera desigualdade, exploração, miséria.

¹¹ Apesar de não ser casada oficialmente, ela vive com um rapaz já há dois anos.

Norte. Quando a entrevista foi realiada, ela estava abrigada¹² da Casa da Diversidade, pois foi expulsa de casa por sua família. Se autodeclara mulher trans, negra, solteira. E ela vive de auxílios de programas sociais como o Bolsa Família e o Pé de Meia¹³.

Ao romper com padrões cisheteronormativos, se colocando no mundo a partir da criação de uma nova expressão de existência e de enfrentamento aos padrões impostos, os sujeitos dissidentes de gênero criam o que Peres chama de Estilísticas da existência. Conceito importante para demarcar os lugares que esses corpos dissidentes ocupam.

Nossa concepção de estilística da existência nos remete a pensar os(as) dissidentes das normativas de gênero heterossexuais como pessoas que criam suas existências como um continuum exercício de liberdade, como expressão dos efeitos de subjetivação singularizadores que permitem a eles(as) fazerem de suas vidas admiráveis obras de arte. (PERES E TOLEDO, 2011. p. 274)

A escuta dessas 5 mulheres trouxe à tona vários temas importantes para conhecer suas histórias de vida de forma individual, mas também como entender os processos e demandas coletivas, como por exemplo inserção no mercado de trabalho, exclusão social, vulnerabilidades, sobre o direito ao afeto, à vida e sobre a garantia de direitos.

Alessandro Portelli (2016), nos lembra ainda, da natureza dialógica da pesquisa em história oral, uma vez que ela não termina com a entrevista ou com a divulgação dos resultados, mas é necessário que ela encontre formas de ser útil à sociedade, e às pessoas envolvidas, num processo que ele diz ser de “restituição” e “disseminação”.

Além das entrevistas fiz uso de outras fontes para subsidiar este trabalho, como sites, jornais, rede social (Instagram), leis e resoluções nacionais, estaduais e municipais, dentre outras.

¹² A Casa da Diversidade não tem o objetivo de ser uma casa de morada para a população LGBTQIAPN+, mas em algumas situações emergenciais abriga pessoas que não tem onde ficar, até que encontrem.

¹³ Ambos são Programas do Governo Federal, sendo o primeiro para auxílio a pessoas e famílias de baixa renda e o segundo um auxílio financeiro para estudantes que estão cursando o Ensino Médio.

A partir da pesquisa realizada, das narrativas dos sujeitos participantes, foi produzido, um Caderno Didático Pedagógico voltado para formação de pessoas que atuam em Organizações da Sociedade Civil (OSC) e em outras instituições educativas não escolares, tendo como base os Princípios da Educação em Direitos Humanos, especialmente no que toca Direitos Humanos LGBTQIAPN+, como forma de contribuir com processos de inclusão, justiça social e respeito à diversidade sexual e de gênero e dignidade humana.

Pois como lembra Candau et. al (2013, p.43) a Educação em Direitos Humanos a partir de uma perspectiva histórica, traduz e carrega em si uma Utopia, na medida em que se converte "numa plataforma emancipatória em reação e em repúdio às formas de exclusão, desigualdade, opressão, subalternização e injustiça". Se tornando um processo urgente, necessário e capaz de mudar a realidade, seja no campo do indivíduo, seja no campo do social, promovendo o que ela chama da "pedagogia do empoderamento".

Pretendemos, portanto, criar mecanismos e dá subsídios, que possibilitem aos sujeitos e instituições condições de conhecer, e mais que isso, incorporar, a partir da problematização, debate e partilha desse conhecimento, transformações nas formas de ver e refletir sobre a sociedade, os sujeitos e a vida, de modo mais particular das mulheres Trans e Travestis. É uma iniciativa que tenta colaborar para a construção de um saber e um fazer que tem em suas bases a luta por respeito, dignidade, liberdade e iguais condições de existência.

Vale salientar ainda, no que diz respeito à pesquisa, a necessidade de um compromisso ético e a garantia da liberdade, dos valores, dos direitos, da confidencialidade e da dignidade dos sujeitos envolvidos, velando sempre pela integridade, respeito e segurança, numa relação pautada no diálogo entre os sujeitos.

Desta feita, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional do Cariri- URCA, e foi aprovada, seguindo todo cuidado e zelo que as pesquisas com seres humanos devem ter, conforme a resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Dito isto, apresento a forma como este texto está dividido, seus tópicos e subtópicos. A dissertação está dividida em três capítulos. No tópico 2, intitulado *A Casa da Diversidade Cristiane Lima*, falarei sobre a história e as memórias

sobre a instituição estudada desde a fundação até os dias de hoje, a partir de entrevistas com seus idealizadores e fundadores, dos documentos e notícias publicadas em jornais. Esse capítulo se divide em dois subtópicos da seguinte forma: O primeiro chamado “Um espaço de construção de saberes e identidades”, farei um recorte sobre a criação e os marcos legais que envolvem instituição estudada; o segundo subtópico intitulado “Pelas horas que agora são”: a estilística da existência de Cristiane Lima”, trarei a história da Travesti Cristiane Lima, que dá nome à Casa da Diversidade, utilizando a perspectiva da Estilística da Existência apresentada por Wiliam Siqueira Peres (2011).

No tópico 3, *Caminhos investigativos: Gênero, corpo e sexualidade de mulheres Trans/travestis*, apresentaremos conceitos de gênero, corpo e sexualidade, traçando um paralelo com as ideias de Performatividade e Precariedade. O tópico se divide em duas partes onde na primeira “Conceituando Gênero”, trago a conceituação acerca de gênero, utilizando de autoras como Berenice Bento, Joan Scott e Judith Butler; na segunda intitulada “Sexualidade e sujeitos trans: um fazer-se e refazer-se”, faço uma discussão acerca da ideia de corpo e sexualidade a partir da perspectiva de autoras como Guacira Lopes Louro, Berenice Bento, Thiffany Odara, Larissa Pelúcia, Marta Rovai, entre outras, trazendo os modos de subjetivação e de construção de corpos das mulheres trans e travestis, a partir da análise das narrativas construídas por essas mulheres.

No tópico 4: *Por outras Práticas educativas/formativas*, abordarei as práticas educativas/formativas desenvolvidas na Casa da Diversidade Cristiane Lima, de modo particular aquelas voltadas para a população de mulheres Travestis e Transexuais. Dividirei o tópico em dois subtópicos, sendo que o primeiro chamado de “Práticas educativas: construindo saberes”, onde abordarei as práticas educativas desenvolvidas pela instituição a partir dos documentos oficiais e da narrativa dos dirigentes da casa, e no segundo intitulado “Mulheres Trans e Travestis: revisitando memórias” farei a análise das narrativas dessas mulheres, suas memórias e histórias, e as implicações das práticas educativas nas suas trajetórias de vida.

Ainda como parte da pesquisa, foi elaborado como Produto Educacional, um caderno de orientações intitulado: “Caderno de Orientações Letramento

LGBTQIAPN+: educação para diversidade”, destinado para formação de pessoas que atuam de forma direta em Organizações da Sociedade Civil (OSC), bem como em instituições não escolares, baseado numa educação para os Direitos Humanos e a Cultura da população LGBTQIAPN+.

Pensando a partir de uma perspectiva Freireana, da práxis como mecanismo importante na construção de uma sociedade mais plural em que as diferenças sejam não só reconhecidas, mas valorizadas e respeitadas em suas singularidades e potencialidades.

2. A CASA DA DIVERSIDADE CRISTIANE LIMA.

“A casa da diversidade foi uma luz no fim do túnel, foi um gatilho que me puxou da onde eu tava, que era na escuridão, nas trevas”
(Participante N, 30 de julho de 2014).

2.1 Um espaço de construção de saberes e identidades.

Situada na periferia da cidade de Juazeiro do Norte, sul do Estado do Ceará, urbe marcada fortemente pela religiosidade e pela devoção aos Santos oficiais e não oficiais, de modo particular ao Patriarca da Cidade, o Padre Cícero Romão Batista, o “Padim Ciço”, a Casa da Diversidade Cristiane Lima, é um espaço de acolhimento, luta e sociabilidade para a população LGBTQIAPN+.

A referida casa vem atuando como espaço de socialização, formação, profissionalização e acolhimento para pessoas que rompem com o padrão cisheteronormativo, e que em muitas situações são colocadas numa condição de vulnerabilidade, precariedade e de negação de seus direitos fundamentais, seja na família, na escola, no mercado de trabalho e em outras instituições sociais.

Ela foi inaugurada em 30 abril de 2021, a partir de duas associações, a Associação Beneficente Madre Maria Villac – ABEMAVI¹⁴, e da Associação Caririense de Luta contra o HIV/AIDS¹⁵, conforme informações do Mapa Cultural do Ceará, da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Coordenada desde a sua fundação por Brendha Vlasack, mulher trans, Assistente Social, a Casa vem sendo local de convivência, que tem como objetivo ofertar atendimento nas áreas da educação, saúde, defesa de direitos, cultura, lazer e empregabilidade das pessoas LGBTQIAPN+.

¹⁴ <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/21502/>

¹⁵ <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/38116/>

O primeiro endereço era de uma casa alugada na Rua do Cruzeiro, Nº 1623, esquina com Av. Carlos Cruz, no bairro São Miguel em Juazeiro do Norte. Na imagem abaixo observa-se a fachada da primeira sede, na qual é possível enxergar um desenho colorido estampando a imagem de Cristiane Lima que dá nome à casa.

Imagem 1. Retirada do Instagram da Associação Caririense de Luta Contra a AIDS publicada 01 de maio de 2021.



A sede que abriga a Casa da Diversidade nos dias atuais foi conquistada em junho de 2022, pela Associação Caririense de Luta contra a AIDS, através de recursos arrecadados com o Programa Novos Destinos da Receita Federal, por meio da doação de mercadorias para realização de um bazar beneficente¹⁶, conforme indica uma placa afixada na recepção da Casa, e que pode ser observada na imagem abaixo.

¹⁶ Pode-se visualizar também na notícia veiculada no site da SEFAZ Ceará no site: <https://www.sefaz.ce.gov.br/2021/06/29/sua-nota-tem-valor-beneficia-instituicao-que-atende-populacao-lgbtqia/>

Imagem 2: Produzida pelo autor em 22 de novembro de 2024.



O referido Programa tem o “objetivo de promover a destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na forma de doação às Organizações da Sociedade Civil (OSC)” (RECEITA FEDERAL. SRRF03 Nº 481), comprometidas com educação, saúde, cultura e preservação do patrimônio, segurança alimentar, promoção do voluntariado, defesa dos direitos humanos, entre outros. Requisitos que foram plenamente atendidos pela Casa da Diversidade por meio da OSC, Caririense de Luta Contra a AIDS.

De acordo com o Mapa Cultural da Secretaria de Cultura do Ceará, a Caririense contra a AIDS, foi fundada em setembro de 2010, e registrada em 2013, tem como finalidade desenvolver ações que promovam a cidadania, os direitos humanos, a ética e o combate as infecções sexualmente transmissíveis - IST's, bem como promoção de direitos e assistência às pessoas que vivem com HIV/AIDS.

Já a Associação Beneficente Madre Maria Vilac - ABEMAVI, que também é criadora e mantenedora da Casa da Diversidade, foi criada e registrada em 2009, desenvolve trabalhos com populações vulnerabilizadas socialmente, como mulheres, crianças, idosos, população LGBTQIAPN+, no campo da cultura,

educação, promoção da saúde, segurança alimentar e defesa dos direitos humanos¹⁷.

As duas instituições têm caráter filantrópico e vivem de doações de pessoas jurídicas e físicas, e de editais que são submetidos ao poder público quando este os oferta, como por exemplo o programa “Sua nota tem valor”, da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, conforme notícia publicada em 29 de junho de 2021, no site da própria SEFAZ-CE, em matéria escrita pela jornalista Natália Coutinho, que diz:

No mês que se celebra o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, a Associação Beneficente Madre Maria Villac (Abemavi) fortalece a luta por visibilidade, direitos e respeito à diversidade humana. Ela é uma das instituições beneficiadas pelo programa Sua Nota Tem Valor, da Secretaria da Fazenda (Sefaz-CE), e já recebeu um total de R\$ 84.881,88. Recursos que são destinados para as diversas ações da entidade, entre elas, atendimento psicossocial, de saúde e jurídico para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou travestis, queers, intersexuais, assexuais e outras identidades de gênero da Região do Cariri

O trabalho desenvolvido junto à população LGBTQIAPN+, começa a acontecer ainda em 2009, pela ABEMAVI, de forma acanhada, uma vez que naquele início, esse público não era o foco principal da instituição.

Batista (2024), pontua que foi em 2014 que os trabalhos da ABEMAVI junto à população LGBTQIAPN+, ganhou força com a criação da 1ª Semana da Diversidade, que antecedeu a “Parada Gay¹⁸”. A semana foi criada com o intuito de ser um espaço de afirmação das identidades, e de construção coletiva das lutas e demandas dessa população.

A ABEMAVI, assume o espaço político de organização do movimento LGBTQI+, por conta das lacunas deixadas por outras instituições que durante alguns anos assumiam esse papel, como a Associação de Apoio, Defesa e Cidadania aos Homossexuais – ADEECHO, criada em 2002, e o Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri – GALOSC, criado em 2009. (BATISTA, 2024).

¹⁷ <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/38116/>

¹⁸ Inicialmente chamada de Parada Gay, esse movimento ganha um novo nome a partir da luta dos movimentos sociais e identitários agregando outras dissidências de gênero e sexualidade, passando hoje a se chamar Parada da Diversidade.

Conforme a Coordenadora da Casa da Diversidade Brendha Vlasack, ao se colocar na dianteira desses movimentos a ABEMAVI passou a atuar na articulação de construção de políticas públicas e de uma legislação municipal para garantia dos direitos da população LGBTQIAPN+.

Vlasack, diz que esta instituição foi a responsável pela proposição do Projeto de Lei que instituiu a criação do Conselho Municipal LGBT:

Sendo ela também, a ABEMAV, autora de um projeto de advocacy, em criar o primeiro conselho municipal de direito, né? LBGT, do interior do estado do Ceará. E no Ceará foi o primeiro conselho, né? Então a ABEMAVI e a Caririense de luta contra a AIDS, ela está presente em todos os conselhos de direito por, né, saber que é o nosso papel de forma paritária com o governo, né, identificar as demandas sociais, que somos nós de um terceiro setor que identificamos através do controle social. Então a ABEMAV ela é, né, idealizadora através desse projeto por criar esse Conselho Municipal de Direitos LGBT com deliberação, proposição e fiscalização de políticas públicas. (Brendha, 22 de novembro de 2024)

A ABEMAVI, ganhou notoriedade, visibilidade e reconhecimento para uma parte da população LGBTQIAPN+ de Juazeiro do Norte, realizando uma série de ações voltadas para a promoção, construção e implementação de políticas afirmativas LGBTQIAPN+.

Em 2013, foi aprovada e sancionada pelo então prefeito Raimundo Macedo a Lei Municipal Nº 4257, de 23 de outubro de 2013, que institui o Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Juazeiro do Norte, o primeiro do Estado do Ceará.

Conquista importante para garantia de direitos que só foi de fato efetivada em 2015, quando durante a Semana da Diversidade daquele ano, tomou posse o Primeiro Conselho, como lembra Ronildo Oliveira:

E nós conseguimos em 2013 aprovar o primeiro Conselho. 2013 não funcionou, só foi aprovada a lei. E ela só vai de fato sair do papel em 2015. Nós passamos um ano o conselho inativo porque não entendiam, não sabia por onde começar. E aí eh eh... a gente começa a fomentar 2015 quando a gente iniciou a Primeira Semana da Diversidade. Então o coroamento da primeira Semana da Diversidade 2015, (...) foi a posse do Primeiro conselho. (Ronildo, 22 de novembro de 2024)

Abaixo temos duas fotografias da posse do 1º grupo que formou o Conselho Municipal de Direitos LGBT de Juazeiro do Norte, retiradas da página

do Facebook intitulada “Arquivar Memória LGBTs Cariri¹⁹”, e de representantes de outros militantes da região que participaram do ato.

Imagens 3 e 4. Retirada da página do Facebook intitulada “Arquivar Memórias LGBT do Cariri”.



Segundo Ronildo Oliveira, o trabalho que a ABEMAVE e a Caririense passaram a desenvolver junto a população LGBTQIAPN+, e a procura constante por parte dessa população pelos atendimentos oferecidos por estas instituições, criaram a necessidade de um espaço próprio, que fosse capaz de melhor atender o volume crescente de ações e necessidades que esta população apresentava.

No início começamos grupos, depois começamos a ofertar uma assessoria jurídica que a gente viu que as pessoas precisavam dessa assistência. Depois vai chegando serviço social e outros serviços para ofertar a população LGBT. Chegou um ponto em que 2021 ali no auge da pandemia a população LGBT chega de muita aqui na casa, né? (Ronildo Oliveira, 22 de novembro de 2024)²⁰

Neste contexto que surgiu a Casa da Diversidade Cristiane Lima, como local de suporte, acolhimento, organização, educação e promoção de direitos e dignidade à população LGBTQIAPN+.

¹⁹ <https://www.facebook.com/profile.php?id=100069676428405&sk=photos>

²⁰ Fundador da ABEMAVI. Entrevista realizada no dia 22 de novembro de 2024, na sede da instituição, em Juazeiro do Norte.

Uma das assistidas da ABEMAVI, foi a mulher trans Cristiane Lima, que chegou na casa como assistida, mas logo passou a ser também voluntária e depois membro da diretoria da associação.

Nas imagens a seguir, podemos ver a presença de Cristiane em dois momentos distintos na Associação. Na primeira como assistida, participando de uma roda de conversa, de shorts preto e blusa café segurando sua bengala Catarina, e na segunda como militante em uma blitz educativa contra a LGBTFOBIA, na Rua São Pedro, no Centro de Juazeiro do Norte, posicionada no centro da faixa.

Imagens 5 e 6. Retiradas da página do Instagram da ABEMAVI.



34 1

abemavicariri 28 de Junho _ Dia do Orgulho LGBT.
Arraiá da Diversidade,
Roda de Conversa Orgulho de Ser LGBT e Lançamento da 5a
Semana da Diversidade de Juazeiro do Norte na Sede da
ABEMAVI.



30 1

abemavicariri 17 de Maio Dia Internacional de Combate à
Lgbtobia.
Blitz Educativa na Praça Padre Cícero. "Nossa luta é todo dia
contra todo Preconceito e LGBTFOBIA."

Durante a entrevista realizada com Ronildo, ele afirmou que durante a pandemia do COVID-19, a ABEMAVI realizou uma campanha e conseguiu alugar e mobiliar uma casa para Cristiane, que veio a falecer logo em seguida. Mas aquela experiência, despertou nos integrantes da instituição a ideia de criar um espaço de acolhimento à população LGBTQIAPN+, em situação de vulnerabilidade, indo ao encontro da necessidade de um espaço que melhor comportasse as ações destinadas a essa população.

E com o óbito da Cris, a gente se pegou assim, vamos pegar essas coisas dela e vamos transformar essa casa em tipo uma república para acolher a população LGBT. Só que a gente viu ... que a gente sabe que teria que ter mais estrutura, teria que ter como manter a água luz e tal. Então, deixa... uma parte das coisas dela a gente doou, outra parte a gente guardou, pensando sempre nisso. E aí a gente em 2021 a gente começa a desenhar a Casa de Diversidade Cristiane Lima, não como república, não como casa de apoio, mas como a casa de acolhimento, assistência, encaminhamento, convivência. (Ronildo)

Desta feita, a Casa da Diversidade Cristiane Lima nasceu como um braço de atuação da ABEMVI e da Caririense de Luta contra a AIDS, como forma de garantir um atendimento adequado e mais próximo à população LGBTQIAPN+, uma vez que as instituições supracitadas trabalham também com outros públicos vulnerabilizados.

Porém, quando a ABEMVI, viu que na associação, além de atender todos esses públicos, tava a associação se encontrava um espaço pequeno, (...) ela viu a necessidade de criar um lugar próprio, né, que atendesse de forma qualificada, humanizada, com sensibilidade para essa população LGBTI+ (Brendha, 02 de fevereiro de 2024)

Batista (2024, p. 82) pontua, que como todos os movimentos de luta por direito das populações vulnerabilizadas, a Casa da Diversidade, sofreu e sofre críticas e questionamentos sobre a sua relevância e atuação, mas “diferentemente dos grupos anteriores, a exemplo da AADECHO e GALOSC, a ‘Casa da Diversidade Cristiane Lima’ encontrou um terreno pacificado, com um movimento atuante e organizado do ponto de vista político”.

As bandeiras defendidas pelo movimento LGBTQIAPN+ de décadas atrás, continuam sendo levantadas, pois os problemas e vulnerabilidades que atingem esta população continuam existindo – preconceito, discriminação, invisibilidade de seus corpos, violência, falta de oportunidade no mercado de trabalho. Esta última muitas vezes transforma a prostituição numa condição de sobrevivência. No entanto os grupos e organizações do passado, construíram um terreno que permite que os movimentos hoje consigam avançar nas suas pautas, e passem a demandar muito mais do que apenas políticas assistencialistas, como avancem na garantia e efetivação de direitos e de políticas públicas efetivas para atender essas demandas.

É neste contexto, de organização do movimento e de articulações da Casa da Diversidade junto às OSC, coletivos e movimentos, que o poder público é tensionado e outras leis foram propostas e aprovadas, como por exemplo a Lei Nº 5296, de 17 de maio de 2022, chamada Lei Cristiane Lima, que estabelece a obrigatoriedade de cotas para o ingresso de pessoas trans e travestis no serviço público municipal em cargos efetivos e temporários.

Art.1º Todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Juazeiro do Norte ficam obrigados a disponibilizar, em seus quadros de cargos efetivos, através de concursos públicos, seleções de temporários, e estágios remunerados, o limite mínimo de 3% (três por cento) das vagas para pessoas trans e travestis.

§1º Para os efeitos desta lei, consideram-se pessoas trans e travestis aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando de seu nascimento, a partir do critério da auto declaração. (JUAZEIRO DO NORTE, Lei Nº 5296, de 17 de maio de 2022)

Além de toda a luta por direitos e políticas públicas, a Casa da Diversidade também atua em parceria com várias instituições, e há 3 anos vem ofertando uma série de serviços gratuitos com o intuito de garantir abertura no mercado de trabalho e na garantia de direitos da população LGBTQIAPN+.

Então, a Casa da Diversidade, ela é situada aqui em Juazeiro do Norte, fundada há 3 anos atrás, com essa necessidade: de ofertar serviços e atendimentos gratuitos à população LGBTQIAPN+ no âmbito do serviço social, da assessoria jurídica, de enfermagem, de psicólogos, além das parcerias com os nossos aliados, que é o sistema S, com o SESC, com o Senac, qualificando o currículo e profissionalizando a população LGBTQIAPN+, no tocante especial da população de travestis e transexuais, né, para que essas pessoas possam ser inseridas em um mercado de trabalho que nos exclui a todo tempo, a toda hora, negando a nós o direito de ter um trabalho com a CLT, com carteira assinada. (Brendha, 22 de novembro de 2024)

A atuação da casa ultrapassa os limites geográficos da cidade de Juazeiro do Norte, uma vez que acolhe sujeitos oriundos de várias cidades da região do Cariri cearense, e também de estados próximos, que acorrem à casa em busca de ajuda, acolhida e suporte.

Conforme entrevista realizada com a Coordenadora da Casa da Diversidade, em 02 de fevereiro de 2024, existem mais de 100 pessoas

Transexuais cadastradas que em algum momento já foram ou ainda são atendidas pela Casa. Observamos, no entanto, que essa população é flutuante, ou seja, nem todos participam de forma sistemática das atividades realizadas. Já o cadastro realizado é de todos que em algum momento passaram por aquele espaço, e não necessariamente que todos tenham participado ativamente das ações propostas.

Abaixo segue uma tabela com uma média da população que passa mensalmente pela casa:

Quadro 1. Produzida pelo autor em 2023.

População LGBTQIA+	Em torno de 200 pessoas atendidas por mês.
População Trans	Em média 100 pessoas mês.
Mulheres Trans e Travestis	Em média 30 Mulheres por mês.

Não conseguimos acesso aos dados oficiais do quantitativo de pessoas atendidas pela Casa da Diversidade, sejam aquelas que buscam o serviço de forma esporádica, sejam daquelas que utilizam de forma sistemática tais serviços.

A Casa abriga ainda outros coletivos, como por exemplo “As mães e pais da diversidade”, formado por pais e mães de pessoas LGBTQIA+, que se reúnem na casa sistematicamente, como um grupo de apoio às causas da população, mas também de acolhida e orientação aos pais e mães dessa população, que buscam ajuda e que somam na luta contra a LGBTfobia.

Na página do Instagram, com o endereço “@maesepaisdadiversidade”, o coletivo se apresenta com a seguinte descrição: “somos um coletivo de mães, pais e familiares de LGBT’s, que se apoia para melhor acolher seus filhos e lutar para defender seus direitos”. A seguir temos a imagem da página:

Imagem 07, Print do Instagram/2025.



Em busca do reconhecimento de direitos, a Casa da Diversidade, juntamente com outras instituições e coletivos LGBTQIAPN+ do Cariri, participa como apoiadora e parceira da Defensoria Pública do Estado do Ceará no Projeto “Defensoria Transforma”, mutirão de retificação de nome e gênero de pessoas Trans/travestis.

Imagens 8, 9 e 10. Publicadas no Instagram da casa da Diversidade, 2024.



A casa oferece uma série de outros serviços, como: Assessoria Jurídica; Serviço de Assistência Social; encaminhamentos para equipamentos e serviços públicos; apoio e atendimento Psicológico, testagens de Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST's; rodas de conversas sobre prevenção, direitos empregabilidade, saúde, educação; distribuição de alimentos; e até mesmo abrigo a pessoas vítimas de violência e que necessitem de forma temporária de um lar.

E hoje, quando a gente encontra, eh, através de, de situações emergenciais, nós acolhemos como nós temos um adolescente aqui acolhida hoje, porque a família botou para fora. E a gente não, para não deixar ela na rua. (...) Uma menina trans daqui agora. Vai pra segunda semana que o pai não quis saber dela por conta de uma mulher, quando a mãe não quis saber dela por conta de um padrasto. E a avó não quis saber dela por conta do tio que tinha outra mulher. E dentro de casa não aceitou e ela foi posta para fora. (Brendha,,02 de fevereiro de 2024)²¹

Megg Rayara Gomes de Oliveira²² (2017, p. 120), pesquisadora Travesti, pontua que a norma cisheteronormativa, provoca o isolamento dos sujeitos

²¹ Entrevista realizada em 02 de fevereiro de 2024, na Casa da Diversidade Cristiane Lima, Juazeiro do Norte, Ceará.

²² A partir daqui sempre que for citar uma mulher Tans/Travesti, usarei o nome completo como forma de destacar a produção acadêmica dessas mulheres, historicamente silenciadas, distinguindo da produção de pessoas cisgêneras historicamente privilegiadas. Primeira Travesti negra Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPA) com a Tese: "O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação". <https://primeirosnegros.com/megg-rayara/>

inclusive dentro de suas famílias e que “desde muito cedo, o gay afeminado, o viado e a bicha enfrentam sozinhos situações de violência”

Assim, é possível perceber que a Casa da Diversidade, tem contribuído muito para a garantia de efetivação de direitos da população LGBTQIAPN+, bem como para a oferta de serviços que muitas vezes são negados a esses sujeitos em especial as pessoas Trans.

E a casa sempre nos deu esse acesso, de a gente ser bem acolhido, de a gente estar bem representado. Hoje é muito importante, porque ela me acolhe muito, sabe? Os profissionais que tem aqui me ajudam muito. É muito importante essa parceria. Porque aqui eu trato da minha saúde mental psicóloga, com o profissional da psicologia. Do enfermeiro, quando eu preciso de um teste, quando eu preciso do jurídico, o advogado, quando eu preciso do social, do serviço social. A importância, ela é muito importante pra mim, a Casa da Adversidade. (Entrevistada A, 19 de julho de 2024)

As OSCs, agem justamente nas situações em que as políticas públicas de seguridade e de garantia de direitos falham. A casa realiza um trabalho junto à população LGBTQIA+, porque não há políticas de acolhida e proteção a essa população vulnerabilizada, em especial as mulheres Trans/travestis, que vítimas de violência dentro e fora da família se veem abandonadas a própria sorte.

Além de todos esses serviços a casa, em parceria com empresas privadas, oferece cursos profissionalizantes como maquiagem, confecção de bolsas, atendente, recepcionista, informática básica, culinária, manicure, entre outros. Brenda aponta que

[a] Casa da Diversidade, além dos serviços que ela oferece de forma gratuita, ela quer né, empoderar essas pessoas. Ela quer dar a dignidade, o bem-estar, a justiça social, a inclusão social dessas pessoas viverem com equidade dentro de uma sociedade que nos coloca à margem todos os dias, nos matando socialmente primeiro, negando todas as políticas públicas. (Brendha, 22 de novembro de 2024)

Outro trabalho importante de atuação da casa é no que diz respeito a busca por parcerias na área da educação, seja educação básica, seja a educação superior. Brendha fala da importância das parcerias neste campo:

Nesta busca por parcerias e melhorias na condição de vida da população LGBTQIA+, a Casa foi contemplada com 3 bolsas de

estudos da Universidade Norte do Paraná – Unopar, onde três mulheres Trans/travestis, já estão cursando o 5º semestre de enfermagem.

Atualmente a Casa também é responsável por organizar e realizar junto com a ABEMAVI a Semana da Diversidade, que em 2024 está na sua 8ª edição, e a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de Juazeiro do Norte, que está na sua 21ª edição. A referida Parada se tornou Patrimônio Cultural de Juazeiro do Norte, a partir da Lei Nº 5752, de 10 de setembro 2024, que declarou “a Parada do Orgulho LGBTQ+ de Juazeiro do Norte como Patrimônio Cultural Imaterial do povo Juazeirense”.

Imagem 11: Retirada do Instagram da Casa da Diversidade (2024)²³.



É importante ressaltar que o trabalho que a Casa da Diversidade realiza, ultrapassa os muros físicos que a delimitam, e vai ao encontro às necessidades mais básicas e urgentes da população por ela assistida. Mas também bate à

²³ É importante salientar que apesar do cartaz ter sido publicado a Parada não aconteceu.

porta de empresas e instituições levando conscientização, informação, e contribuindo para que as mudanças que a sociedade necessita aconteçam.

Uma das questões levantadas pelos dirigentes da Casa, é a necessidade de parcerias e investimentos, que permitam continuar desenvolvendo os trabalhos que já realiza, e mais que isso, ampliar os serviços, uma vez que, segundo os dirigentes da instituição, as demandas aumentam a cada dia, e não há investimento do poder público, seja municipal, estadual ou federal para garantia desses serviços que são ofertados gratuitamente.

1.1 “Pelas horas que agora são”²⁴: A estilística da existência de Cristiane Lima.

Quanto vale uma vida? Quem tem o direito de viver, de existir? Quais corpos são dignos de luto e de luta?

Ao iniciarmos esse tópico com esses questionamentos o fazemos na perspectiva de construir um espaço de reflexão acerca dos corpos e sujeitos que podem e que são socialmente aceitos e daqueles que são abjetos, numa tentativa de destituí-los completamente de sua condição de existência.

Judith Butler (2015, p. 32) em seu livro “Quadros de Guerra: Quando a Vida é Passível de Luto?”, traz à reflexo os corpos que são dignos de luto e assim sendo dignos de vida, e coloca que

Sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Em seu lugar, 'há uma vida que nunca terá sido vivida', que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida.

Pensar as existências Trans/travestis, é se deparar com possibilidades de existência, numa estilística única, singular, de vida, alegria, plumas e paetês.

²⁴ Jargão atribuído a Cristine Lima tanto por Brendha Vlasack quanto por Ronildo Oliveira.

Mas também de vulnerabilidade, segregação, precariedade, discriminação e violência.

Nascida em 30 de abril de 1962, Cristiane Lima sofreu as dores de ousar romper com os padrões cisheteronormativos, e se permitir ser quem ela era, fato que provocou uma série de violências sofridas ao longo da vida.

Pobre, preta, gorda, soropositiva e travesti, carregava no corpo as marcas e cicatrizes provocadas pelo olhar social, lançado às pessoas que pela própria condição de existência, povoam uma zona inóspita, do inabitável, destinada àquelas e aqueles que não gozam do status de sujeito. E é neste lugar, que o sujeito é construído, ou se constrói, por meio da força que encontra mesmo tendo sido lançada na exclusão, na abjeção (BUTLER, 20).

Como ainda se apresentam, socialmente falando, os corpos de sujeitos transexuais e travestis são vistos como transgressores e não adequados ao espaço de disciplina uma vez que tais corpos não se enquadram dentro dos modelos estabelecidos. São corpos sem utilidade, visto que infringem as normas vigentes, quando tentam através da inversão do corpo “se fazer reconhecer pelo outro na sua condição de ser sexuado” (TEIXEIRA, 2014).

Se ser Trans/travesti nos dias atuais é arriscado – por conta de toda violência, segregação e discriminação sofrida, haja vista ser essa a população que mais matam no Brasil, com uma expectativa de vida de 35 anos - imaginemos viver essa existência na década de 1970, no interior do Estado do Ceará, diante de todas as questões anteriormente apresentadas (BENEVIDES, 2023).

De acordo com o *Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024*, divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, o Ceará está na terceira posição, do cruel ranking dos estados que mais matam pessoas trans (BENEVIDES, 2025).

O Dossiê denuncia ainda, que considerando dados absolutos, dos estados mais mataram pessoas trans entre os anos de 2017 e 2024, o Estado do Ceará figura como o segundo que mais mata pessoas trans no Brasil. Esse dado é alarmante, pois escancara a brutalidade e transfobia que essa população vivencia todos os dias (BENEVIDES, 2025)

Quando se pensa no quesito idade, o Dossiê aponta que ele continua sendo um dos marcadores mais assustadores uma vez são jovens entre 15 e 29 anos de idade, e que há uma repetição desses dados ao longo do ano, o que demonstra um processo de normalização dessas violências (BENEVIDES, 2025).

Cristiane Lima foi expulsa de casa aos treze anos de idade, por não se enquadrar nos padrões a ela impostos, e por carregar a marca da negação de um sistema que pretende obrigar os sujeitos a se colocarem dentro de modelos vistos como normal, coerente, justo, mas que na verdade se coloca como um imperativo de manutenção de um status de poder de um grupo sobre os outros.

Como lembra Peres e Toledo (2011, p. 267), devido a discriminação que os “dissidentes de gênero sofrem”, em especial as mulheres trans/travestis, acabam não frequentando a escola, nem conseguindo um emprego. Como indicam, “no caso das travestis, muitas são empurradas para a marginalidade, recorrendo à prostituição para sobreviver, compondo um imaginário que naturaliza a associação das travestis com a prostituição”.

E foi na prostituição que durante muito tempo Cristiane encontrou saída para sua sobrevivência. Viveu em vários estados brasileiros, em busca de aceitação e dignidade.

No entanto, é importante ressaltar que para além da prostituição ela também foi artista, carnavalesca na região do Cariri, e desfilou em escolas de Samba da região com o nome de Chica do Ralley, como lembra Brendha Vlasack:

Mas Cristiane Lima também foi uma artista, desfilou em escola de samba, conhecida socialmente como Chica do Raley, né, por desfilarmos na escola de samba, né, do Ralley aqui em Juazeiro do Norte (...) 70, 80 por aí, né, que tinha a ... Jonathan desfilava, a Marquita, a Bruna, que é conhecida como a Ronalda, a Mônica Arrais, todas elas desfilavam e a Chica do Raley desfilava, né? (Brenda, 22 de novembro de 2024)

Nas andanças pelo Brasil, sobreviver provavelmente tornou-se uma tarefa difícil para Cristiane, pois estava exposta a toda sorte de mazelas, sofrimentos e

violências. Na pista²⁵ tem seu corpo violado, seja pelos clientes, que fetichizam esse corpo, não vendo nele a possibilidade do afeto, seja pela polícia, que ora se aproveita para o prazer, ora se aproveita para despejar ira, como saco de pancada, um corpo abjeto, precarizado.

Leite Júnior (2021, p. 109), lembra que enquanto uma construção, a precariedade “corresponde ao relativo grau de exposição do sujeito a contexto que se opõem à garantia de sua sobrevivência, interferindo nos processos de morte e sobrevivência”. Nesta exposição Cristiane foi infectada pelo HIV.

Após viajar o Brasil, Cristiane volta para casa paterna, e passa a viver com o seu pai, um senhor com mais de 70 anos de idade. Cansada, doente, com um problema na perna provocado por um acidente de carro, portadora do vírus HIV, já com mais de 50 anos, a mãe já falecida, Cristiane passa a conviver com a família do segundo casamento do pai, mas a luta por aceitação e dignidade continuam, pois o fato de ter sido aceita dentro de casa não significava ter sido aceita a sua condição de travesti.

Mesmo diante de tantas questões delicadas, ela continua convivendo com a Transfobia, com o olhar de julgamento e com outras violências. De acordo com Brendha,

A Cristiane Lima voltou para o seio familiar quando o pai acolheu ela no âmbito familiar, que já existia uma madrastra e irmãos por parte de pai, que os biologicamente falando da, primeira mãe dela que já tinha, já tinha desencarnado. Ela viveu naquele seio familiar, mas ainda tendo que ouvir o seu nome morto. Ela pela sua idade, 57 anos, respeitando o pai que já tinha mais de 70, né, que chamava pelo nome morto. E ela vivia com aquele nome morto ao seu ouvido, né, deslegitimando a sua condição de mulher, travesti com o nome Cristiane Lima, como também sofrendo violação por parte da madrastra e de um irmão alcoólatra. (Brendha, 22 de novembro de 2024)

Diante de tantas mazelas e sofrimento, esta mulher poderia ter se entregado, mas não foi isso que aconteceu. Uma vez de volta a Juazeiro do Norte, ela procurou ajuda na Associação Beneficente Madre Maria Vilac – ABEMAVI, e na Associação Caririense de Luta contra a AIDS. Num primeiro momento usuária dos serviços ofertados por estas organizações. Em outro tronou-se militante da causa LGBTQIAPN+, e dos direitos das pessoas

²⁵ Nomenclatura utilizada por profissionais do sexo para designarem os pontos de prostituição nas ruas.

soropositivas. Foi no contato com outros militantes e voluntários que Cristiane ganha força para também lutar e militar por essas causas, passando de usuária dos serviços à membro da diretoria da OSC.

Peres e Toledo (2011, p. 237) lembram que “a militância da população TTT²⁶ como outro dispositivo de enfrentamento e resistência ao biopoder”, vem se estabelecendo como mecanismo importante na diminuição da discriminação, da estigmatização, das exclusões e violências vividas.

Segundo Ronildo Oliveira,

E era a primeira, enquanto LGBT quando tinha as atividades na casa, né? Porque naquela época não era casa da diversidade ainda era só ABEMAVI. Então se tivesse uma reunião era a primeira a chegar. Era aquele exemplo de ativismo de ativista 100%, né? Se tivesse uma campanha de manutenção para arrecadar recursos, ela era a primeira a correr atrás de arrecadar recursos. Ela foi assim uma pessoa, eh, que não só vestiu a camisa, né? Ela começou como... as meninas sempre falam isso, né? Ela passou de assistida a ser protagonista, né? Porque ela chegou aqui doente, precisando de alimento, precisando de comida, precisando de tratamento, né? Eh, a locomoção dela era, era reduzida porque ela tinha drenos nas pernas, tinha um monte de coisa lá, artrose, artrite, um monte de coisa. E aí ela passa de fato a se empoderar, entender que era importante ela falar pelas outras, né? Ela dizia: "Eu falo pelas outras que essas outras não querem que fala... falar, mas eu falo por elas". (Ronildo Oliveira, 22 de novembro de 2024)²⁷

O ato de existir das Trans/travestis, por si só já é um ato de resistência e enfrentamento das normas estabelecidas e do poder que se coloca, ou tenta, como universal na construção dos corpos e dos sujeitos, pois como lembra Peres e Toledo (2011, p. 274),

As resistências ao biopoder e suas biopolíticas se expressam desde a infância nas vidas das travestis, dos(as) transexuais e dos(as) transgêneros nos desejos de construir suas vidas de forma singular, expressas pelas escolhas de suas roupas, dos adereços, ainda de forma ingênua e inocente. Mesmo com as dificuldades de serem aceitos(as) pela família, escola e sociedade, insistem na efetuação de seus sonhos, buscando cumplicidades consigo mesmas.

²⁶ Travestis, Transexuais e Transgeneros.

²⁷ Entrevista realizada com Ronildo Oliveira, fundador da Associação Beneficente Madre Maria Vilac - ABEMAVI, em 22/11/2024, na sede da Associação em Juazeiro do Norte, Ceará.

Ativista dos Direitos Humanos, Cristiane lutou em várias frentes por dignidade, respeito, igualdade e aceitação social daqueles que eram marginalizados pela sociedade por não se adequarem às normas estabelecidas.

Em 2018, ela passou a integrar o Conselho Municipal LGBT da cidade de Juazeiro do Norte, representando a Associação Cariense de Luta Contra a IDS. Lá foi voz para mulheres Trans/travestis dessa cidade.

Foi ainda porta voz para a população soropositiva, uma vez que o fato de colocar a sua soropositividade aberta, já era um ato de militância, enfrentamentos e defesa de direitos. É possível observar na imagem abaixo (de blusa azul, segurando o microfone) Cristiane participando como palestrante de uma oficina, sobre a Saúde integral da População LGBT e prevenção combinada do HIV/AIDS.

Imagem 12. Retirada do Instagram da Cariense de Luta Contra a AIDS (Agosto de 2019).



A vida de Cristiane foi e continua sendo inspiração para muitas outras pessoas, sejam mulheres trans/travestis, gays, lésbicas, homens e mulheres cisgêneros, homossexuais ou não, que tenham tido contato com sua vida ou sua história. Colocar-se no mundo e não ter medo de existir e de resistir, é inspirador. Peres e Toledo (2011) pontuam, que a interlocução entre pessoas que se assemelham em seus modos de vida, de existência, cria um sentimento de pertença, de cumplicidade, organizando estratégias de afirmação e singularidades.

As transformações físicas pelas quais passam as mulheres trans/travestis, no processo de construção de autoimagem, são impressas e manifestas no corpo, que em seu processo de feitura recebe uma carga de expectativas que lhe conferem maior ou menor status, em especial quando se trata de defini-lo em função do sexo, constituído em nossa cultura como “abrigo da nossa identidade” (FELIPE, 2022. p. 56).

Os corpos Trans/travestis, rompem com as expectativas e tentativas de imposição de padrões heteronormativos, se colocando numa frente onde a violência ganha mais força, pois quanto maiores são os rompimentos maiores são as manobras de poder na tentativa de domar, domesticar e fazer desses corpos aceitáveis dentro do padrão imposto pelo poder.

Desse modo as resistências ao poder normativo, tocante às identidades gênero e sexuais, estão impressos nos corpos trans/travestis. Como lembram Peres e Toledo (2011, p. 274) é preciso

considerar que os enfrentamentos e resistências ao biopoder estão nas próprias existências das travestis, dos(as) transexuais e dos(as) transgêneros, nos seus modos de ser, estar e circular pelo mundo, imersos em um campo de normas e regras de sexo, gênero e sexualidades que são inculcadas em cada um de modo sutil ou violentamente pelos instrumentos do biopoder.

A existência de Cristiane Lima, seu corpo e expressão, foram resistência e militância, indo na contramão da fala de um interlocutor desta pesquisa que quando perguntado sobre a vida desta mulher, afirmou que “ela não foi uma figura muito relevante dentro da militância LGBTQIAPN+”.

É preciso entender como pontua a Pesquisadora Trans Thifany Odara²⁸ (2020), que os corpos trans/travestis, são por si só corpos subvertidos, que carregam consigo, na própria carne a sua bandeira de luta. Desta maneira, o corpo de Cristiane, já carrega resistências e enfrentamentos ao romper com os padrões impostos socialmente, ainda mais nas décadas de 1970 e 1980.

Essa afirmativa nos faz pensar, junto com Butler (2017) sobre a precariedade de alguns corpos, que tem suas vidas, existências e resistências

²⁸ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFGA. Autora do Livro *Pedagogia da Desobediência: travestilizando a educação*.

negadas, relegadas ao não-lugar, à abjeção, à condição de negação de si enquanto sujeitos, e que, portanto, não seriam dignas de direitos, de história, de memória.

Durante longos anos da vida, a luta de Cristiane Lima era por sobrevivência. Sua militância se fazia na busca por alimento, por teto, por afeto, na pista, em cada programa que fora obrigada a fazer, em cada insulto que o seu corpo trans/travesti, preto e gordo passava. Talvez a militância – a partir da perspectiva de uma organização, e do embate consciente por direitos – só tenha chegado após os 50 anos de idade, mas a militância do enfrentamento e da coragem de ser quem era, enfrentando toda a estrutura cisheteronormativa, a acompanhou a vida toda.

Ao romper com os padrões normativos, os sujeitos criam possibilidades outras de existência, se colocando no mundo com estilísticas próprias que desafiam e enfrentam a norma, denunciando a crise de paradigmas e referenciais sobre identidades sexuais e de gênero pautadas no binarismo universalista.

A estilística da existência de Cristiane Lima é pautada no enfrentamento, e na liberdade de se permitir existir. No silicone, nas roupas e adereços lidos como femininos, na maquiagem, no nome, mas também na militância, na voz que se colocava na defesa dos que não falam, ou não são permitidos falar.

Portanto, dizem Peres e Toledo (2011, p. 275) se pensarmos a transexualidade e a travestilidade como estilísticas da existência “podemos entendê-las não como prioridade de alguns, mas possibilidade de todos, pois todos, de alguma forma e/ou em alguns (ou muitos) momentos, produzem dissidências às normas de gênero”.

Com mais de 50 anos, tendo morado em vários estados, travado muitas lutas, e vivido muitas alegrias, Cristiane volta à sua terra, em busca de auxílio, mas se torna instrumento de luta e voz em defesa de seus iguais.

Ela teve que passar esse tempo fora, mas quando ela volta, já quase na terceira idade, ali de 58 anos. Ela volta já aquela mulher trans, como ela dizia: negra, gorda e doente, eh... forte, né? Porque ela na juventude ela teve que sair e depois de muitos anos ela volta, né, eh, para Juazeiro, para contribuir. Não como mais uma vítima, mas para contribuir pelas outras, né? É tanto que quando ela morreu assim, foi um baque pra gente, um baque para as meninas, porque eh... ela tava

se projetando, não a gente... não era opção nossa projetar ela, mas assim, ela, ela tava numa, numa forma que as pessoas reconheciam nela uma liderança já. (RONILDO OLIVEIRA, 22 de novembro de 2024)

Soropositiva, com problemas nas pernas provocados por um acidente de carro, com dificuldade de locomoção, tem na sua companheira Catarina²⁹, uma extensão do seu corpo, mas também um instrumento de defesa e luta por respeito e dignidade.

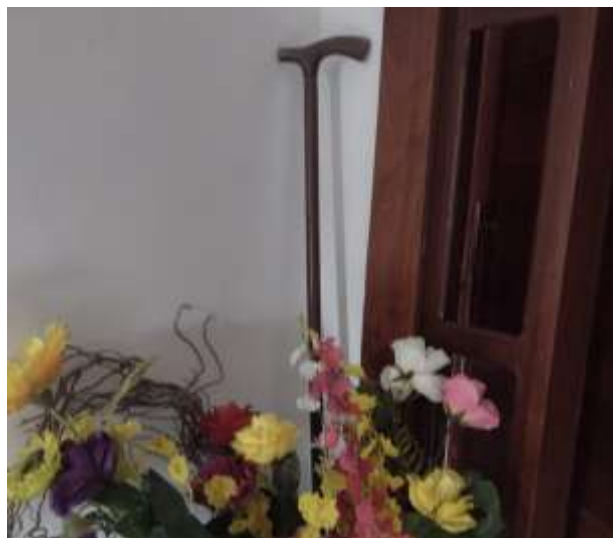
Por exemplo, eu lembro que uma vez ela descendo na rua São Pedro, uma pessoa soltou uma piada para ela, né? E ela andava com a bengala, que é a Catarina, que tá até na outra casa lá. E ela pegou a Catarina, né, e falou assim: "O que é que você tá falando de mim? Venha para cá". Pessoa não tinha medo, era destemida. (RONILDO OLIVEIRA, 22 de novembro de 2024)

Vítima tantas vezes de transfobia ao longo da vida, Cristiane aprendeu a se defender da forma que conseguia. E é por isso que ainda há um estereótipo de que as mulheres Trans/travestis, em especial as Travestis, são perigosas, barraqueiras, sem educação, justamente por terem aprendido a se defender dos ataques sofridos por uma vida inteira.

"Catarina", que acompanhou os passos de Cristiane durante os últimos anos de sua vida, hoje fica na sala principal da Casa da Diversidade como um lembrete da presença dela e como um instrumento, símbolo de defesa contra as injustiças.

²⁹ Bengala usada e batizada por Cristiane, que permitia sua locomoção. Hoje está na sala principal da casa da diversidade, como materialidade da presença dela na casa.

Imagem 13: Produzida pelo autor. 2024³⁰



Falar dessas histórias e memórias, da Estilística da Existência de Cristiane Lima é reconhecê-la como sujeito, que teve sua vida marcada por processos de exclusão, sofrimento, mas também de resistências e tensionamentos.

O ano de 2020, marcou profundamente a história da humanidade. O vírus da Covid-19, se espalha rapidamente, matando milhares de pessoas ao redor do mundo.

Andreia Vicente da Silva, Claudia Rodrigues e Rachel Aisengart (2021), em artigo intitulado “Morte, ritos fúnebres e luto na pandemia de Covid-19 no Brasil”, falam sobre a pandemia do novo coronavírus e das mudanças que a mesma acarretou nos ritos de morte e na vivência do luto no Brasil.

Com protocolos rígidos, as pessoas foram submetidas a processos de isolamento e distanciamento, inclusive impedidos de despedir-se de seus mortos nos rituais que costumeiramente se faziam (SILVA; RODRIGUES e AISENGART, 2021). Com medo, isolados, trancados em casas e apartamentos, problemas sociais e de convivência se intensificaram, inclusive no seio familiar.

³⁰ Bengala “Catarina”, usada por Cristiane Lima. Hoje compõe o acervo da Casa da Diversidade.

Se, conforme as entrevistas realizadas, Cristiane já era obrigada a conviver com transfobia sofrida dentro da própria casa, imaginamos que a obrigatoriedade do isolamento tenha aumentado essas experiências.

Não suportando mais tanto preconceito e sofrimento infligido por seus parentes, Cristiane pede socorro aos amigos da ABEMAVI. Segundo Brendha:

Sofrendo violações por parte da madrasta e por parte de um irmão alcóolatra. Quando ela sofreu uma transfobia, né, e pediu socorro a ABEMAVI, a mim e a Ronildo que com um belo bordão que ela trazia nos lábios, né, quando ela verbalizou: pelas horas que são, minha flor de laranjeira, Brenda Vlaszack, Ronildo Oliveira, Socorro, me tirem daqui eu não aguento mais sofrer transfobia, né? Eu preciso sair daqui. (BRENDA VLASACK, 22 de novembro de 2024)

Na entrevistada realizada com Brendha, ela informou que foi neste momento que mobilizando uma rede de amigos e parceiros, ela e Ronildo, junto à ABEMAVI, conseguem alugar e mobiliar uma casa para Cristiane, dando-lhe um lar, uma casa, dignidade.

E nós prontamente, junto a vários parceiros: Auricélia Bezerra, a Larissa, que é uma travesti que, que cuidou da Cris, a gente prontamente alugamos uma casa numa vilinha, mobilhamos a casa, com tudo, fizemos um chá de cozinha, mas com sete dias que Cris estava lá ela já tinha sido acometida pela COVID-19. (BRENDA VLASACK, 22 de novembro de 2024)

As violações de direitos e violências que sofrem a população LGBTQI+, de modo particular as mulheres Trans/travestis, no Brasil, as coloca numa condição muitas vezes de vulnerabilidade social e de pobreza extrema, ao longo de toda a vida, inclusive, e por que não dizer, principalmente, quando acometidas de enfermidades.

No entanto, os últimos 8 dias de vida de Cristiane Lima, foram de alento, pois ela conseguiu um lar, onde pode sentir - mesmo que fisicamente distantes por conta do COVID-19 - a presença e cuidado dos seus amigos. E foi também nesta última semana que recebeu a notícia que o seu processo de 5 anos no INSS pra receber o Benefício de Prestação Continuada, que ela tanto queria e precisava, havia sido aprovado depois de inúmeras negativas, conforme narra Ronildo Oliveira.

Mesmo doente, Ronildo lembra da alegria que ela estava ao poder finalmente ter a sua casa, o seu espaço, o seu lar:

Eu lembro dos últimos áudios dela que ela dizia assim, mesmo ela já doente, ela dizia: 'mesmo eu doente eu estou tranquila, porque eu estou na minha casa, que eu posso chamar de minha. Enquanto eu voltei pra casa dos meus pais, depois de 30 anos, eu nunca dormi tranquila, porque quando era de manhã, meus irmãos eram me cutucando para mim acordar, para mim trabalhar limpando a casa', né? E ela dizia: Mesmo doente, eu estou em cima da minha cama e saber que eu não preciso ... vou ser incomodada por ninguém para acordar hoje (Ronildo, 22 de novembro de 2024)

Judith Butler ao tratar as questões de precariedade afirma que algumas populações sofrem mais com a falta de políticas e possibilidades econômicas, de garantia e acesso a direitos fundamentais. Estando mais vulneráveis a lesões, doenças, violência e morte.

Quem são os sujeitos beneficiados ou não pela lei e pela proteção policial? Quem terá direito a educação plena? A moradia? Quais corpos serão ou não estigmatizados? Quem tem direito à saúde? Mesmo a Constituição Brasileira de 1988, garantindo que todos tem acesso a tais direitos, na prática essa realidade está longe de acontecer.

“Não me levem para o regional, porque eu vou sofrer gordofobia, racismo, transfobia e discriminação por ter HIV”. O pedido de Cristiane, narrado por Ronildo e Brendha revela a precariedade de sua existência e a consciência, gravada cruelmente na pele e na memória, que seu corpo, não era bem recebido naquele lugar. É cruel ouvir: "Não me leve para hospital". Um viado velho, preto, gordo e com AIDS. Vão me enfiar tubo, mangueira e vão me matar”. Mas essa narrativa de Cristiane é vivenciada diariamente por milhares de pessoas, em todo o Brasil, de modo mais particular pela população de Travestis e Transexuais.

Cristiane não foi assassinada pelas mãos violentas de um agressor, como milhares de outras mulheres Trans/travestis, vítimas de transfobia. Mas foi assassinada pelas inúmeras violências infligidas ao seu corpo, por uma sociedade machista, racista, transfóbica, e pela ineficiência deliberada do Estado brasileiro, que insiste em negar sua existência. Ela foi assassinada pela falta de humanidade e respeito nos atendimentos à saúde, pela falta de políticas de saúde que enxerguem o ser humano dentro de suas necessidades e sua

condição sexual e de gênero. Ela foi assassinada, e milhares de outros sujeitos continuam sendo todos os dias, pela incapacidade ou falta de vontade das pessoas em entender que a diferença é o que nos caracteriza, e não o que nos separa.

Oficialmente, vítima de COVID-19, Cristiane Lima morre aos 58 anos de idade, no dia 17 de julho de 2020, em sua casa na cidade de Juazeiro do Norte.

É importante lembrar que julho de 2020 foi o momento muito crítico em Juazeiro do Norte, e em toda região do Cariri, no que diz respeito ao número de casos de Covid-19. A página do G1 Ceará, noticiou no dia 14 de julho de 2020, um aumento alarmante do número de casos e de mortes em Juazeiro: “Juazeiro do Norte concentra os maiores índices da região, com 148 mortes pelo novo coronavírus e 4.241 diagnósticos positivos. As informações são da plataforma Integrasus”.

Pensar as existências Trans/travestis, é se deparar com processos constantes de lutas, embates e violências infligidas a seus corpos e existências.

Mesmo depois da morte, os corpos trans/travestis continuam sendo alvo de violências e negação de existência. O ditado popular “não tem onde cair morto”, se aplica ainda hoje a muitas pessoas vítimas do sistema cruel de exclusão e segregação econômica e social, onde nem todos tem direito a ter direitos.

É comum entre as famílias do Nordeste brasileiro, a inscrição de seus nomes em planos funerários, que são pagos mensalmente. Planos esses que asseguram aos sujeitos todo o aparato necessário para que seu velório e sepultamento se deem de forma digna, dentro dos padrões culturais daquela comunidade. Caixão, vestimenta, velas, flores, água, caldo, café e chá são alguns dos itens que compõem o cardápio.

Sobre isso, Veras e Soares (2016, p. 227) apontam para uma estreita relação entre a morte e o consumo uma vez que

Atravessados pelo consumo, os "enlutados" de hoje não mais investem dinheiro apenas em prol da salvação da alma do morto, ou da distinção social da família. Eles pagam pelos produtos, serviços e mercadorias que representam a sua maneira de lidar com a morte, com a dor, com o sofrimento, permeada pela negação e dissimulação. O investimento financeiro, antes dedicado às preocupações com o post-mortem, é

revertido na direção de práticas que protejam os sobreviventes do sofrimento ou do pesar de se defrontarem com a finitude.

Há uma preocupação muito grande, em especial entre os mais velhos de assegurar tal direito a todos os membros amados e queridos da família, não desamparando ninguém.

Se pensarmos que os corpos trans/travestis não são reconhecidos em vida, na morte é que não seriam. Cristiane não estava inscrita em nenhum desses planos:

E aí, cadê caixão pra Cris? A família não tinha incluído o nome dela no plano funerário. E agora? Aí a gente vê o quanto as pessoas LGBT estão à margem, porque como é que tem um plano funerário? Eu sei que são 10 vagas, mas uma mulher que já tava na terceira idade, doente, com comorbidades, a família não incluiu nunca no cadastro deles? Né. Eh, não incluiu primeiro ponto, não tinha caixão. (Ronildo Oliveira, 22 de novembro de 2024)

Como narrado as vulnerabilidades e marginalidades impostas à comunidade LGBTQIAPN+, não cessam com a morte. As violências continuam sendo muitas. Além do caixão para Cristiane, também não havia túmulo, no qual pudessem sepultá-la. Mais uma violência infligida ao seu corpo, agora morto. Como falar em dignidade diante dessas atrocidades? “A parte mais digna que era o último, final da vida dela, as últimas coisas que tinha que ser feita, ela não teve o suporte da família e foi a gente que fez. Então Cris ganhou caixão, ganhou o túmulo, a cova, né?” (Ronildo Oliveira, 22 de novembro de 2024).

Um outro ponto de extrema violência, e violação de identidade, que é vivenciado em muitas situações quando da morte de pessoas Trans/travestis, é que quando chegam nas funerárias para serem preparadas para o velório e sepultamento, essas mulheres são vestidas com roupas masculinas, em muitos casos orientados pela família. Isso nega toda a sua existência feminina, colocando o biológico como sendo um imperativo nos processos de constituição sexual e de gênero. O caso de Cristiane teve outro desfecho:

E o mais impressionante de tudo que foi para coroar assim, para dizer assim... eh, não sei dizer se é Deus. Para quem para quem não acredita em Deus, mas acredito que foi Deus e pelo merecimento dela.

A gente não ia ter velório porque tava na Covid, tava suspeito de ser COVID ela. E nós sabíamos :uma mulher travesti, ninguém ia lembrar que ela era trans, porque ela tava ... com estereótipo muito masculino, já. Tava doente de barba e tudo mais, mas Deus foi muito bom, que quando nós chegamos para velar ela, velar, não, só chegava no cemitério e já sepultava, né? Nós estamos aguardando o corpo dela chegar. Quando o corpo dela chega, uma menina me chama, chama eu e mais duas e diz assim:

- "O que é que vocês são dela?"

- Eu disse: "Nós somos amigos".

- E a família?

- Eu disse: "Não, a família não tem, só um irmão ali, tá lá para baixo, mas nós estamos aqui. Ela disse

- Pois a bicha teve sorte.

-O que foi?

- Quando o dono da funerária viu que era travesti, ele queria enterrar de paletó e gravata. E eu simplesmente vi que ela era uma bicha, não deixei. Vocês querem ver ela, né?

E quando a gente abriu o caixão Cris estava de batom rosa. Até eu disse assim, a única coisa que ela não usava era batom, não combinou com ela, mas estava de sobancelha feita, maquiada e estava com roupa de mulher. né? E o incrível porque foi uma mulher trans que arrumou ela.

- (...) eu vi que ela era bicha igual a mim. Eu arrumei ela de mulher. (Ronildo Oliveira, 22 de novembro de 2024)

Dentro da estética da existência de Cristiane, diante de toda sorte de negação de direitos e de identidade, ela encontra dignidade e reconhecimento de seu corpo travesti, mesmo morto, vindo de outra mulher trans/travesti, que também sente na pele o preço que paga por ser quem é.

Posso dizer que ouvir essas narrativas sobre a vida de Cristiane provocou em mim emoções e sentimentos múltiplos, de dor, empatia, tristeza, mas também alegria em perceber que a nossa vida, a nossa existência e resistência, não é de todo invisibilizada.

Cristiane foi sepultada no Cemitério São Joao Batista em Juazeiro do Norte, no túmulo 228, na ala dos indigentes. Lugar destinado àqueles sujeitos destituídos de todo e qualquer resquício de dignidade e de possibilidade de ter sua existência reconhecida, lembrada.

Na área destinada aos "indigentes", aos "sem nome", "sem história", "sem memória", aos "não-humanos", após dois anos do sepultamento um outro corpo é colocado na mesma cova, eliminando qualquer resquício da presença do que fora sepultado anteriormente. Uma cova comum para uma mulher nada comum.

"A gente sabe que a matéria humana não vale mais nada, mas eu fiquei com isso em mim. Eu dizia: Ela não merecia ficar naquele lugar ali, no canto de

parede, lá no final do cemitério que é chamada a área dos indigentes”, relatou Ronildo. Colocada à margem, em todos os sentidos possíveis, segregada a um não-lugar.

E aí um dia o nosso voluntário _____ sonhou com ela, né? E a regra é: dois anos eles tira, bota outro em cima, nem tira, né? E fez dois anos que a Cris morreu. (...) aí o _____ chegou para mim, disse: "Ronildo sonhei com a Cris, pedindo para tirar ela de lá". Eu disse, _____, e essa semana fez dois anos. Quando nós chegamos no São João Batista que sentamos: é aquela cova ali, quando chega lá a moça diz, não pode mais mexer, não, tá com oito dias que sepultaram uma pessoa em cima dela. (...) Agora não tem mais como mexer não, porque já sepultou em cima e ela ficou embaixo e não tem mais como juntar, não tem como fazer mais nada. (Ronildo Oliveira, 22 de novembro de 2022)

No entanto, é importante destacar que a história de resistência e insistência em existir de Cristiane Lima não termina com a sua morte:

Aí de repente assim o cara, o coveiro, que fez o sepultamento de Cris, que fez aquele sepultamento de oito dias atrás, lembrou, disse assim:
 - É daquela travesti, né, dos ossão grandão, que ela era bem grandona.
 - Aí eu disse: É. Mas rapaz, que vocês não seguraram e avisaram pra gente? ele disse:
 - Não, eu separei, nós separamos os restos mortais dela e eu coloquei do lado. Tinha até uma faixa assim: Miss Trans.
 - É ela mesmo, por que quando ela sepultou, na hora que a Gigi abriu o túmulo, o caixão, eu botei a faixa dela Miss Trans.
 Ele disse:
 - E a faixa tá lá dentro do saco do lixo. Eu tirei os ossos, juntei, botei no saco. (Ronildo Oliveira, 22 de novembro de 2022)

Os restos mortais de Cristiane Lima foram então recolhidos e sepultados dignamente em uma sepultura comprada pela ABEMAVI, no Cemitério Anjo da Guarda, em Juazeiro do Norte, podendo enfim descansar.

Nas fotos abaixo podemos ver a imagem do túmulo comunitário onde Cristiane foi inicialmente sepultada (imagem 14), no Cemitério São João Batista, e na outra imagem (imagem 15), o lugar onde posteriormente foram sepultados os restos mortais dela, no Cemitério Anjo da Guarda, ainda sem identificação.

Imagem14: Produzida pelo autor em 08 de fevereiro de 2025.



Imagem 15: Produzida pelo autor em 08 de fevereiro de 2025.



Foi a partir da experiência da casa mobiliada e entregue a Cristiane Lima, que surge a ideia de criar uma casa de acolhida à população LGBTQI+ de

Juazeiro do Norte. Inicialmente a ideia era criar uma espécie de república, mas amadurecendo a proposta a ABEMAVI e a Caririense de Luta contra a AIDS, criaram a Casa da Diversidade Cristiane Lima. Após a morte do corpo, Cristiane permanece viva na memória.

3. CAMINHOS INVESTIGATIVOS: GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE DE MULHERES TRANS/TRAVESTIS.

3.1 Conceituando Gênero

O gênero não deve ser meramente concebido como inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...]; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que gênero não está para a cultura como sexo para natureza.
(BUTLER, 2017, p. 27)

Utilizado na linguística, em especial nas línguas latinas para determinar se um objeto ou pessoa é masculino ou feminino, o termo gênero passou a ser usado como categoria teórico-metodológica nas Ciências Sociais e Humanas a partir do emprego do Sociólogo Robert Stoller em 1968. Ele fez a diferenciação entre “identidade sexual” e “identidade anatômica”, a primeira dizendo respeito às “pessoas que hoje seriam chamadas de transexuais ou intersexo” (WOLFF: ALDANHA, 2015, p. 35-36)

Desta feita, é preciso lembrar como afirma Larissa Pelúcio (2014) que gênero tem história. E que foi o movimento de mulheres em especial o movimento feminista, que trouxe importantes inovações para o conceito gênero, na medida em que passou a considerar que homens e mulheres têm gênero e que ele não é dado, pois não se nasce pronto. É importante pensar gênero como organizador das relações sociais, ampliando para além do corpo as experiências do feminino e do masculino, assim o construímos de forma

relacional, ou seja, nas relações sociais, o que implica em fazê-lo em relação aos homens, às instituições pedagogizantes (família, escola, igrejas), enfim, orientados(as) pelos valores hegemônicos de cada tempo e lugar, seja para reiterar estes valores ou para refutá-los.
(PELÚCIO, 2014, p. 107)

A partir de 1949, com as publicações dos estudos de Simone de Beauvoir, discussões e estudos acerca da opressão feminina, da exclusão das mulheres e da busca de garantias de direitos se avolumaram, e construíram um cabedal teórico gigantesco, com pesquisas inspiradas nas demandas que os movimentos feministas apresentavam (PELÚCIO, 2014).

Larissa Pelúcio, nos lembra ainda como essas discussões se aprofundaram de forma que a categoria central do feminismo, seja como movimento social, seja como campo de estudo, passou a ser questionada, desafiada a dar conta da multiplicidade do ser “mulher”. Foi preciso ampliar as discussões e pensar o masculino e o feminino numa relação de poder que hierarquiza as pessoas a partir do seu gênero, tendo o masculino uma clara predominância sobre o feminino.

Diante dessas questões, pensar a categoria gênero passou a ser uma questão política, uma vez que as demandas políticas e sociais do movimento de mulheres, se mostravam múltiplas, não podendo mais o ser mulher ser pensado unicamente a partir de uma perspectiva biológica, pois “havia muito mais a ser considerado nesse campo de disputas e de reconstrução de modelos sociais que a categoria ‘mulher’ parecia não dar conta” (PELÚCIO, 2014. p. 107).

Foi neste contexto que o conceito gênero foi se firmando como ferramenta importante de reflexão e luta dentro do movimento feminista.

Deste modo, é cada vez mais necessário entender, conhecer e analisar as várias formas de se pensar, falar e problematizar as identidades de gênero, bem como a própria categoria gênero. Para isso trazemos aqui algumas percepções e teorizações que podem nos ajudar nesta tarefa.

Ao longo da história, a comunidade historiadora feminista se utilizou de várias abordagens para analisar gênero, Joan Scott (1989, p. 9) resume tais abordagens em três, sendo

a primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

A autora explica que a primeira concentrou a atenção no processo de subordinação das mulheres a partir da necessidade do homem de dominar; a segunda tem uma perspectiva mais histórica, mas a busca por uma explicação material, prejudicou o avanço de novos direcionamentos de análises; e a terceira pautada nas ideias da Psicanálise Lacaniana, segundo a qual a partir da linguagem seria construída a identidade de gênero, tendo o falo (visto numa perspectiva simbólica) um papel importante no processo de constituição do sujeito.

Tais proposições, diz Scott não atendem ou respondem a necessidade dos historiadores em perceber, entender e conceituar gênero, uma vez que é preciso “rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária” (SCOTT, 1989, p. 18), sendo, pois, necessário submeter as categorias à crítica, deslocando e revertendo as construções hierárquicas, não aceitando tais questões como algo dado, pronto, acabado.

Essa divisão, do que é masculino e do que é feminino, se inscreve no campo da cultura. Ela é construída socialmente e a medida em que se constrói, também é responsável por criar uma realidade.

Social e culturalmente falando, estamos habituados a pensar de forma binária, o bom e o mal, a luz e a sombra, certo ou errado. No que diz respeito à construção histórica e cultural de gênero, tenta-se impor o binarismo do masculino e feminino, homem e mulher, a partir de uma perspectiva biológica do nascimento, tentando determinar a partir da lógica cisheteronormativa³¹, que quem nasce com pênis obrigatoriamente é homem e quem nasce com vagina obrigatoriamente é mulher.

Louro (2010) lembra que tais questões ultrapassam o limite do biológico ou unicamente das características físicas, pois se inscrevem no campo da representação, do cultural, do simbólico. São as formas e comportamentos

³¹ É a ideia historicamente imposta que os corpos biologicamente masculinos ou femininos devem se desenvolver para se tornarem cisgêneros (se nasce com pênis é homem, se nasce com vagina é mulher) e heterossexuais, negando a transexualidade e as inúmeras orientações sexuais.

apresentados ou ainda valorizados, a maneira que delas se fala ou que são percebidas que constituem o que é feminino e masculino.

Faz-se necessário ainda, pensar o processo denominado por Bento (2006. p. 45) de “batismos conceituais”, que remete à capacidade que a linguagem possui não só de descrever, mas para, além disso, criar uma realidade, uma vez que para ela há “classe de palavras que não representam a realidade, mas lhe dá vida”.

A autora coloca ainda que o poder que o discurso possui “para realizar aquilo que nomeia, está relacionado com a performatividade, ou seja, com a capacidade dos atos linguísticos citarem reiteradamente as normas de gênero, fazendo o poder atuar como e no discurso (BENTO, 2006. p. 42).

Desta forma, quando se diz que os sexos também são performativos, se declara que eles não são meramente descritos, “mas constituídos no ato da descrição”, pois quando o médico grita “é menino ou “menina”, não apenas relata o que enxerga, mas presentifica e determina – ou pelo menos tenta – um gênero e um sexo, àquele corpo que é inserido na linguagem e não existe fora dela (SALIH, 2015, p. 125).

Portanto, é preciso pensar o poder que a linguagem exerce nos processos de construção de identidade e/ou ainda de subjetivação dos sujeitos, que são desde antes do nascimento atravessados por ela. Logo, quando o sexo biológico da criança é descoberto, os pais passam a tratar o bebê como menino ou menina, reafirmando a crença de que o biológico é o responsável pela determinação do masculino e do feminino, do que é ser homem e ser mulher.

Essas duas perspectivas, uma pautada na cultura, na construção social e a outra pautada no corpo, no biológico, nos leva a olhar para duas visões distintas de gênero, nos ajudando a desmistificar e desnaturalizar conceitos, como nos lembra Larissa Pelúcio (2014): uma Essencialista e a outra Construcionista.

Numa visão essencialista, gênero estaria ligado a um determinante biológico, associado “diretamente ao sexo genital, e o tomamos também como um definidor absoluto da nossa forma de viver, perceber, sentir, desejar” (PELÚCIO, 2014, p. 103). É a visão mais conhecida e por que não dizer aceita socialmente, pois é difundida desde antes do nascimento, quando a partir de

exames médicos já se determina a forma como aquele sujeito deve se portar no mundo.

A ideia de que as distinções de Gênero e seus arranjos são naturais, é tão forte na sociedade, diz Connell (2015, p. 37), que “faz as pessoas se escandalizarem quando alguém não segue o padrão”.

Em oposição a essa perspectiva, o Construcionismo propõe pensar gênero como produto das relações históricas e sociais, simbolicamente construídos, em determinado tempo, espaço, cultura e sociedade, desnaturalizando esse conceito, uma vez que

gênero, esta marca fundamental da nossa existência, não é um dado biológico e pronto, mas varia de sociedade, ao longo da história, e só pode ser entendido na sua dimensão política, sim, política, porque tem a ver com relações de poder: quem manda, quem obedece, o que é verdade, o que não é. Enfim, para a gente poder entender o gênero em toda a sua dimensão social, é preciso relacionar gênero com raça/etnia, classe social, pertencimento de geração, entre outras marcas de diferenciação social. (PELÚCIO, 2014, p. 104/105)

Portanto, pensar essa perspectiva humana, é pensar na construção histórica que os conceitos e definições vão se fazendo ao longo do tempo. É entender que não se fala apenas de uma categorização teórica, mas se fala de experiências, vivências, histórias e modos de ser e se fazer no mundo, de sujeitos reais.

Desta feita, é preciso pensar Gênero como um processo de construção social, cultural, na perspectiva de tornar-se a partir da relação com o mundo, com o outro num processo de construção de identidade. Como lembra Luma Nogueira de Andrade³² (2012, p. 88), a identidade está ligada à identificação, que se inscreve não só graficamente, mas se apresenta enquanto marca no corpo, uma vez que “é vivida, é sentida, é como uma tatuagem que marca o corpo e a alma das pessoas”.

Nesta perspectiva, Joan Scott afirma que o saber sobre gênero é atravessado pelo saber sobre o corpo, ou os corpos, uma vez que estabelece

³² Luma foi a 1ª Travesti Doutora em Educação do Brasil, fato amplamente noticiado em jornais e canais de notícia como na reportagem do G1 Ceará de 20 de agosto de 2012: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/minha-conquista-serve-de-exemplo-diz-1-travesti-doutora-do-brasil.html>.

significados distintos a partir da cultura, do tempo, dos vários grupos sociais, visto que “nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida” (SCOTT, 1994, p.13).

Vale ressaltar que não se está negando a importância ou a materialidade do corpo, ou dos corpos, “mas mudando o foco dessas análises: ‘do corpo em si’ para os processos e relações que possibilitam que sua biologia passe a funcionar como causa e explicação de diferenciações e posicionamentos sociais” (MEYER, 2013, p. 21).

Destarte, é preciso pensar corpo numa perspectiva de construção cultural, atravessado e marcado pela linguagem, e não como um dado pronto e acabado, que uma vez posto não possa ou deva ser questionado, mudado, negado.

De acordo com Butler (2017, p. 235), “atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes”, sugerindo que o corpo revela um princípio organizador de identidade.

Scott avança na busca por uma teorização e propõe uma perspectiva nova, a qual gênero aparece como uma categoria de análise histórica, e define gênero em duas partes que mesmo ligadas deveriam ser distintas.

Gênero seria, portanto, “um elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos (...)”, “a forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21), implicando quatro elementos que se relacionam: o simbólico, o normativo, o político e o subjetivo.

Numa perspectiva pós-estruturalista, gênero passa a englobar todas as formas de construção cultural, social, linguística das diferenças do ser homem e ser mulher, do ser feminino e masculino, “incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade (MEYER, 2013, p.18).

É então, um mecanismo pelo qual é possível “decodificar o sentido” e compreender as complexas relações entre as diferentes e variadas formas de interação entre os seres humanos. Sendo possível a comunidade historiadora compreender as maneiras que o conceito de gênero não só legitima, mas também constrói as relações entre os sujeitos, e a natureza recíproca de gênero

e da sociedade, como por exemplo a maneira que “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (SCOTT, 2019, p. 23).

Nesta perspectiva, podemos dizer que gênero: faz parte das relações sociais, assim como outros marcadores, como raça e classe, por exemplo; que é uma construção, ou seja não é algo dado, pré-determinado no nascimento; está relacionado à história, à cultura e a geografia, ou seja, cada sociedade lhe atribui aspectos distintos; poder e hierarquia, uma vez que lugares sociais são demarcados a partir dele, e por ele. (WOLF; SALDANHA, 2015)

Ainda na busca de conceituação, trazemos à cena o pensamento de Judith Butler (2017), que problematiza tanto a ideia de gênero como construção social, quanto como categoria de análise.

Ela problematiza a primeira definição ao fazer as seguintes indagações:

se o gênero é construído, poderia sê-lo diferentemente, ou sua característica de construção implica alguma forma de determinismo social que exclui a possibilidade de agencia ou transformação? Por ventura a noção de “construção” sugere que certas leis geram diferenças de gênero em conformidade com eixos universais da diferença sexual? Que juízo podemos fazer de uma construção que não pode presumir um construtor humano anterior a ela mesma? (BUTLER, 2017, p. 28).

Desta forma, ao atribuímos, segundo a autora, a construção de gênero a uma perspectiva meramente de construção social, estaríamos retirando o imperativo do campo do binarismo biológico e colocando no imperativo da construção cultural.

Já na segunda, ela afirma que para além de categoria de análise, gênero também é aplicada “a pessoas reais como uma ‘marca’ de diferença biológica, linguística e/ou cultural” (BUTLER, 2017, p. 31). Não podendo desta forma ser vista unicamente como uma lente com a qual se olha o mundo, haja vista que os sujeitos reais sofrem na carne as dores, delícias, prazeres e desprazeres de bancarem ser quem podem ser.

Para ela “gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada.” (BUTLER, 2017, p. 42). Ou seja, um arranjo aberto, num processo constante de

fazer-se e refazer-se, negar e aceitar, ceder e lutar, construir e desconstruir, num processo nunca acabado.

Segundo a autora, a identidade de gênero é fluida, temporal e passível de mudanças, podendo os sujeitos assumirem diferentes identidades uma vez que “se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira (BUTLER, 2017. p. 26).

Consoante Salih (2015), as identidades de gênero são constituídas, construídas pela linguagem, não havendo uma identidade de gênero que a preceda. Dito de outra forma, não é uma identidade que faz a linguagem ou o discurso, mas é justamente o discurso e a linguagem que fazem o gênero, uma vez que não existe o sujeito fora da linguagem.

Nesta perspectiva, de pensar gênero como um processo, constante, contínuo e por que não dizer inconsciente, Coelho (2018, p. 60) coloca que

(...) o gênero não é algo que está acabado, estando constantemente em construção através do tempo, sendo assim um fenômeno inconstante e contextual. Gênero é uma atividade incessante realizada sem se estar sabendo e sem nossa vontade, mas, mesmo assim, não de forma automática ou mecânica. Não se produz sozinho, sendo sempre “feito” com ou para o outro, mesmo que este outro seja imaginário. Sendo composto de termos que estão fora de si mesmo, em uma sociabilidade que não possui um único autor e que segundo Butler “contesta radicalmente a própria noção de autoria”.

Nasce desta maneira, na obra de Butler (2017) o conceito performatividade, ou seja, gênero como uma “visão ampliada de “ato”, que é ao mesmo tempo socialmente compartilhada e historicamente construída e que é performativa. A autora argumenta ainda que neste ato não há um ator, um performer, que exista antes do ato, fazendo uma distinção entre performance e performatividade, cuja a primeira iria pressupor a existência de um sujeito e a segunda não, o que não implica dizer que o sujeito não existe, mas que ele não se localiza no lugar onde o imaginamos, ou seja, “‘atrás’ ou ‘antes’ dos seus feitos” (SALIH, 2015, p. 66).

Nesta perspectiva, Butler (2017) argumenta que a categoria gênero não é um algo fixo, inerente ao indivíduo, mas um efeito performativo, sustentado e produzido por normas sociais e práticas culturais num processo em constante

construção. Ele não acontece de uma vez, quando do nascimento, mas é uma sequência de atos que ao se repetirem ganham aparência enrijecida de algo que aparentemente esteve sempre ali. Nesta perspectiva, “gênero é o efeito, e não a causa dos discursos” (SALIH, 2015. p. 103).

Dessa maneira é importante pontuar como lembra Veras (2018) que sendo gênero performativo, essa performance não se dá no campo da escolha, ou como possibilidade de mudança a partir das “vontades” dos sujeitos, uma vez que sendo “efeito da repetição das normas mediante as quais o masculino e o feminino é construído e diante das quais os sujeitos não podem descartar por vontade própria” (VERAS, 2018, p.354), podendo na mesma medida ser um recurso a partir de onde se possa produzir conformidade, mas também resistência, subversão e deslocamentos.

Nesta perspectiva, Butler (2017) coloca ainda que as práticas performativas desafiam, desestabilizam as categorias de identidade, uma vez desorganizam a relação pretensamente natural entre gênero, sexo e desejo. Desse modo, tais práticas performáticas abrem caminho para novas configurações de gênero e subjetividade, haja vista que

como efeito de uma performatividade sutil e politicamente imposta, o gênero é um “ato”, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do “natural” que, em seu exagero, revelam seu status fundamentalmente fantasístico. (BUTLER, 2017. p.253)

Numa reflexão mais ampla, essa leitura não estimula apenas criticar, negar ou aceitar as categorias existentes de identidades. Ela abre a possibilidade de criar novas e infinitas formas de ser e se relacionar no mundo, expandindo as fronteiras daquilo que cultural e socialmente é entendível, imaginável, uma vez que ao tratarmos tais questões falamos de sujeitos e suas subjetividades.

É importante salientar que a performatividade não implica em um sujeito consciente e racional, controlando a sua performance, mas antes disso, fala de um sujeito fragmentado e constituído através das relações de poder que engendra sua performance de gênero (SALIH, 2015).

Nesta trilha reflexiva, é preciso entender que a performatividade de gênero, está ligada as diferentes formas pelas quais os sujeitos se tornam

possíveis de reconhecimento de si, de sua existência, apesar de saber que tal reconhecimento não será completo. Haja vista que para ser sujeito se faz necessário cumprir algumas normas que regem o reconhecimento, no campo do gênero a aproximação da performance do masculino e do feminino, e neste campo vale questionar quem contará como sujeito e quem não (BUTLER, 2009).

Coelho (2018) lembra que não restam dúvidas que um elemento central na obra de Judith Butler é o conceito de performatividade, mas que a mesma amplia seus estudos e traz o conceito de precariedade, visto que gênero seria raso para dar conta da complexidade das opressões vivenciadas em nossa sociedade. Segundo o autor

A precariedade está naturalmente e diretamente ligada às normas de gênero, já que sabemos que aqueles que não vivem seus gêneros de maneira inteligível estão em maior risco de assédio e violência, levando assim uma vida precária. Segundo Butler, as normas de gênero têm relação direta com como e quais maneiras podemos aparecer nos espaços públicos; como e qual a maneira que o público e privado são distinguidos; e como esta distinção é instrumentalizada em serviço de políticas sexuais; quem será criminalizado ao se mostrar na esfera pública; quem irá falhar em ser protegido pelas leis ou, mais especificamente, pela polícia, nas ruas, ou no trabalho, ou em casa. Quem será estigmatizado, quem será objeto de fascinação e desejo de consumo? (COELHO, 2018, p. 64)

Os sujeitos legitimamente reconhecidos não são aqueles(as) que ousam romper com os padrões socialmente impostos, que subvertem a ordem vigente. É preciso questionar, como faz Butler (2009), quem pode ser sujeito de direitos, pois parece que existem normas sexuais e de gênero que condicionam o que ou quem será legível, o quem ou o que não será.

É justamente neste ponto, quem é ou não legível, quem conta ou não como sujeito, que as ideias de performatividade e precariedade se encontram. Como lembram Leite, Amazonas e Siqueira (2020, p. 103) “O reconhecimento é um ato que exige pelo menos, duas pessoas que se reconhecem reciprocamente, tendo por base certas condições gerais estabelecidas como a base do reconhecimento”. O olhar do outro determina quem conta como vida.

Como lembra Butler (2009) a vida precária diz respeito às tais vidas que não se qualificam como reconhecíveis, legítimas ou lamentáveis, dignas de

existência ou de lamento. Portanto, a precariedade é uma chancela que reúne mulheres, transgêneros, pobres e pretos.

Neste contexto os corpos transexuais e travestis, que rompem mais drasticamente com os padrões, são aqueles que mais sofrem o estigma do desprezo, da negligência, do apedrejamento, do não reconhecimento de si, das políticas sociais e de governo. São, portanto, os corpos que mais sofrem precariedade.

Concordo com Lauri Miranda Silva³³, quando traz que gênero seria, portanto, uma construção social fluída, em constante transformação, diferente no tempo e no espaço, vinculado à cultura, as relações de poder, mas também a subjetividade, ao reconhecimento de si e do outro, a autopercepção.

2.2 Sexualidade e mulheres trans/travestis: um fazer-se e refazer-se.

A poesis de si como cuidado de si

*Em relato,
corpo que se faz identitário
possível sujeito de existir
possível sujeito de ser
quem já é, e
alguém que quer ser.
Na narração cria a si.
Escrita, fala
enunciação: ato de criação de si
leitura, escuta
diálogo: ato de criação de nós
produzimos Eus possíveis
rasgamos as peles de um Outro
envolta em nós, outrora,
de forma compulsória
com navalha embaixo da língua
com sangue-tinta
com berros clamor
poemas, olhares, performances,*

³³ Mulher Trans afroamerindígena, professora doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Autora da Tese “Vozes subversivas e corpos Transgressores: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022)”

*com o corpo em fervor
nossas línguas e mãos
ferem com nossas palavras-navalha
ferem fundo
dilacerando suposta existência
de si – de mim, de ti
fundamos, com palavra-faca, nós
autores de histórias corporificadas
de transgressão individual e coletiva
sorridentes, encontramos-nos
cada um em si-mesmo e, também, em nós.
Caio Tedesco³⁴.*

É com este poema de Caio Tedesco que inicio este tópico, em que me proponho tentar entender os movimentos do fazer, desfazer e refazer dos corpos e identidades das mulheres trans/travestis, que escutei neste processo.

Se faz necessário entender que o sujeito se constitui a partir de vários aspectos e dimensões, entre elas a dimensão da sexualidade, que cada vez mais se apresenta de forma a não deixar dúvidas acerca de sua complexidade, constituídas a partir de aspectos culturais, sociais, psíquicos, ideológicos, assente na relação com o outro.

Entendemos, pois, ser importante pensar gênero alinhado com sexualidade pois como lembra Bento (2017, p. 24), “gênero e sexualidade são categorias analíticas potentes quando não estão isoladas e não são utilizadas como variáveis independentes”.

Quando Bento (2017, p. 24) faz essa articulação entre gênero e sexualidade como categorias que devem ser pensadas juntas, “como irmãs siamesas” o faz a partir do cruzamento das dimensões políticas e analíticas, questionando quem tem direito a ter direitos. Segundo ela quando uma travesti é assassinada a motivação se dá por conta da negação daquele corpo em “coabitar o mundo humano, que é dividido em homens-pênis e mulheres-vagina”.

De acordo Luma Nogueira de Andrade (2012), as travestilidades se baseiam não na mulher, visto que esta não pode ser definida ou pensada no

³⁴ Poema escrito pelo Transhomem, Professor de História, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Caio Tedesco (*Apud ROVAI 2024, p. 7*)

singular, mas se espelha nas mulheres e em toda a sua complexidade e pluralidade corporal, cultural e social, historicamente construídas.

Apesar do que, há uma certa tendência insistente de buscar nelas o masculino, despinde, violando o corpo dessas mulheres (trans e travestis), tentando encontrar nelas “o macho que se encontra no falo, que se encontra no pênis, que se encontra na ereção e que segundo a cultura, é o símbolo da masculinidade e a essência do ser (biológico)” (ANDRADE, 2012, p. 103),

Numa perspectiva contrária, tentam aproximá-la da representação feminina, para legitimar ou justificar a perda de poder, na medida em que é negado ao feminino – quando se pensa nas sociedades marcadas pelo machismo e no mito de superioridade masculina – o direito de ser ativa, de opinar de ser dona de si e de sua história (ANDRADE, 2012).

Há, além de tudo isso, uma luta travada cotidianamente para adequar seus corpos à dinâmica e estrutura construída socialmente como verdade, como ideal, como lembra a Entrevistada A:

É um corpo que a gente é cobrado pela sociedade, porque a sociedade, principalmente o machismo, ele cobra muito pra gente a questão da mulher trans: você é operada, você tem órgão genital? e pra eles, a mulher tá ligada ao órgão genital, e a mulher não é o órgão genital. A gente, pra ser mulher, se reconhecer como mulher, eu não preciso ter uma vagina. (19 de julho de 2014)

É importante destacar que apesar de parecerem sinônimos, as transgeneridades e transexualidades são termos distintos, mesmo ambas refletindo e incentivando as lutas pelo reconhecimento das identidades diversas e pelo processo de entendimento das diferenças como parte natural da condição humana e não como patologia. (SILVA, 2023)

Sob este aspecto, vale salientar que como traz Lauri Miranda Silva (2023, p. 48), estamos nos referindo a identidades de gênero e sexualidade que são performativas:

As transexualidades, as travestilidades e as transgeneridades aqui são entendidas como categorias de identidade de gênero e sexualidade performativas que se opõem à cisgeneridade. Se aceitamos ou não determinados padrões ou/e papéis de gênero, isso independe do

aspecto biológico de cada uma/um. Cada uma das categorias identitárias aparece em momentos específicos e se refere a características particulares e singulares da experiência de vida da população trans*.

Ao trazer o termo TRANS*, utilizando o asterisco, Lauri Miranda Silva (2023) alerta que está se referindo a um termo guarda-chuva utilizado pelo movimento social e pelos estudos de gênero, numa tentativa de abarcar todas as identidades trans, que se identifiquem dentro ou fora dos sistemas binários de gênero.

Vale salientar que como estamos tratando de subjetividades e singularidades, as identidades TRANS* são soberanas quanto a sua própria identificação.

Bento, assevera que os “processos de construção dos signos corporais”, que são reconhecidos pela sociedade como sendo de determinado gênero, acompanham as identidades trans*, mesmo quando esses passam por todos os processos de adequação corporal, não conseguindo “descolar-se do biológico uma vez que o gênero que significará ‘transexual’ será o de nascimento” (BENTO, 2006, p. 44)

Nesta perspectiva, Lauri Miranda Silva (2023, p. 47), traz que as mulheres trans/travestis, são caracterizadas dentro de um sistema binário, na qual gênero está ligada ao sexo biológico, mas que o transfeminismo se coloca na contramão quando “procura necessariamente se desvencilhar dessa concepção de gênero biologizante no tocante a experiências de travestis e mulheres trans, evidenciando a nossa pluralidade de vivenciar as mulheridades e feminilidades em constante transformação”.

Reconhecer-se enquanto mulher, fazer ou não fazer cirurgia de redesignação sexual, adequar o corpo às normas socialmente impostas dos padrões do ser homem ou mulher, são processos que atravessam as mulheres trans/travestis, e que segundo a Entrevistada R, não mudam o fato de serem sempre vistas com preconceito:

Eu acho que o preconceito nunca vai mudar. Independentemente de qualquer coisa. Mesmo se você fizer uma cirurgia, mas pra população eles não vão saber que você tirou ou que você fez a cirurgia ou que você não fez. Eles não vão saber não. Lá eles estão vendo uma mulher

travesti e uma mulher trans ali. É isso que acontece. (Entrevistada R, 23 de julho de 2024)

A marca do biológico, acompanha essas mulheres, como uma sombra que tenta a todo custo determinar quem elas podem ser.

A transição vivenciada por essas mulheres provoca mudanças não apenas no corpo físico, mas provoca transformações também no corpo da sociedade que passa a olhar os sujeitos que invertem a lógica biológica/social de ser no mundo, de forma a não reconhecê-los como parte de si, e desta feita segregá-los, rebaixá-los e excluí-los.

Jaqueline Gomes de Jesus³⁵ (2018, p. 8), traz, que ainda hoje se diz que pessoas trans nasceram “homens-mulheres” e que se tornaram “mulheres-homens”, mas acrescenta que este pensamento é falso, falacioso, pois “todos os seres humanos nascem com um sexo biológico/uma conformação genital e se tornam alguém de um gênero que corresponde ou não às expectativas sobre esse sexo/conformação genital”.

Paul B. Preciado³⁶ (2019, p. 301) ao se referir à transexualidade e ao processo de transição de gênero afirma que

Tudo o que é terrível e assustador sobre a transexualidade não está no processo de transição em si, mas na forma como os limites entre os sexos punem e ameaçam matar qualquer um que tente cruzá-los. Não é a transexualidade que é assustadora e perigosa, mas o regime da diferença sexual.

As várias formas de ser, existir e se apresentar no mundo, a partir da relação dos sujeitos com o corpo, o desejo, a subjetividade e as formas de performar o gênero, constituem elementos da condição humana, e devem, idealmente, ser respeitadas e acolhidas.

A partir destas colocações, Jaqueline Gomes de Jesus (2018) lembra que quando se coloca o conceito de gênero como central, compartilhando a noção de que a primazia do sexo biológico não se impõe sobre a de gênero e quando se reconhece que o ideal de sexo é incapaz de explicar a diversidade de

³⁵ Mulher Trans negra, graduada e pós-graduada em Psicologia, Professora e Pesquisadora do Transfeminismo, entre outros temas.

³⁶ Filósofo Francês, Transgênero que traz discussões importantes sobre corpo, gênero e sexualidade.

identidades construídas ao longo da história, é possível entender e acreditar que dentro de suas diversidades as pessoas podem, e devem, ser felizes, haja vista que a fisiologia não as limitam, apenas as caracterizam.

Mas quando isso não acontece, pontua Louro (2022, p. 80), os sujeitos que transgridem as fronteiras do “gênero ou de sexualidade, que os atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados ‘próprios’ de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes”.

Tal qual migrantes clandestinos, como fugitivos dos lugares a eles reservados, determinados, esses sujeitos são tratados como inferiores, infratores e desta forma precisam ser punidos ou ainda corrigidos, desprezados e subordinados (LOURO, 2022).

A Entrevistada A (19 de julho de 2024), fala desta perspectiva de abandono e dificuldades que enfrenta ao se assumir mulher trans: “Quando você se autodeclara pessoa trans, você vai sofrer várias violações de direito. Primeiro, a violência da sociedade. Primeiro de casa, depois da sociedade”.

Os custos que se cobra desses sujeitos desviantes são muito altos: a negação de seus corpos, história e vida. Como aponta Louro (2022, p. 82), definir alguém enquanto homem ou mulher “como sujeito de gênero e de sexualidade significa, pois, necessariamente, nomeá-lo segundo as marcas distintivas de uma cultura” e desta maneira os corpos se tornam situados e históricos, e uma vez “datados, ganham um valor que é sempre transitório e circunstancial”.

Bento (2017, p. 43), lembra que quando a linguagem nomeia, mais do que descrever, ela cria realidade, pois “quando se diz “transexual”, não se está descrevendo uma situação, mas produzindo um efeito sobre os conflitos do sujeito que não encontra no mundo nenhuma categoria classificatória e a partir daí buscará “comportar-se como “transexual”.

Desta maneira o ato de nomear sujeito transexual pressupõe uma série de comportamentos, imposições, suposições e pressuposições sobre o que é ou não apropriado, sobre as marcas, símbolos e signos que o sujeito deve carregar, performar, personificar na vida, na pele, no corpo.

É preciso lembrar, que como afirma Goellner (2013, p. 31), “um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno”. Não é apenas o seu conjunto

anatômico de músculos, ossos, genitália, nem apenas suas sensações e reflexões, ele é

“a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. (GOELLNER, 2013, p. 31)

Desta forma, o corpo - seja o corpo educado ou estranho, em Guacira Louro; o corpo docilizado de Michel Foucault; ou corpo abjeto de Judith Butler - não é uma segura evidencia da identidade do sujeito, pois as inúmeras transformações, mudanças e adequações que nele fazemos, dificulta a pretensão que a sociedade tem de torná-lo natural (GOELLNER, 2013).

Desta feita se essa instabilidade provoca desencontros, isso se amplifica quando se fala dos corpos dos sujeitos que “deliberadamente”, assumem a posição de trânsito, de oposição ao corpo que biológica e socialmente lhe foi atribuído, saindo do padrão, se desviando, tornando-se excêntrico (LOURO, 2013).

Assinala Louro (2013, p. 46), que o “excêntrico é aquele ou aquilo que está fora do centro; é o extravagante, o esquisito; é, também, o que tem um centro diferente, um outro centro”. Portanto, pensar nesta perspectiva é entender as posições que os sujeitos ocupam, se de centro ou de margem, e os sujeitos trans com certeza, ocupam uma posição de margem quando se pensa a sociedade a partir da normatividade heterossexista³⁷, patriarcal, colonial.

Se faz necessário desconstruir os discursos que colocam tudo aquilo e todos aqueles que se distanciam da ideia e dos ideais de ser e existir que estão no centro. Ao se “eleger a desconstrução como procedimento metodológico, está se indicando um modo de questionar ou de analisar e está se apostando que esse modo de análise pode ser útil para desestabilizar binarismos linguísticos”. (LOURO, 2022, p. 39)

³⁷ Termo usado para se referir a padrões e ideias que só reconhecem como legítimos os modelos sexuais e de gênero pautados apenas na heterossexualidade, negando e denegrindo qualquer comportamento, identidade ou comunidade que fuja a esse normativa (COSTA et al, 2023).

É preciso ainda mais, aponta Louro (2022, p. 42) ao se referir ao pensamento de teóricos queer, empreender “uma mudança epistemológica mais radical” que rompa de forma efetiva com o binarismo e seus efeitos de dominação, classificação, hierarquia e exclusão. E mais ainda

Uma abordagem desconstrutiva permitiria compreender a heterossexualidade e homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências. A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Esse ‘outro’ permanece, contudo, indispensável. A identidade negada é constitutiva do sujeito, fornece-lhe o limite e a coerência e, ao mesmo tempo, assombra-o com a instabilidade (LOURO, 2022, p. 42).

É nesta multiplicidade e complexidade de formas de ser e existir que os sujeitos trans precisam ser olhados, lembrados, entendidos e valorizados. É preciso, está atento aos saberes que os sujeitos produzem sobre si e sobre o mundo, pois como aponta Paul B. Preciado (2019, p. 327-328), “hoje, os corpos outrora monstruosos produzidos pelo regime patriarco-colonial da diferença sexual falam e produzem conhecimento sobre si mesmos”.

Não é mais possível continuar produzindo um saber pautado em padrões biológicos, únicos, deterministas, de exclusão numa

(...) sociedade que pela primeira vez na história reconhece suas funções feminicidas, em que vítimas da violência patriarcal falam para denunciar seus pais, maridos, chefes, namorados; em que as mulheres denunciam a política institucionalizada do estupro, em que milhares de corpos saem às ruas para denunciar os ataques homofóbicos e os assassinatos quase diários de mulheres trans, assim como as formas institucionalizadas de racismo. Vocês não podem mais continuar afirmando a universalidade da diferença sexual e a estabilidade das identificações heterossexuais e homossexuais em uma sociedade em que é legal mudar de gênero ou identificar-se como pessoa de gênero não binário, em uma sociedade em que já existem milhares de crianças nascidas em famílias não heterossexuais e não binárias. (PRECIADO, 2019, p. 328)

Dessa maneira, não se pode mais negligenciar o saber produzido nas margens e pelos sujeitos a elas relegados durante milhares de anos. Consoante Bento (2017, p. 26) na introdução do seu livro *Trasviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*, não perdemos nada ao defender uma sociedade que “compreenda que a maior riqueza de uma nação está na existência de uma

sociedade diversa, plural e que compreenda a diferença não como anormalidade, mas como condição mesma do humano”.

Portanto, é urgente a necessidade de um debate que coloque no centro tais saberes, produzidos nos e pelos corpos desses sujeitos. Pensar tais questões a partir da multiplicidade, sem generalizações, entendendo a diferença como motor central da construção do humano, garantindo direitos e reconhecimento a todos sem distinção de gênero, raça ou sexualidade.

É preciso, pois, educar os sujeitos, a sociedade sobre a diversidade de ser, de existir, de se colocar no mundo, sobre a diversidade de corpos, desejos e querer. A Entrevistada S, pontua que é preciso ensinar, falar sobre si,

Porque, de qualquer forma, pra outras pessoas você é um corpo estranho. E é muito difícil pro outro. Eu penso no seguinte, eu não penso de uma forma que tem... Ok, tem pessoas que são transfóbicas, mas tem pessoas que não entendem e tem pessoas que não explicam. E se você não explicar, você não vai ajudar aquela pessoa que não entende.

Então, tipo, pra mim é... Eu digo sempre às meninas, é... Você ser uma professora, porque você tá ensinando, mas é a mesma coisa que você é forte, porque você tá lutando por um direito que é seu, em uma sociedade ainda que é muito enraizada no antigo, que foi dito que é menino e menina. Pra mim é isso, é ser força e professora ao mesmo tempo. (Entrevistada S, 23 de julho de 2024)

A posição trazida pela Entrevistada S, não é consenso entre todas as mulheres trans/travestis. Se colocar numa posição constante de “professora”, de alguém que precisa está a todo tempo ensinando, é cansativo e frustrante.

Nesses termos, o Letramento Queer se faz necessário na medida em que entendemos que quando ele se processa é possível aos sujeitos criar outras possibilidades para sua compreensão do mundo, de si e do outro, abandonando generalizações e tendo a possibilidade de perceber a diversidade como constituinte do humano e não como abominação, erro ou defeito.

Quando pensamos a conceituação de gênero e sexualidade, a multiplicidade de possibilidades e de modos de ser no mundo acabam por levar os sujeitos muitas vezes a não terem clareza quanto as definições do que seria cada elemento.

Fazer parte da comunidade LGBTQIAPN+, por si só não é garantia de um conhecimento que seja capaz de dar conta destas conceituações, até por que a

necessidade de conceituar, medir, descrever, nomear, em grande medida é muito mais do saber formal e acadêmico, da ciência, do que dos sujeitos que querem poder ter o direito de ser quem são.

O desconhecimento acerca da teoria de gênero e da sua diferença com relação a sexualidade fica evidente entre as entrevistadas deste trabalho, quando são questionadas sobre estes aspectos e elas colocam não ter clareza sobre a resposta a este questionamento.

Assim, eu mesmo sendo uma mulher trans que tá dentro da casa da Diversidade, eu ainda não sei muito bem distinguir quais são os temas, quais são as coisas. Mas é, é... a diversidade de gênero, você quer dizer? ... Na minha cabeça, é tipo, é todo mundo, sabe? Diversidade de gênero, eu incluo todo mundo: os trans, os gays, as lésbicas. Pra mim é tudo isso. Sexualidade seria a minha sexualidade, o eu. Eu levo mais no pessoal, entendeu? Pra mim a diversidade de gênero é todo mundo junto. E a sexualidade é só você. (Entrevistada S, 23 de julho de 2024).

É complicado [...] sexualidade, é..., pra mim, né? é você ser uma pessoa e... Você tem que passar uma imagem..., eu não sei, eu não sei nem te responder, né? Eu não sei responder essa pergunta. Essa é uma pergunta meio... complicada, sim, pra mim (Entrevistada R, 23 de julho de 2024).

Como podemos observar, esclarecer ou diferenciar alguns conceitos, é difícil, ainda mais quando não é comum que tais discussões apareçam, seja na família, na escola, e nos vários ambientes que frequentamos ao longo da vida.

Essa dificuldade aparece também quando pensamos os termos Transexual e Travesti. Apesar de termos escolhido neste trabalho utilizar a grafia mulheres trans/travesti, a partir da fala da maioria das Entrevistadas que dizem não perceber diferenças entre eles, vale ressaltar e demarcar as diferenças políticas e sociais existentes entre as duas nomenclaturas e como acontece a apropriação dessa grafia pelos sujeitos.

Adriana Salles (2018), pontua que nos anos 2000, se intensifica no Brasil um debate acerca das nomenclaturas que pudessem substituir o termo Travesti, pois o mesmo carregava uma imagem negativa, pejorativa e marginal da existência dos sujeitos. Passando-se a utilizar o termo Transgênero, que segundo ela naquele momento dava conta de suas identidades e era bem mais

aceitável que o termo Travesti, que era associado a prostituição, uso de drogas, contravenções e aí por diante. Desta maneira, o termo transgênero foi adotado na perspectiva de higienizar os modos de ser dos sujeitos, em especial as mulheres trans/travestis.

A travesti é a mais usada como termo político, é como a pessoa se identifica. Eu me identifico como pessoa trans, mas é, pessoas, é variável. Pessoas se declaram como travesti, outras pessoas se declaram como trans. Mas é uma sigla, é um termo guarda-chuva, que é a mesma coisa. É o termo guarda-chuva, ele é o mesmo, é a mesma coisa, é o termo guarda-chuva. Ele está ali, mas é a mesma coisa. Travesti é da forma que vocês se declaram, vocês se declaram travesti ou se declaram transexual. É mais um termo de luta, muitos usam como luta. (Entrevistada A, 19 de julho de 2024)

Essa visão da Travesti ainda é algo presente nos dias atuais, e em grande medida uma visão ainda reproduzida entre a população Trans/travesti. Quando perguntada sobre as diferenças entre a Transexual e a Travesti a Entrevistada A, diz não perceber diferença, acredita ser a mesma coisa, mas logo pontua que o termo travesti é mais “grotesco”:

Que na época era travesti, né? A nomenclatura veio mudar agora de uns tempos pra cá, né? Ah, eu não vejo tanta diferença, sabe? Porque na verdade não existe diferença. A diferença tá no nome. O nome travesti é mais apropriado pra aquelas meninas que vivem da prostituição, que usam droga, que estão no tráfico, entendeu? É mais, assim, pejorativo o nome travesti. Até na hora de falar é uma coisa mais rústica, mais grossa, mais grotesca. T r a v e s t i³⁸. Aí agora quando você fala mulher trans, antes de vir a trans vem a mulher. Então você tá se auto-identificando. (Entrevistada N, 30 de julho de 2024)

É possível perceber na fala da Entrevistada N, o quanto o termo Trans vem na perspectiva de higienizar, tornar aceito, se distanciar da ideia já cristalizada da travesti associada a prostituição, às drogas, a violência, à marginalidade.

Nesta mesma perspectiva a Entrevistada T, traz uma fala parecida, colocando que não percebe diferença entre eles, mas que as pessoas colocam a mulher trans como sendo aquela que fez a redesignação sexual

³⁸ A separação da grafia da palavra foi feita para dá ênfase a fala da Entrevistada que a pronuncia de forma soletrada, dando ênfase a força da palavra.

Não existe nenhuma. Isso aí eu não sei explicar. [...] É porque, acho que foi [...], ela é uma travesti muito babadeira, foi lá para a Casa da Diversidade.

[...] ela disse... deixa eu ver se entendi... tem pessoas que entendem que trans, mulheres transsexuais, são aquelas que são resignadas, são as que fazem operação. Tem muita gente que entende isso, mulher trans é isso.

E travesti são pessoas que se montam, se vestem, botam silicone, mulheres plásticos, que se chamam, mulheres plastificadas, são as travestis, entende? E as mulheres trans, tem gente que entende que são as operadas.

Ah, eu para mim posso me chamar de travesti, de mulher trans, para mim não me incomoda. Mas eu me identifico como mulher trans, como mulher trans. Porque travesti é um termo [...] Pejorativo, que as pessoas usam, entendeu? Mas eu adoro as travestis. Eu amo as bicha (Entrevistada T, 18 de julho de 2024).

A Entrevistada S, continua falando que as ideias e conceitos vem mudando, o pensamento vem se modificando:

Porque hoje em dia..., por que assim, há 15 anos atrás, eu tinha um pensamento, hoje em dia eu já tenho outro pensamento diferente, tudo mudou. Tipo assim, quando eu tinha 15 anos, eu pensava em, pra mim, a cirurgia de transsexual, tá entendendo? Então eu sonhava com isso. Hoje a minha realidade é outra. Hoje, com o decorrer do tempo, eu vi que não precisa tirar o órgão pra você deixar de ser quem você é. A minha mente mudou tudo. Então é isso, pra mim é isso. Hoje em dia não consigo fazer cirurgia pra dizer que você é quem você é. Se você é mulher, você é mulher. Independente do seu órgão genital (Entrevistada R, 23 de julho de 2024)

Neste trecho da fala da entrevistada R, é possível percebermos o quanto a visão acerca do ser mulher, do ser mulher trans/travesti vem mudando. O quanto o conhecimento, a construção de identidade, o saber sobre si, sobre o mundo, vem ganhando novos contornos, novas perspectivas.

É preciso entender, que a identidade travesti demarca hoje um lugar político, de desobediência à norma biomédica, como pontua Thiffany Odara (2020), sendo necessário destacar a importância de ambas as identidades - Transexual e travesti - no processo de empoderamento que ambas as nomenclaturas trazem à cena, num palco necessário e privilegiado para práticas de resistências transfeministas.

Ser mulher trans/travesti, é sinônimo de luta, de resistência, nos lembra a Entrevistada R (23 de julho de 2024), “e pra mim é isso. Pra mim é uma luta.

Mulher trans ou mulher travesti é uma luta constante até a morte”. É luta por direitos, é luta por dignidade, é luta por existir, é luta pela vida, é luta por reconhecimento de si, é LUTA.

Como ressalta Leite Júnior (2023, p. 63), o processo de reconhecimento de si, enquanto sujeito, é um processo contínuo e longo, “compreendido também a partir de conceituações e termos, que muitas vezes invisibilizam e silenciam as subjetividades”.

O autor continua dizendo que a academia se utiliza de uma série de termos e conceitos na tentativa de dar conta, de entender, de perceber a complexidade que é tratar as questões do ser humano. Ele indica que neste processo uma perspectiva menos impositiva é reconhecer a autoidentificação como possibilidade, uma vez que nos permite reconhecer os sujeitos a partir de sua autocompreensão.

Desta feita, escutar, está atento às falas, gestos, pausas, emoções trazidas pelas mulheres trans/travestis ouvidas neste trabalho, é fundamental. Mais que isso, é preciso e necessário potencializar e ecoar suas vozes e ideias sobre si, sobre o outro, sobre o mundo.

Haja visto que o processo de construção de si, é individual, subjetivo, singular, mas também é social, carecendo, portanto, ser vista desta forma. E sob esta perspectiva assevera Michael Pollak (1992, p. 201) que “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. É nesta perspectiva que trazemos as falas das entrevistadas e suas histórias e memórias de construção de suas identidades.

A Entrevistada A fala do seu processo de construção de identidade, passando por fases, tanto de reconhecimento de si quanto de autoafirmação para o mundo.

Eu fui uma das primeiras pessoas da minha família, no meu contexto familiar, a me declarar. Me declarar, na época, a minha orientação sexual, gay. Eu tinha 15 anos. Estava em processo de auto-descoberta. Com o meu corpo, com a minha aparência. E estava também em um período de fase... pra adolescência. Foi quando eu

cheguei para a minha família, que eu não gostava de meninas, eu gostava de meninos. (Entrevistada A, 19 de julho de 2024)

O processo de “sair do armário³⁹” muitas vezes é complexo, difícil e doloroso, haja vista toda a carga e pressão social para que os sujeitos se enquadrem nas normas impostas socialmente e cunhadas a partir da lógica biológica do ser homem e ser mulher. Ao romper com essa lógica uma carga de preconceito, segregação e exclusão na maioria das vezes são vivenciadas pelos sujeitos, como relata a Entrevistada A:

Só que eu fui criada por meus avós. Meus avós são pessoas de outra cultura. Uma cultura totalmente diferente. Onde há o preconceito por conta da religião. Meu avô, ele é uma pessoa totalmente, extremamente machista. Não me aceitou. Eu tive que ir embora, porque ele me expulsou de casa. Fui morar com minha mãe em outro município. [...] Porque minha família não me aceitava da forma que eu era. (Entrevistada A, 19 de julho de 2024)

A família, instituição primeira das relações humanas, que deveria ser um ambiente seguro, para que os sujeitos pudessem aprender, crescer e se constituir enquanto pessoa, para a população LGBTQIAPN+, de forma ainda mais incisiva para mulheres trans, se torna muitas vezes um ambiente de segregação, violência e exclusão.

A Entrevistada S, coloca que foi justamente no seio familiar que as violências e exclusões tiveram acento. Tal violência em grande medida é justificada por padrões religiosos, que tendem a condenar todo e qualquer comportamento que fuja de padrões pautados no biológico, e na lógica cisheteronormativa.

Mas, é um processo muito complicado, porque literalmente, os meus familiares são religiosos, mas eles são aqueles religiosos, bem aprofundados, então pra eles tem que ser daquele jeito. E foi, e continua sendo difícil, tanto que eu fui expulsa de casa, literalmente por causa disso, eu sou acolhida pela Casa da Diversidade, porque eles não quiseram buscar entender, não quiseram buscar se aprofundar, e acolher uma pessoa que é da família, que é algo que ainda não entendo na minha cabeça, você colocar alguém que não é igual a você

³⁹ Expressão utilizada para se referir ao momento em que uma pessoa “assume” para os outros que pertence a comunidade LGBTQIAPN+.

pra fora de casa. Mas sempre foi aquele processo de: ah, mas você quer ser mulher a força, entende... aí sempre tinha as palavras pejorativas, de nunca vou te amar, mulher trans é sempre viado, gay, tinha essas coisas, aquelas palavras pejorativas. (Entrevistada S, 23 de julho de 2024)

As violências vivenciadas pelos sujeitos trans partem de todos os lados. Os corpos LGBTQIAPN+, suas existências e subjetividades, são postos à prova e excluídos desde muito cedo, até mesmo antes desses sujeitos se entenderem como tal. Destituídos de direitos, violentados e subjugados à vontade e deleite dos que se consideram superiores.

Teve muito, quando eu era mais criança, nos meus 12, 13 anos, teve muito aquele abuso psicológico... ou, ou sexual, de pessoas da família, tinha os primos que faziam isso, e diziam, ah, mas você quer ser mulher, e mulher passa por isso, como se fosse uma obrigação. Não é algo que eu falo agora..., claro, é muito ruim de falar, mas não é algo que eu chore, ou fique me aguardando, porque é uma superação. Teve um momento que eu consegui dizer não, eu consegui me defender, e teve pessoas da família que me apoiaram. (Entrevistada S, 23 de julho de 2024)

Nesta fala da Entrevistada S, pode-se perceber uma série de violências sofridas por ela, além da denúncia de um padrão de comportamento e de violências infringidas contra a mulher, pelo simples fato de ser mulher: “mas você quer ser mulher, e mulher passa por isso”.

Para as mulheres tans/travestis tais violências, em certa medida, se intensificam, pois além de se aproximarem do “ser mulher”, que já é visto com inferioridade, na sociedade estruturada no patriarcado e mantida num sistema moderno/colonial, ainda “abrem mão” do direito que os indivíduos do sexo masculino gozam socialmente.

Sob este aspecto, María Lugones (2020), afirma que as sociedades pautadas no patriarcalismo, hierarquizam e inferiorizam grupos e indivíduos - e neste processo numa perspectiva da colonialidade do poder, que desconsidera mulheres de cor e transgêneros, tratando-os como inferiores, esses sujeitos são colocados à margem do poder, do saber, da vida, relegados a um não-lugar.

São violentadas e mortas por serem mulheres, objeto de dominação, subordinação e veneração, mas de forma mais complexa, morrem por terem o

feminino gravado em corpos que nasceram masculinos, desestabilizando a ordem de gênero (BENTO, 2017)

É importante ressaltar que, apesar de tais violências impetradas pela família, serem a realidade de muitas das mulheres trans/travestis, outras conseguem acolhimento, cuidado e afeto dos seus pais, avós, irmãos, convivendo de forma harmoniosa, tendo nesta instituição um alicerce, um suporte que as permitem viver e ser quem são.

Não tenho o que falar da minha família. [...] tenho três irmãs. Três irmãs, mulheres... Mulheres e eu. Eu me tornei uma, né? Mas a minha relação com a minha família é ótima. Minhas irmã, meu pai, minha mãe. [...] Nunca teve nem... até no tempo de eu me assumir. Foi normal. Minha mãe já sabia, né? Só meu pai, que tu sabe que o pai é mais, né? Mas mesmo assim, ele aceitou, até hoje ele me chama de filha. (Entrevistada T, 18 de julho de 2024)

É possível perceber na fala da Entrevistada T, a construção de laços afetivos nos processos de construção de si enquanto sujeito, e da relevância desses laços para a vida das pessoas, pois mesmo a aceitação, o olhar do outro não sendo uma condição absoluta, para os sujeitos se auto-reconhecerem, ela é condição importante nos processos de legitimação de si: “até hoje ele me chama de filha”.

Reconhecer-se é um dos primeiros deslocamentos para a construção de identidades, nos lembra Leite Júnior (2023). Perceber-se enquanto ser no mundo, entender quem somos, nos reconhecermos e nos constituirmos enquanto sujeitos, em especial quando se coloca contrário às normas/padrões estabelecidos é um exercício de coragem.

Foi quando eu me via de frente ao espelho, que eu olhava pro meu corpo. Sempre tive vontade de usar a roupa das minhas irmãs. E quando eu fui crescendo, eu fui influenciando mais, entendeu? Essa vontade da mulher que sai de dentro de mim. E aí eu fui me descobrindo aos poucos. E hoje eu me tornei assim. Quero continuar mais bela do que eu sou. (Entrevistada T, 18 de julho de 2024)

Olhar no espelho e se perceber diferente da imagem que é projetada socialmente. Entender-se no mundo enquanto sujeito. São questões vivenciadas

por mulheres trans/travestis, ao longa da vida e do processo de construção de suas identidades.

Pra mim foi fácil, não vou mentir, foi fácil, porque, como eu disse, desde de criança mesmo, tem vídeo meu bem pequeninha, brigando lá, que a gente ia no shopping, é bem pequeninha, ó, um carrinho, eu não quero um carrinho, eu quero uma “monster high”, eu quero uma Barbie, [...] tipo, minha família sempre falava pra mim, que realmente, foi desde quando eu aprendi a falar, eu aprendi a falar bem nova, eu comecei a falar com três anos, eu ia fazer três, no caso, eu já sabia falar palavras, foi bem cedo, e, quando eu comecei a ler, uns cinco, seis anos, foi quando eu comecei a brigar por coisas femininas, eu já queria coisa feminina, então, foi uma coisa desde que ... arremetei do útero mesmo, desde criança, foi assim, tipo, quando eu fui crescendo, eu já vestia blusinha, saíinha, claro, eu comecei com uma briga, queriam que eu vestisse um short, um blusinha masculina, mas eu conseguia vestir a roupa que eu queria, tanto que no meu batizado eu fui de vestido, minha bisavó fez. (Entrevistada S, 23 de julho de 2024).

Se reconhecer, acolher, aceitar uma adolescente trans/travesti, já é um processo marcada por negação, exclusão e preconceito, reconhecer a existência de crianças trans é um processo que ainda hoje se apresenta como tabu, elevando o sofrimento desses sujeitos.

Neste processo de fazer-se e desfazer-se o corpo é elemento central para construção da estilística trans/travesti. Para Adriana Barbosa Sales (2012, p. 40), a travesti – e aqui colocamos a mulher trans/travesti – “se posta, através, principalmente, de seu corpo, como condição *sine quoi non* da construção de sua identidade”.

Para as mulheres trans/travestis pobres, adequar o corpo a sua identidade de gênero é uma tarefa difícil, uma vez que elas esbarram na falta de recursos financeiros para realizarem as mudanças necessárias nos seus corpos, tendo muitas vezes que recorrer a métodos inseguros, como por exemplo o uso do silicone industrial, ou ainda o uso de hormônios sem acompanhamento médico.

A Entrevistada R fala das dificuldades que enfrentou quando do início de sua transição, sendo a questão financeira um elemento central dentro dos problemas por ela enfrentados:

[...] Tomar hormônio. Como sempre, todas tomam hormônio, né? Por conta própria. E foi assim, foi difícil um pouco. Porque é difícil você mudar. Difícil assim... porque você não tem, assim, as condições financeiras. Porque, assim, na nossa mente, a gente quer ser uma

mulher perfeita. Todas trans quer ser uma mulher perfeita. E ali começa a batalha. De dinheiro, de roupa, de produção, né? E sem falar mais nos pelo. Você tem pelo, você tem as coisas. Você quer fazer o tratamento notório, fazer aquele tratamento... É isso que dificulta a maioria da vida das trans, quando elas estão em mudança, né? Eu achei complicado um pouco, em termos financeiros. Porque, assim, meus pais nunca me deram nada. Nem meu pai e nem minha mãe, eu sempre tive que me virar. E foi isso. Eu acho que o mais difícil foi a questão financeira, no meu caso. Porque eu nunca tive a oportunidade de ter nada, assim, tipo roupas, hormônios. Porque, assim, hoje em dia está mais fácil, o que hoje em dia tem muito tratamento aí. (Entrevistada R, 23 de julho de 2024)

Já a Entrevistada N fala sobre os benefícios e malefícios do uso irregular de silicone, usado na tentativa de adequar o corpo aos padrões do que socialmente se lê como sendo corpo de mulher:

Quando eu coloquei o silicone, o que o silicone fez com o meu corpo? Porque eu coloquei 4 litros de silicone. O que é silicone? É um óleo de avião que eu achei que ia... Me trazer coisas boas. Trouxe? Trouxe. O formato de um corpo de uma mulher. Que eu queria. Me olhar no espelho e me ver uma mulher. Me ver de uma mulher. Mas só que agora... Ele tá me trazendo mais... Coisas ruins, entendeu? Tipo, fazer um exercício: tem que tá vendo, entendeu? Fazer certos tipos de cirurgia: tem que tá vendo, entendeu? Agora que eu já passei meus 30 anos. Eu tenho que tá vendo mais ainda a questão da minha alimentação, negócio de gordura, entendeu? Pra não inflamar. Pra não infeccionar, entendeu? Eu agradeço muito a Deus por não ter descido pro meu pé. Porque se você não sabe, o silicone tem... Muitas meninas tem silicone no pé. (Entrevistada N, 30 de julho de 2024)

As cicatrizes e efeitos sofridos nesta luta por adequação traz consequências que se arrastam por toda a vida dessas mulheres.

Ser excluídas socialmente, colocadas numa condição de corpo estranho de corpo abjeto, em grande medida não é condição suficiente para que a comunidade Trans aceite aquelas que iniciam o processo de transição, de modo especial quando pensamos as décadas de 1990 e 2000, quando a ideia de ser travesti, e as exigências para ocupar este lugar eram muitas.

A Entrevistada N, relata ter sofrido muito quando iniciou o seu processo de transição e foi embora para São Paulo, pra viver da prostituição, e o quanto o ideal construído do que é ser travesti foi responsável por construir julgamentos.

Já fui muito preconceituosa com as minhas. Entendeu? Porque eu acho que... Assim que eu cheguei em São Paulo, elas eram muito arrogante com nós que tava chegando. Ai, você é viadinha. Cadê seu peito? Sendo que ninguém começa já formado. Ninguém começa já... Entendeu? A gente tá ali pra aprender. Então, o jeito delas de ensinar eram altamente... ríspido, ignorante, brutal. Mexia com o seu psicológico, entendeu? Elas entravam no seu psicológico: você tem que colocar óleo porque só é travesti quem põe óleo, entendeu? Seu peito tem que ser enorme. Porque só é travesti quem tem um peito enorme. Só é travesti quem faz várias plásticas. Pra você ser travesti, tem que ter várias plásticas. Então, isso, ao decorrer do tempo, eu fui vendo que não precisa disso, sabe? Que isso é uma coisa formada das trans antigas, entendeu? Uma coisa que as trans antigas colocavam na cabeça das que estavam chegando. As que estavam chegando formavam a cabeça. Em questão daquelas trans antigas que hoje não precisa mais (Entrevistada N, 30 de julho de 2024).

Como é possível afirmar que A MULHER não existe, podemos também afirmar que A TRAVESTI não existe, na medida em que não é possível pensar os sujeitos, suas experiências e modos de ser como tendo um modelo único, um padrão definido que pode/deva ser seguido.

As trajetórias de vida são atravessadas por vários marcadores sociais, como raça, gênero, sexualidade, geração, território e classe que se interligam, e constituem os sujeitos.

Segundo Peres (2015, p. 45), as inúmeras violências vividas pelas mulheres trans/travestis no Brasil, “se intensificam mais ainda quando associadas à outras formas de estigmatização que se somam ao fato de ser travesti, como a mesma ser pobre, negra ou estiver vivendo com HIV/AIDS”.

As Entrevistadas deste trabalho se reconhecem todas como pretas ou pardas, pobres, vivendo de programas sociais do governo e/ou ainda da prostituição, e com um gênero dissidente. As encruzilhadas que as entrevistadas atravessam são muitas, aumentando também as suas vulnerabilidades.

Elas vivem na periferia de Juazeiro do Norte. A entrevistada T mora só, de aluguel, num bairro periférico; A Entrevistada R, mora com a mãe e os irmãos; a Entrevistada A mora só, pagando aluguel; a Entrevistada N, mora com o companheiro em uma casa também alugada; e a Entrevistada S, mora na Casa da Diversidade, por não ter outro teto pra morar. Os territórios onde as mulheres entrevistadas moram, são áreas pobres, periféricas, e nem uma delas tem uma casa própria para morar.

Os processos de exclusão e vulnerabilização vivenciados por mulheres trans/travestis ao longo da vida, iniciando na família, também se apresenta quando da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. Leite Junior (2023, p. 109), pontua que “o espaço laboral, instituído com forte padronização cisnormativa, demonstra a não abertura diante das desobediências de gênero. Neste sentido, a diferença não encontra com facilidade a inserção no mercado de trabalho”. Colocando as mulheres trans/travestis na maioria das vezes fora dos processos de empregabilidade formal.

A Entrevistada A, ao falar sobre o mercado de trabalho coloca em cena o quanto é difícil às mulheres trans/travestis conseguirem trabalho tendo que recorrer a prostituição como meio de sobrevivência: “Muitas de nós não tem trabalho, não tem renda fixa, não tem emprego fixo. E muitas vezes a gente tem que se submeter a vender o corpo para poder a gente se manter” (19 de julho de 2024). E continua:

Porque o mercado de trabalho ele ainda é muito vulnerável a nós. A gente pode ter a melhor qualificação, melhor currículo, mas ainda tem a questão daquele baque, que você vai fazer uma entrevista, a pessoa vê que você é uma pessoa transexual, você não pode... você pode ter o melhor currículo, o maior currículo que tiver na empresa, mas se for uma pessoa que se declara transsexual, a pessoa viola seu currículo porque você é uma pessoa trans. E dá uma oportunidade a uma mulher cisgênera. [...] eu só tive no mercado de trabalho na época que eu era gay (Entrevistada A, 19 de julho de 2024)

Leite Junior (2023), indica que é comum encontrar na literatura que a inserção de mulheres trans/travestis no mercado de trabalho se dá a partir da prostituição, como única alternativa de sobrevivência.

A Entrevistada N aponta que a necessidade de ter uma renda melhor, de ajudar a sua família, a levou a ingressar na prostituição, atividade que exerce até a data da entrevista, pois ainda é sua fonte de renda e de sobrevivência:

Fui entrando no mundo é... da prostituição, da noite, da vida, do mundo, né? Porque a gente acaba esquecendo um pouco de quem a gente é, pra onde a gente vai, o que a gente quer fazer, entendeu? Também pela minha família, que não tinha condição, entendeu? Então eu queria dar uma condição melhor de vida pra minha família, né? E foi assim, fui me distanciando mais ainda, conheci pessoas lá que não me

trouxeram boas lembranças, boas coisas, entendeu? Conheci as drogas, conheci a noite, que não é boa. Fui me distanciando de muita coisa boa da minha vida. (Entrevistada N, 30 de julho de 2024)

Adentrar o universo da prostituição, levou a Entrevistada N, a também conhecer as drogas. Está na pista é em constantes exposição às inúmeras violências, inclusive correndo risco de vida. A Entrevistada N relata que é uma vida arriscada, que já foi vítima de inúmeras violências, incluindo até tentativa de assassinato:

[...] Não é vida. Se você falar que não é vida, é uma vida sofrida, uma vida de droga, uma vida de bebida, uma vida que você tá correndo risco, entendeu? Ali eu levei um tiro. Quase que eu morro. Quase que eu fiquei... entrou aqui, saiu aqui e passou de raspão aqui. E tô andando, tô pulando. Entendeu? Tô fazendo minhas coisinhas. Mas isso poderia ter me deixado em uma cadeira de roda, poderia ter perdido os movimentos das minhas perna, poderia ter pego em algum vaso sanguíneo (Entrevistada N, 30 de julho de 2024).

Esta mesma perspectiva de violência e medo que as mulheres trans/travestis, vivenciam nas ruas, é pontuada pela Entrevistada A, quando ela relata momentos de tensão e medo já vivenciados em atendimentos com clientes.

Já, já passei por uma situação de eu sair com um cliente e chegar lá na hora ele ser... Ele chegar para mim na hora... só que ele me tratou super bem. Ele relatar a história dele e na hora ele dizer que já foi vítima de dois homicídios. Para mim, acho que essa foi a pior, porque eu fiquei sem chão, sabe? Quando ele disse para mim, cara bem bonito, elegante, que já tinha cometido vários homicídios. E eu fiquei com medo, sabe? Me deixou insegura. Me deixou traumatizada, fiquei com medo de ele se realizar, o fetiche dele. Que querendo ou não, para eles, a gente não passa de um fetiche sexual. Eles não querem assumir, mas eles querem se realizar. Eles querem estar ali em busca do prazer. (Entrevistada A, 19 de julho de 2024)

As experiências de violência e vulnerabilidade vivenciadas pelas travestis as colocam cada vez mais à margem de uma sociedade que privilegia e se organiza a partir de normas e padrões pré-estabelecidos e que exclui todos que fogem a esta regra.

Mas, é importante ressaltar que não podemos criar generalizações, e entender ou ainda colocar a prostituição apenas como motivada por uma questão econômica e/ou ainda somente por falta de oportunidade, como lembra Leite

Júnior (2023, p. 137), mas colocá-la também “como um espaço de afirmação da feminilidade”, apresentando-a como um “campo de experiências prazerosas para as travestis”

Nesta perspectiva a Entrevistada A fala - num momento em que o microfone não estava ligado, não sendo possível trazer aqui a sua narrativa - do prazer que a relação sexual lhe proporciona, e que encontrou na prostituição o lugar para dá vazão aos seus desejos sexuais, pois segundo ela é viciada em sexo, e já quebrou muito a cara, e agora junta o seu desejo ao trabalho, cobrando pelo que gosta, não tendo mais vontade de transar só por transar. Portanto, é importante pontuar que o trabalho sexual, não deve ser romantizado, mas na mesma medida não deve ser colocado como sinônimo de vitimização.

Às mulheres trans são negados o convívio e a proteção da família; os direitos fundamentais de vida e sobrevivência; a inserção no mercado de trabalho, as empurrando a uma vida de vulnerabilidade e miséria; e também lhes é negado o direito ao afeto.

Marta Rovai (2021), aponta que as representações históricas sobre as mulheres trans/travestis, que se associam normalmente à patologia, à promiscuidade, ao pecado, acabam por retirar delas o direito de amar, do afeto de relações que extrapolem a sexualidade.

Condenadas muitas vezes a solidão, essas mulheres, sofrem o apagamento, a violência e o extermínio, com poucas possibilidades de envelhecimento, uma vez que suas expectativas de vida são de aproximadamente 35 anos, de acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (BENEVIDES, 2024, p. 54).

A autora coloca ainda, que desde a infância às mulheres trans/travestis o amor é negado. Uma vez que como crianças ou adolescentes viveram sob o sofrimento e o desconhecimento de quem eram, agindo na tensão entre “submeter-se às fronteiras de gênero sedimentadas pelos processos de subjetivação – envergonhando-se ou culpabilizando-se por seus sentimentos – e romper com a imposição biológica e moral sobre seus corpos (ROVAI, 2021. p. 238).

A Entrevistada T relata que até ver mulheres trans/travestis em sua cidade, no interior, era difícil, somente quando tinha alguma festa é que ela via, e se reconhecia naquelas mulheres.

Porque no meu tempo, era muito difícil. Porque eu sou de 89, né? Nesse tempo era muito preconceito. Era difícil você ver uma mulher trans, uma travesti. Só quando eu ia em festa, eu era pequena, eu via. E sempre eu tive vontade, eu dizia, um dia eu vou ser desse jeito. Aí foi isso. Saí de casa dos meus pais, não por eles terem me expulsado. (Entrevistada T, 18 de julho de 2024)

Crescendo sem outras referências de mulheres trans/travestis, muitas jovens se sentem isoladas do mundo, por não se reconhecerem entre aqueles que com elas convivem, muitas vezes só encontrando essas referências tardiamente quando saem, ou são expulsas de suas casas, de suas cidades de origem.

Muitas vezes são levadas a ter que tomar para si responsabilidades de adulto, num momento de descobertas e mudanças, como pontua a Entrevistada A:

Porque minha família não me aceitava da forma que eu era. E foi aí que eu casei. Com 16 anos, eu conheci um cara, casei, me ajuntei. E vivi com ele, vivi com ele. Ele tinha 28 anos e eu tinha 15. A gente passou 12 anos juntos. Foi aí que eu passei a minha fase toda, 12 anos. Em um relacionamento preso com outra pessoa, a qual eu tive que me relacionar para poder ter minha vivência. Porque não dava certo eu morar com meus pais, com minha mãe. Tinha que ter meu lugar. Tinha que ter uma pessoa para eu poder sobreviver. E eu coloquei a pessoa como se ela fosse o meu porto seguro. Meu erro foi esse, por que eu estava passando por todas essas fases e eu precisava buscar uma proteção, eu busquei nele. (Entrevistada A, 19 de julho de 2024).

O amor é negado na família, nas relações amorosas, na escola, na religião. Quando se nega o amor, o ódio, a violência, o preconceito se instalam e fazem desses corpos um alvo.

bell hooks (2021), no seu livro “Tudo sobre o amor: novas perspectivas”, analisa como o patriarcado e o racismo, enquanto estruturas sociais negam o amor a determinados grupos, em especial mulheres crianças e grupos marginalizados como por exemplo as mulheres trans/travestis. Para a autora,

quando nós escolhemos amar, estamos fazendo um movimento contra o medo, contra a alienação, e nesta perspectiva somos colocados como alvo do ódio e violência sobre nós, nossos corpos e nossos amores.

O país que eu vivo é o país que mais mata pessoas trans, seja da família, ou sejam na rua, seja na escola, sejam onde for, a gente está sujeito a qualquer coisa. Eu aqui conversando contigo eu já fico já alerta, entendeu? ... com a porta aberta. Eu sempre estou, dentro da minha casa com as portas fechadas. Justamente por causa disso. Quando eu saio eu já saio alerta, igual uma sirene, já saiu alerta. Por que a qualquer hora eu posso ser é ... é morta. É isso que eu falo pro meu companheiro: Você está comigo, mais saiba que a gente mora, a gente vive no país que mais mata pessoas Trans, e só pelo fato de você está do meu lado, você é um alvo. Então Teje preparado, por que já nasci pronta, pra tudo. Já passei fome, já morei em abrigo, já morei na rua. (Entrevistada N, 30 de julho de 2024)

Os medos da Entrevistada N, são compreensíveis, uma vez que segundo pesquisa realizada e divulgada pela ANTRA, e publicizada no *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*, de autoria de Bruna Benevides, o Brasil mata em média 151 pessoas Trans por ano. O que é assustador, pois apesar disso não há políticas públicas de combate e enfrentamento a esta brutal violência.

Tais dados se repetem ano após ano, como evidencia o Dossiê publicado recentemente, em janeiro de 2025, que mostra que o número de pessoas trans mortas, apesar de ter diminuído em comparação com o ano anterior, ainda é um número alarmante: “Em 2024, foram assassinadas 122 pessoas trans e travestis. No comparativo entre os anos de 2023 e 2024, foi percebida uma queda de 16% no número de assassinatos contra pessoas trans, de 145 em 2023 para 122 em 2024” (BENEVIDES, 2025, p. 62).

Ainda nesta perspectiva, a Entrevistada T fala de experiências de violência por ela vivenciadas: “Já passei por tanta coisa na vida. Em relação a homens, entendeu? (...) Ah, apanhar, entendeu? Assim, quando você vai fazer algum... Você ia sair, entendeu? Já apanhei de corda, já levei pedrada” (Entrevistada T, 18 de julho de 2024).

Se tais corpos são relegados a este lugar de violência, abjeção e vergonha, pensar o amor público para essas mulheres é se deparar com uma realidade que apesar de vir se modificando ainda é difícil.

A Entrevistada T relata que uma das lembranças que marcaram a sua vida foi quando começou a namorar um rapaz e ele a convidou para jantar, e ela se espantou, pois não acreditava que ele teria coragem de sair com uma mulher trans/travesti em público.

[...] Foi o fato de eu ser assumida pra sociedade pelo um homem hetero, família, por que é difícil... uma travesti, uma mulher trans, um homem pegar na sua mão e dizer: sua mulher, sua namorada. [...] Quando eu namorava com meu namorado, a gente não se beijava em praça pública. O fato do respeito às pessoas idosas, que também não têm essa mentalidade, e pelas crianças. É isso [...] Eu ainda tinha vergonha de sair com ele. Eu mesma. Quando eu fui... Ele me chamou pra sair. Olha aí, onde a minha mente era fechada. Tu tem coragem de sair comigo? Ele falou assim: oxe eu tenho, por quê? Você é um ser humano. E daí foi. Aí, certo tempo, ele me levou pra conhecer a família. E hoje, a família gosta de mim. O melhor acontecimento da minha vida foi esse. (Entrevistada T, 18 de julho de 2024)

Marta Rovai (2021, p. 248) menciona que o caráter público das relações amorosas estabelecidas “com homens heteros e cisgêneros adquire um caráter subversivo ao incorporar mulheridades que podem ser vistas como abjetas numa instituição hegemônica que é a família heteronormativa”.

É como se essas mulheres quisessem ser capturadas, “habitar a norma”, como forma de serem aceitas socialmente, inserindo-se nos modelos de amor romântico, continua Marta Rovai. Um amor que significa cuidado, proteção, autoestima, segurança, existência.

A autora continua refletindo sobre o modelo de amor cisheteronormativo, pontuando que a perspectiva das mulheres trans/travestis de sonharem com este amor, não é no intuito de legitimá-lo, uma vez que este modelo expressa relações de poder historicamente construídas que devem ser rompidas, mas de se colocarem num campo de liberdade de poder ter o direito de escolher entrar e sair de tais relações, direito que lhes é, muitas vezes, negado.

A conversa com a Entrevistada T foi realizada em 30 de julho de 2024 em sua residência, onde há dois meses ela vive com seu companheiro. Era perceptível o amor e o orgulho que N tinha de cuidar de sua casa, de seu lar, de seu marido. Fato percebido na limpeza impecável, na arrumação, na disposição dos móveis, mas também em sua fala ao afirmar que o seu dia-a-dia:

Mas hoje o meu dia é acordar de manhã, fico em casa, cuido da minha casa, né? Tenho minha casa, cuido da minha casa, cuido dos meus bichos, cuido do meu companheiro, ele passa o dia trabalhando, aí quando é de tardezinha eu vou pro curso, uma hora, chego do curso cinco horas, né? Ajeito minha casinha, estudo um pouquinho, vou dar uma voltinha com o meu cachorro e fico tranquilo. Vou dormir por volta de umas dez, onze horas. (Entrevistada N, 30 de julho de 2024)

A Entrevistada N, traduz em sua fala um cotidiano comum, de uma dona de casa que se dedica ao lar e ao esposo. Cotidiano este, que historicamente vem sendo questionando e refutado por mulheres no mundo todo. Poderia parecer apenas a narração da reprodução de um modelo heteronormativo, que excluiu pessoas como N, mas é justamente por isso, que este relato se apresenta como resistência, luta e subversão. No entanto, a Entrevistada N, ainda precisa recorrer a prostituição para poder se manter. Antes ia pra pista todos os dias, agora vai pra pista de sexta a domingo.

Nesses termos, concordamos com Marta Rovai (2021, p, 252), quando ela diz que é preciso “trazer para a história a temática do amor, em especial para grupos historicamente vulnerabilizados e postos à margem do sonho, da liberdade de se iludir e do protagonismo”.

Permitir às mulheres trans/travestis as liberdades de ser, estar e ocupar os espaços que desejarem, de serem amadas e amar, de trabalhar, de modificar seus corpos, de se educar e profissionalizar, enfim a liberdade de existir.

4. POR OUTRAS PRÁTICAS EDUCATIVAS/FORMATIVAS.

4.1 Práticas educativas: construindo saberes

O historiador português Justino Magalhães (2022, p. 7), aponta em sua obra “Na rota da educação: epistemologia, teoria, história”, que a educação é constitutiva do humano, e que “ganha substância nas culturas, nos saberes, nos saberes-fazer, nos valores, nos gestos; manifesta-se como personalidade, humanidade, sociedade”. E que é nos modos de ser, viver, agir, sonhar que adquire sentido, inscrevendo-se na vida, nas experiências, ideias, memórias, êxitos e sofrimentos. Destarte, para ele, a unidade da educação é vida, uma vida humana.

É, pois, importante entender que a educação, seja ela escolar ou não escolar (conceitos que discutiremos mais à frente), deve servir ao propósito de não só estudar as realizações, construções e pensamento humano, sobre si e o mundo que o cerca, mas acima de tudo deve privilegiar e entender que ela deve ser feita de e para pessoas, para todas as pessoas, apesar de tal intento ser historicamente negligenciado.

O autor continua apontando, que pela educação “os indivíduos tornam-se humanos, e os humanos pessoas: pessoas-indivíduo e pessoas-coletivo” (MAGALHÃES, 2022, p. 18). E que ao indagar, questionar, imitar e desejar as pessoas se assumem educandas, levando a um novo processo de educação onde o indivíduo “corporiza”, e a que o ser humano confere sentido, tornando-se pessoa, sendo este movimento próprio da “dialética do humano”.

Neste sentido, para ele, o radical da educação está associado à intenção, à possibilidade, à materialidade, ao significado e ao sentido, transformado desta feita pela dialética “instituição-norma-realização” (MAGALHÃES, 2022, p. 18). Mesmo não tendo uma finalidade única, deve comportar uma atmosfera de desenvolvimento, virtude, beleza, justiça, harmonia verdade e bem.

Com efeito, é importante lembrar que a escola durante muito tempo não se configurava como um espaço democrático, onde todos os indivíduos dela podiam fazer parte. Uma das grandes mudanças da educação se dá justamente

no ingresso das camadas mais pobres à escola, que a leva a enfrentar e trabalhar com questões que até então não faziam parte da sua cultura.

Um novo olhar é lançado sobre ela, pelos trabalhadores, que dela passam a fazer parte. Um ambiente de descobertas e necessidades que passa a apontar para a mudança de pensamento dos sujeitos e a descoberta de direitos que possibilita levar o trabalhador a sair dos processos de alienação, tendo a missão de formar sujeitos na sociedade e para a sociedade.

Nesta perspectiva, Thiffany Odara (2020), pontua que a educação deve se colocar como um instrumento importante e fundamental nos processos de valorização e socialização das diferenças, devendo trabalhar as diversidades que existem no âmbito da sociedade.

No entanto, a autora denuncia que por questões políticas e ideológicas, em certa medida, ela se fecha para este diálogo com as diversidades, “formatando, excluindo e marginalizando sujeitos e consecutivamente os corpos que estão fora da lógica dita dos padrões dominantes [...] baseados na estrutura do racismo sexismo/machismo, heteronormatividade e cisgeneridade” (2020, p. 90).

Neste contexto, se faz necessário pensar a educação numa perspectiva global, que congrega e carrega intencionalidades, que ao longo da história vem selecionando os corpos e sujeitos que dela podem fazer parte, que dela podem se aproximar. E os corpos lidos como abjetos das mulheres trans/travestis, vem sendo relegados, excluídos dos processos educativos escolares, que tentam docilizá-los e discipliná-los dentro dos padrões cisheteronormativos, uma vez que subvertem a lógica de dominação dentro do contexto educacional da escola (THIFFANY ODARA, 2020).

Destarte, é importante tanto pensar a educação escolar, que está sistematizada, organizada e estruturada a partir de modelos e padrões que vem sendo desenvolvidos ao longo do tempo, que se liga diretamente ao saber (re)produzido na e pela escola, quanto a educação não escolar, com seus processos que se desenvolvem fora da escola. Início falando da educação escolar.

Entendo a educação escolar como o processo educativo desenvolvido dentro da escola, de forma institucionalizada, com seu sistema de ensino,

hierárquico e cronológico, que se inicia em determinado estágio, com determinada idade e segue obedecendo essa lógica até determinado nível de ensino, onde supostamente acontece a conclusão dos estudos. Inicia com a creche, passando pela educação infantil, fundamental e médio, e seguindo para graduação e pós-graduação lato e stricto sensu.

A escola exerce um papel fundamental no processo de construção e constituição do ser humano. A partir da diversidade de histórias e de sujeitos que adentram e ocupam este espaço, ela deveria ser promotora do diálogo dessa multiplicidade, mas, no entanto, se coloca como um lugar de normatização e reprodução de um modelo de poder hegemônico que limita (ou tenta) as formas de ser e viver no mundo (CARVALHO; SANTOS, 2014).

Louro (2010) relata que a instituição escolar, desde o seu início exerce uma função de segregação, de separação. Portanto produtora e reprodutora de preconceitos, uma vez que classifica, ordena e hierarquiza corpos e sujeitos, afirmando o que cada um pode ou não fazer, pensar ou ser.

Percebida muitas vezes como um lugar que gera um “*apartheid* sexual” (LOURO, 2022. p. 36) a escola se torna um espaço de dor e sofrimento para mulheres trans/travestis que insistem em negar o lugar que socialmente lhes é imposto - o de homens cisgêneros – sendo vítimas de processos de segregação, discriminação e tentativas de apagamento de suas existências.

Uma vez relegados a esta posição, mulheres trans/travestis acabam evadindo, abandonando o espaço escolar visto que tal espaço não se configura como sendo seu, pois é um lugar que não lhes pertence. Peregrino (2006) lembra que “os lugares, posições ou espaços ocupados por sua vez, determinam, em grande medida, o poder de acesso ou de manutenção dos “bens” distribuídos pela escola: o conhecimento escolar” (PEREGRINO, 2006. p.110). Conhecimento esse que continua sendo negligenciado, negado a tais sujeitos.

A Entrevistada A, ao falar sobre as violações de direitos e discriminações vivenciadas por ela, traz a escola como um desses espaços de reprodução dessa violência:

Você vai para a escola estudar, em busca de se qualificar, em busca de buscar uma educação melhor para você. E você começa a sofrer da escola. Começa a violar seu direito, a violência dentro da escola. Que não respeita seu nome social. Não respeita você usar o banheiro

feminino. Eu acho que o primeiro passo é na educação. (19 de julho de 2024)

Na narrativa apresentada, fica evidente, que a escola, não cumpriu aquilo que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que traz no seu artigo 5º os princípios norteadores do ensino e estabelece no inciso I que se deve garantir “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, e no inciso IV o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996).

No livro a “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”, Freire (2022) lembra que só se faz o certo quando se pensa o certo, fato que acontece quando se entende que agir no mundo leva o sujeito a conhecer o mundo ou seja quando se garante aos sujeitos a possibilidade de conhecer o mundo a partir das mudanças e transformações que o mesmo opera neste mundo.

Ao longo dos tempos, a educação escolar vem se reconfigurando, se modificando, se transformando, e muito avançou em seu papel de construtora de conhecimento, que congrega e agrega as diferenças em suas práticas, adicionando temas, autores e celebrações que antes não faziam parte do interesse da escola.

No entanto, tais mudanças ainda estão longe de corresponder a real necessidade de uma educação que seja de fato democrática, inclusiva e centrada na pluralidade de ideias, concepções, sujeitos e saberes.

Sob esta perspectiva, Moreira e Candau (2003, p. 166), destacam que mais do que acrescentar temas dentro da escola, se faz necessário “uma releitura da própria visão de educação. É indispensável desenvolver um novo olhar, uma nova ótica, uma sensibilidade diferente”. Sendo, pois, fundamental desestabilizar e desnaturalizar o olhar e a prática da educação, bem como dos temas e modelos por ela construídos.

Tiffany Odara (2022) reforça, que a educação no Brasil, ainda está pautada, em grande medida, pelo colonialismo vivido séculos atrás. Este se configura como um fenômeno histórico complexo, referindo-se a um padrão de poder que se apoia na naturalização de hierarquias, sejam elas raciais, culturais,

de território, que possibilitam a reprodução de relações de dominação, ainda presentes nos dias atuais.

Ela continua apontando, que a força da colonialidade se mostra na educação, na medida em que insiste em negar e desvalorizar os saberes, crenças, valores e modos de existir dos sujeitos que dela fazem parte, mas que estão à margem ou ainda rebaixados dentro da hierarquia de saberes por ela privilegiados.

Ainda hoje o sistema de educação no Brasil, parece ignorar as raízes machistas, racistas e misóginas, no qual está assentado, se configurando como produto e produtora de um conjunto de práticas que hierarquiza, discrimina e invisibiliza sujeitos e saberes (CARDOSO; SILVA, 2011).

A Lei Nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) traz como princípios básicos do ensino no Brasil - como mencionado anteriormente - o respeito à liberdade e apreço a tolerância; a valorização da experiência extraescolar; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; entre outros princípios, que ainda hoje, mesmo tendo decorridos quase 30 anos de sua aprovação, não são respeitados em sua integralidade, em especial quando se fala das questões ligadas a Gênero e Sexualidade.

Foi aprovada e sancionada em junho de 2014 a Lei de Nº 13.005, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, que tem como objetivo regulamentar e nortear as ações da educação nacional a serem desenvolvidas neste período.

Após intensos e acalorados debates, o Senado Federal retira do Plano a diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais, removendo a ênfase na promoção da 'igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual', expressão substituída por 'cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação'" (BRASIL, 2014, p. 22)

Tal mudança carrega um peso político, prático e simbólico muito forte. Ao retirar a terminologia "Diversidade de Gênero", não se muda apenas a grafia, mas faz-se silêncio, esconde, negligencia a necessidade de a escola perceber, debater, entender e acolher as várias formas de ser no mundo.

Esse silenciamento provoca uma onda de mudanças que podem culminar no isolamento e segregação ainda maior dos sujeitos que vivem um modelo

diferente daquele visto cultural e socialmente como o ideal, de modo particular as mulheres Trans/travestis, que acabam sendo as maiores vítimas dos processos de exclusão, segregação e violências, pois carregam no próprio corpo as marcas e cicatrizes de se colocaram no mundo como diferentes da norma pré-estabelecida socialmente.

Após a aprovação da referida Lei, os debates em torno das questões ligadas a Diversidade de Gênero nas escolas continuaram acontecendo, em especial quando da elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação.

O estado do Ceará aprovou e sancionou o seu Plano Estadual de Educação sob a Lei Nº 16.025, 30 de maio de 2016, que em resposta ao PNE, traz no seu artigo 3º na diretriz de número XV o seguinte texto: “impede, sob quaisquer pretextos, a utilização de ideologia de gênero na educação estadual”. No entanto, entendo que tal artigo fere a diretriz de número III da mesma lei que fala da “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. (D.O. CE, 01 de junho de 2016).

A própria terminologia adotada na lei já demonstra certo grau de estereótipo e preconceito no que concernem às questões ligadas à diversidade de Gênero e Sexual. Quando se fala hoje em dia em “Ideologia de Gênero” remete-se a questões ligadas a um conjunto de ideias que surgem nos últimos anos, que supostamente prega uma tentativa dos setores minoritários da sociedade em transformar ou convencer as crianças e adolescentes a mudarem de gênero e/ou sexualidade, como se esses pudesse ser manipulados. Ideologia essa defendida por grupos religiosos e políticos radicais, que se dizem fundamentar em valores cristãos, em defesa da moral, da família e dos bons costumes.

Esse silenciamento continua a nível municipal, com a promulgação da Lei nº 4486, de 8 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Juazeiro do Norte, Ceará. O referido Plano, diferentemente do Estadual, não traz explicitamente a proibição do que o Estado chamou de “Ideologia de Gênero”, mas tampouco contempla em seu texto a necessidade das escolas trabalharem a diversidade de gênero, sendo, pois, a omissão um indicativo, ou ainda uma

tentativa de silenciamento e invisibilização da temática e dos sujeitos que fogem à regra cisheteronormativa.

Diante disso, é possível entender que as práticas educacionais desenvolvidas pelas escolas, não estão conseguindo dar conta das inúmeras demandas que a sociedade contemporânea vem apresentando.

É perceptível, portanto, que o papel desempenhado pelo Estado vem ganhando uma nova configuração ao longo dos anos, nos vários setores da sociedade, inclusive na educação. No entanto, é também notório que o mesmo não tem conseguido dar conta - seja por falta de políticas públicas eficazes, seja por falta de interesse - da complexidade de questões que se colocam hoje como imperativo na sociedade.

Na ausência do Estado, a sociedade civil vem se organizando na tentativa de dar conta e de atuar em setores e situações onde o Estado não chega. E é nesta perspectiva que surgem as Organizações da Sociedade Civil (OSC), “em busca do suprimento de bens sociais necessários à promoção humana e da mobilização social” (SILVA, 2020, p. 49).

Quando a política pública falha em de fato atender as demandas e necessidades da população, de modo especial dos grupos vulnerabilizados, as OSC's, em certa medida, passam a atuar, como lembra Brenda:

Eu trago esse recorte porque para nós é desafogar o serviço da esfera governamental do município quando a população LGBT não se sente bem quando procura um CRAS, não se sente bem quando procura uma UBS, não se sente bem quando às vezes se deixa, né? é violar o direito dela quando ela tá sendo violada em algum espaço público... (BRENDA, 22 de novembro de 2024).

Ao longo dos séculos a educação vem passando por inúmeras transformações. O século XXI, lembra Severo (2015), é marcado por um cenário de novas configurações pedagógicas que criam e recriam possibilidades novas de ensinar e aprender, sob a perspectiva de um novo fazer educação, que a compreende de forma mais ampla e complexa. Sob esse olhar, passo a falar sobre Educação não Escolar (ENE).

É importante lembrar que a educação não está restrita a espaços formais, ou ainda que acontece apenas em espaços escolares. Os processos educativos acontecem nos mais variados espaços, sejam eles escolares ou não escolares.

Desta feita o termo Educação Não Escolar, repousa justamente sobre a necessidade de conceituar práticas educativas que se processam para além dos muros da escola, e que vem ganhando cada vez mais força nos dias atuais. Nesta perspectiva, Severo (2015, p. 565), pontua que

A atualidade tem sido cenário de proliferação de iniciativas cada vez mais visíveis de desenvolvimento de processos formativos em espaços não convencionais de ensino e aprendizagem. Diversas instituições não escolares, porém com interesses educativos em sua conjuntura ou com algum tipo de inserção em contextos nos quais as pessoas necessitem atuar mediante o uso de ferramentas pedagógicas, têm configurado em sua agenda de trabalho objetivos e ações que manifestam, em maior ou menor medida, um caráter instrutivo, educativo ou pedagógico.

O autor pontua ainda, que nesses novos cenários, além de serem processadas novas práticas educativas, essas ainda põem em avaliação, de forma direto ou indireta, a função da escola, e as aprendizagens por ela construídas, criadas e constituídas.

É importante entender a ENE, como atividade que na mesma medida em que se propõe preencher lacunas deixadas nos processos formativos, coloca a educação e a escola numa posição de repensar as suas práticas, haja vista as necessidades de criar espaços educativos comprometidos com a construção de conhecimentos de e para sujeitos múltiplos, pensando a justiça, a igualdade de direitos e oportunidades, numa perspectiva que fuja a lógica de dominação historicamente impostas.

Pode-se desta feita, compreender a ENE como uma categoria temática que engloba práticas formativas que se desenvolvem fora da escola, ou seja, uma perspectiva mais adequada para falar sobre os “espaços em que ocorrem processos não formais e informais, embora em alguns casos seja possível reconhecer atividades formais que se desenvolvem fora da escola, em contextos não convencionais” (SEVERO, 2015, p. 565).

Dito de outra forma, a ENE, consiste em espaços e contextos, em âmbitos sociais e institucionais fora da escola, em que práticas educativas são desenvolvidas considerando modelos formais, não formais e informais de educação, em vários níveis de inter-relação que existem entre eles (SEVERO, 2015).

Aqui, falarei da Casa da Diversidade Cristiane Lima, que se configura como um espaço de acolhimento da População LGBTQIAPN+, mas também como um espaço de formação complementar, profissional e identitária desta população. De modo particular apresento as práticas educativas desenvolvidas com as mulheres trans/travestis atendidas na casa.

Ao falar em práticas educativas, estou me referindo ao conjunto de práticas que ocorrem para a concretização de processos educacionais, dentro e fora da escola e que caracterizam os modos pelos quais os sujeitos ensinam e aprendem num processo dialógico e dialético.

Com enfeito, falar das práticas educativas da Casa da Diversidade Cristiane Lima, é lançar luz sobre um conjunto de atividades desenvolvidas por ela, com vistas a garantir processos de profissionalização, reconhecimento de si e de direitos, de construção de identidade e de pertencimento social.

Cursos profissionalizantes, palestras, rodas de conversas, oficinas temáticas e um ambiente de socialização e troca de experiências, integram algumas das atividades desenvolvidas pela casa.

A Coordenadora da Casa destaca a importância das atividades desenvolvidas para o processo de conscientização e empoderamento da população LGBTQIAPN+, de modo particular com a população de mulheres trans/travestis quando diz:

A gente, eh, através das nossas rodas de conversa, das atividades de serviço social, a gente, eh, faz com que a população, principalmente a população T... eh, precisa ver e enxergar que nós moramos em um país que a cada 18 horas nos mata, nos marginaliza, nos oprime, desde o contexto familiar, desde a instrução da escola, quando muitos das travestis não tem uma formação intelectual. (...) É isso que a gente faz hoje nas nossas rodas de conversa, **é mostrar para elas e eles que eles são capazes. Nós podemos ocupar os espaços** (BRENDA, 22 de novembro de 2024. Grifos do autor).

Observa-se na fala acima que a casa e os processos por ela desenvolvidos objetiva formar sujeitos conscientes de sua condição e de seus direitos e capazes de por eles lutar.

Ela continua apontando outras atividades educativas desenvolvidas, com um caráter mais profissionalizante, através de cursos ministrados por instituições parceiras: “encaminhando eles para o SENAC para fazer curso de manicure,

gastronomia, né? Auxiliar de administração, que nós vamos ter agora, eh, operador de computador, operador de caixa para ocupar os espaços” (BRENDA, 06 de fevereiro de 2024).

Tais atividades tem como objetivo melhorar o currículo da população assistida com vistas a garantir mais chances de ingresso no mercado de trabalho formal, haja vista que a população LGBTQIAPN+, em especial a população T, são vítimas de processos de segregação e exclusão no mercado de trabalho formal, e desta feita empurradas para a prostituição.

Nos lembra Brenda que os processos de profissionalização ofertados pela casa visam contribuir “para que também tenham o desejo de sair do mercado da prostituição, quando 90% da minha população está, de forma digna também, que é um trabalho que tem que ser respeitado” (BRANDA, 22 de novembro de 2024).

Ao questionar a coordenadora da casa acerca dos dados das atividades e parcerias que a casa já desenvolveu, a mesma relatou não possuir esses dados. Diante disso, iniciei uma busca nas redes sociais da casa a fim de fazer o resgate do maior número possível de atividades desenvolvidas nos seus quase quatro anos de existência.

A busca se deu de modo particular na página do Instagram⁴⁰ organizada e mantida pela Casa da Diversidade. Ela funciona como uma espécie de portfólio, uma vez que as atividades por ela são publicizadas nesta rede social.

A partir dessa busca confeccionei uma tabela, onde pude organizar algumas⁴¹ das atividades realizadas e publicadas entre abril de 2021, data da primeira publicação, e dezembro de 2024.

Dividi as atividades em categorias, conforme a apresentação feita pela própria instituição em sua página do Instagram, a saber: Rodas de Conversas; Grupos de Convivência; Paradas da Diversidade; Semanas da Diversidade; Oficinas; Palestras; e Cursos Profissionalizantes. Foi colocado ainda o tema, quando tinha, e a data de execução.

No intervalo de tempo analisado, que coincide com o tempo de existência da casa (2021 A 2024), foram contabilizadas 40 rodas de conversa, 5 grupos de

⁴⁰ Rede social online de compartilhamento de vídeos e fotos entre os usuários. Endereço eletrônico da Casa da Diversidade é @casadadiversidadejua.

⁴¹ Apesar de ter encontrado um número considerável de atividades desenvolvidas, não posso afirmar que todas as atividades desenvolvidas estão ali registradas.

convivência, 2 Paradas da Diversidade, 13 Semanas de Diversidade⁴², 20 oficinas, 5 palestras e 10 Cursos Profissionalizantes. Como já mencionado, este volume de atividades não corresponde ao total de ações que a casa já desenvolveu no percurso de sua existência, mas já apresenta um volume considerável de atividades voltadas para a população LGBTQIAPN+, no que versa questões ligadas a empoderamento, reconhecimento de identidade, direitos, justiça, fortalecimento de vínculos, profissionalização, entre outros.

Apresentamos em apêndice a mencionada tabela, que mesmo sendo extensa, a julgo importante para que se tenha uma melhor compreensão acerca das atividades desenvolvidas e das práticas educativas realizadas.

Além das atividades acima descritas outras ações são desenvolvidas como palestras e formação em escolas, empresas, associações, com o intuito de levar conhecimento e desta forma combater a LGBTFOBIA. Também como mecanismo de conscientização e inclusão da População LGBTQIAPN+, nesses espaços, de modo especial da população Trans.

Várias outras parcerias são criadas com empresas privadas de educação, como por exemplo a conquista de 10 bolsas de graduação, das quais 3 foram destinadas à mulheres Trans/travestis, que conseguiram ingressar no ensino superior.

Quando eu vou para as universidades, que são parceiras nossas, a Unopar, a Anhanguera, né, da Elite, que fez o projeto UNO nos ofertando bolsas para que pessoas trans pudessem estar cursando nível superior. E nós temos três travestis lá, três transexuais, ----, --- - e ----, já no quinto semestre de enfermagem (BRENDA, 22 de novembro de 2024)

São realizadas ainda em parceria com outras instituições e/ou voluntários, atendimentos jurídicos, em várias perspectivas, de modo particular no que diz respeito aos mutirões de retificação de nome e gênero, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Não restam dúvidas que tais ações tem um impacto importante nos processos de construção de identidade, de formação profissional, de

⁴² Contabilizamos nesta categoria todas as semanas proposta pela casa, mesmo que não tivessem essa nomenclatura.

empoderamento da população LGBTQIAPN+. Mas, é pertinente refletir como aponta Silva (2020) que as ações educativas desenvolvidas por OSC's - e aqui destaco a Casa da Diversidade Cristiane Lima - são caracterizadas por ações pontuais, com um baixo custo, com recursos humanos, matérias e financeiros escassos, mas que mesmo assim provocam um impacto significativo quando desenvolvidas numa perspectiva libertadora.

Diante disso, é importante ainda refletir os valores éticos e políticos assumidos, construídos com as práticas educativas desenvolvidas dentro destas instituições. Quais suas intencionalidades e compromissos assumidos?

O foco deve ser o empoderamento dos sujeitos na perspectiva que os mesmos reconhecendo seus direitos passem a fazer parte da luta por mudanças, por dignidade, por autonomia, por visibilidade e por direitos assegurados e implementados, a fim de que consigam se desvencilhar dos processos de vulnerabilidades aos quais são sujeitados.

Thiffany Odara (2020) defende que é necessário Travestilizar a educação, numa perspectiva de construir uma prática pedagógica centrada no respeito as diferenças, e que privilegie o saber produzido na margem. É isso que começamos a vislumbrar nas práticas educativas desenvolvidas na Casa da Diversidade

Para a autora, é preciso pensar uma Pedagogia da Desobediência, que é construída a partir da insurgência à ordem cisgênera, que valoriza uma única forma de ser e está no mundo transformando diferenças em desigualdades, e que

nasce nas entranhas do movimento de travestis, como uma perspectiva de educação cuja intenção é confrontar toda marginalização de corpos dissidentes nos espaços educacionais. Uma perspectiva nascida da negação social, o que faz dessa negação o fio condutor para uma perspectiva educacional desobediente e travestilizada (THIFFANNY ODARA, 2020. p. 94).

Um fazer pedagógico, que uma vez nascido da negação social, e mergulhado na pedagogia feminista decolonial, tem como objetivo repensar o mundo e questioná-lo. Ou seja, se propõe promover uma investigação dos processos que privilegiam historicamente um saber e uma compreensão de

mundo em detrimento de outros, e mais ainda movimentar a lógica da ordem social que se estrutura na permanência e manutenção de privilégios de determinados grupos sociais em detrimento de outros, e movimentar essa estruturando, construindo novos caminhos.

É possível então dizer, que a Casa da Diversidade Cristiane Lima, quando coloca a comunidade LGBTQIAPN+, de modo particular as mulheres Trans/travestis no centro do debate, como foco do seu fazer, e mais que isso escuta os saberes produzidos por esses corpos, praticam uma Pedagogia da Desobediência.

3.2 Mulheres Trans e Travestis: revisitando memórias.

Paulo Freire (1967), em sua obra “Educação como Prática da Liberdade”, aponta para a necessidade de se fazer a opção por uma educação que seja capaz de libertar os sujeitos das opressões e amarras que lhes são impostas, tornando-os “homem-sujeito” plenamente independente.

É preciso segundo ele, fazer uma opção por uma educação que construa “uma sociedade que se “descolonizasse” cada vez mais. Que cada vez mais cortasse as correntes que a faziam e fazem permanecer como objeto de outras, que lhe são sujeitos” (FREIRE, 1967, p. 35). Uma educação que “desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação” (FREIRE, 1967, p. 35). Ou seja, uma educação para os direitos humanos, que se pautar no empoderamento individual e coletivo, de modo particular dos grupos sociais marginalizados e desfavorecidos.

As práticas educativas desenvolvidas dentro da escola, ainda hoje se pautam em valores, crenças e saberes alicerçados na cisheteronormatividade, colocando a margem os sujeitos que fogem a sua lógica, seja em processos discriminatórios diretos, seja nas tentativas de invisibilização de seus corpos e existências.

Muitas vezes o espaço escolar se configura como espaço de segregação, negação e violência, provocando impedimentos de acesso e permanência dos

sujeitos que fogem às suas normas e regras. Luma Andrade (2012, p.185) pontua que:

Não nos surpreende que pela moral e bons costumes as travestis sejam impedidas ao acesso e permanência na escola por valores cristalizados na rotina escolar, sendo muitas vezes imperceptíveis por aqueles ou aquelas que não conhecem e não reconhecem seus modos de vida.

Em grande medida esse impedimento se processa na forma como essas mulheres são tratadas, nas negativas de reconhecimento de suas identidades, e na insistência no tratamento por seu nome morto, por exemplo, como diz a entrevistada A:

Eu terminei o ensino médio, já na minha transexualidade, foi um pouco mais difícil, sabe? Porque eu tinha um professor que ele era machista, era fundamentalista, e ele, às vezes, ele buscava muito da religião pra me atacar. Só que sempre eu ia atrás do meu direito, eu cobrava o meu direito, eu dizia ho, se existe uma lei de nome social, então essa lei tem que ser respeitada, então meu nome social tem que ser respeitado. Muitas vezes tinha meu nome social e ele me chamava por meu nome morto, já pra me agredir, só que eu nunca deixei isso me fazer desistir. (Entrevistada A, 19 de julho de 2024)

As inúmeras violências sofridas dentro da escola se processam tanto por professores quanto por colegas de sala, como relata a Entrevistada S, quando lembra de suas vivências ainda no Ensino Fundamental:

Era muito difícil porque eh acho que era o fato de que, tipo, eles não tinham uma, uma criação em casa que explicava: hó você tem que respeitar o corpo da coleguinha ou do coleguinha. Então sempre aquele preconceito, como disse, aquela coisa de casa, chamava de viado. Aí gostavam de bater, essas coisas. Eu nunca cheguei a ser agredida assim fisicamente na escola, mas é, psicologicamente sim. (Entrevistada S, 23 de julho de 2025)

A entrevistada S, evadiu da escola, ou melhor, como nos alerta Berenice Bento, foi expulsa da escola, uma vez que, “na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão” (BENTO, 2011. p. 554)

Movimento denominado por Luma Andrade (2012) de “Evasão involuntária”, uma vez que é induzida pela escola, quando os educandos são submetidos a uma série de violências e/ou constrangimentos, por parte de membros da comunidade escolar, ao ponto de não suportarem mais conviver naquele espaço e deixem de frequentá-lo.

Uma outra perspectiva que observei durante as entrevistas, é que há processos em que os sujeitos negam suas existências, camuflam seus modos de ser e se comportar, como mecanismo de defesa e aceitação, na tentativa de terem sua existência legitimada, e/ou ainda conseguirem sobreviver às violências infringidas.

A entrevistada R diz não ter sofrido preconceito durante sua trajetória na escola. Mas em sua fala fica evidente elementos de silenciamento e/ou ainda de adequação às normas cisheteronormativas de docilização dos corpos, quando ela afirma:

Na escola não teve muita trajetória, não. Por que assim, quando eu terminei, eu terminei ainda era masculino. Era gay. Eu era gay, normal. Só que era uma pessoa sempre comportada, sempre educada. Não possuía aquelas gays escandalosas, nunca. Eu sempre tive uma postura. Independente de tudo, da minha mãe não me acompanhar, não ter aquela vivência comigo, nem meu pai, nem nada. Mas eu acho que era da minha maturidade mesmo. Eu nunca fui uma pessoa acanaiada, nunca. Graças a Deus. Na escola foi normal. Eu terminei com o corpo masculino. A partir de lá foi que tudo começou.

Os processos de silenciamento dos corpos e existências dissidentes, muitas vezes passam despercebidos. Luma Andrade (2012) alerta para o fato de que, o que foge da norma socialmente estabelecida como verdade, é submetida ao que ela chama de Pedagogia da Violência e da dor, praticadas por educadores dentro da escola com as “melhores das intenções, pensando na preparação e inserção social dos(as) jovens em uma cultura heteronormativa, sendo esta também uma cobrança da sociedade” (ANDRADE, 2021, p. 248).

Muitas vezes os processos de violência, vivenciados por pessoas LGBTQIAPN+, de modo particular por mulheres trans/travestis, são minimizados por esses sujeitos, em certa medida como mecanismo de defesa, de proteção. A entrevistada T, ao falar da sua trajetória escolar, relata:

Eu só andava com as meninas. Só. Mas tinha chacota? Tinha. Tinha preconceito? Tinha. Mas eu nunca sofri nenhum tipo de homofobia, não. Assim, forte. Na questão de... Como é que se diz? De violência física. Só psicológica. Ah, era... Como é que se diz, meu Deus? Os traumas, né? As palavras que machucavam você. Viadinho, seu gaysinho, seu viadinho. Não vou sentar perto de vocês. E essas coisas, entendeu? Mas era babado. Mas tudo isso mudou (Entrevistada T, 18 de julho de 2024).

Apesar de ficarem explícitas as práticas homofóbicas, a entrevistada não as reconhece como tal, minimizando-as, uma vez que segundo ela não sofreu violência física, “só psicológica”.

No entanto, é importante destacar que nem todas as experiências e vivências das entrevistadas, na escola foram negativas. Todas elas relataram boas memórias, respeito e acolhimento.

A Entrevistada A traz que sua trajetória escolar, foi também marcada por pessoas que a respeitavam e acolhiam a sua existência:

A minha trajetória escolar foi muito boa, sabe? Eh, eu sempre tive professores maravilhosos. pessoas, professores que viam, sabiam da minha sexualidade, mas que me tratava bem, me respeitavam. Dentro da sala de aula, eu sofri poucos bullying, porque eu era uma pessoa que eu sempre fui uma pessoa muito coletiva de ajudar as pessoas, de ajudar todo mundo na minha sala. E eu sempre fui de brincar, de respeitar todo mundo, brincar com todo mundo. Eu fui muito bem acolhida dentro da minha escola, dos professores. educadores, eles sempre entenderam e respeitavam a minha sexualidade. (Entrevistada A, 9 de julho de 2017)

Já a entrevistada S relata que no fundamental sofreu muito preconceito, que a fizeram desistir de estudar. Anos depois durante a Pandemia de COVID-19, com o ensino remoto, ela retorna à escola, consegue concluir o ensino fundamental, e ingressa de forma já presencial no ensino médio, onde é acolhida e vivencia momentos importantes de sua trajetória escolar. Quando a entrevista ocorreu em 2024, ela estava cursando a 2ª série do ensino médio.

Bom, a escola eu sempre disse, é a minha segunda casa. Todo mundo lá, eu amo todo mundo, todo mundo me ama. Não é nem há, vou me gabar, mas realmente é verdade, se você entrar na página do Instagram da escola, fizeram até homenagem para mim no dia que eu retifiquei meu nome. [...] E bom o [...] me acolheu desde o começo que eu entrei no ensino médio. Como tem muita gente que estranha, ah, tem 20 anos e tá no segundo ano do ensino médio, porque desde pequena, no fundamental, eh, tinha aquele

preconceito, né? Ah, as alunas tinha, mas não, quando eu entrei no [...], tanto que eu desisti no fundamental e voltei, consegui estudar ali, na pandemia, porque eu não precisava ver ninguém, todo mundo achava que era [...] e passei online mesmo. E quando eu voltei pro ensino médio, eh, foi presencial. E, bom, eu entrei na sala, ninguém perguntava aí qual era teu outro nome, sempre me aceitaram como [...]. Eh, eu tenho amizade com todo mundo, com todas as pessoas de todos os sexos. É, e para mim é algo bom. [...] é uma escola incrível e que acolhe, acolhe todo mundo. Ele simplesmente me acolheu, sou amiga de todos os professores, considerando minha família e eles sempre me ajudam quando eu preciso. Então foi algo muito bom (Entrevistada S, 23 de julho de 2024).

A insistência e resistência dos corpos trans/travestis em continuarem ocupando os espaços, entre eles a escola, vem demarcando mudanças importantes, apesar de ainda vivenciarmos uma prática docente e pedagógica que não contempla a diferença como elemento constituinte do humano.

Tensionando os espaços educacionais e confrontando os processos de exclusão, construindo uma pedagogia da desobediência, por uma educação libertadora, os corpos trans/travestis se colocam mais uma vez na vanguarda da luta por transformação social.

Apesar de reconhecer alguns avanços, não se pode negligenciar o fato de a escola ainda ser um espaço de lutas, de segregação, de silenciamento, negação e docilização dos corpos, em favor de um sistema patriarcal, sexista, machista e heterossexual, que insiste em oprimir os corpos considerados abjetos, como os corpos pretos, gordos e Trans.

É possível então perceber, diante de todo o exposto que o espaço educacional é excludente, na mesma medida em que é preciso abarcar as diferenças e “não categorizar essas diferenças como marca de inferioridade” (THIFANNY ODARA, 2022, p. 103)

Desta feita, uma vez que a escola ainda não é o espaço em que a pluralidade e as diferenças são não só acolhidas, mas também discutidas, estudadas e valorizadas, outros espaços precisam surgir, a fim de preencher essa lacuna e garantir movimentos de construção e valorização da dignidade humana, dos saberes produzidos com e pelos sujeitos que estão à margem.

Desta maneira, a Casa da Diversidade se coloca como um espaço onde essa pluralidade, de vivências e existências podem se apresentar, aprender, ensinar e construir saberes outros que não aqueles historicamente privilegiados.

Promovendo processos educativos que se embasam em uma Educação para os Direitos Humanos, uma vez que como lembra Candau et. al (2013, p. 46), a sua orientação é

Para a transformação social e a formação de sujeitos de direitos e, nesse sentido, pode ser considerada na perspectiva de uma educação libertadora, e, como já fizemos referência, para o empoderamento dos sujeitos e grupos sociais desfavorecidos, promovendo uma cidadania ativa capaz de reconhecer e reivindicar direitos e construir democracia.

É nesta perspectiva que as práticas educativas da Casa da Diversidade são desenvolvidas.

Ao longo das entrevistas realizadas, foi possível perceber o quanto as ações desenvolvidas pela Casa, impactaram na vida das mulheres trans/travestis assistidas. Para elas a Casa é um espaço de acolhimento, de transformação e de empoderamento, como um refúgio seguro, onde é possível se desenvolver pessoal e socialmente.

Quando perguntada sobre os efeitos que as práticas educativas que a Casa da Diversidade desenvolve, em sua vida, a Entrevistada N diz, que foi a partir dela que começou a vislumbrar uma realidade outra para além da noite, da pista, da prostituição, e começou a se reconectar com sonhos e desejos que haviam sido esquecidos:

Uma delas é eu tá me afastando desse lugar da pista, que foi o justamente o curso, ó, um cursinho de acho que foi dois meses. O curso era de dois meses. Só bastou sair dali. Hum. Tá em transição com a casa durante esses dois meses. A minha mente ela pum, ela explodiu e eu comecei a ver dentro de mim aquelas coisinhas lá do comezinho, cozinhar, conversar, entendeu? Ter mais é sensibilidade pelo outro, ver em mim realmente a pessoa que a noite, que a escuridão tinha consumido, mas sempre lá no finalzinho ainda sempre tem um um resquíciozinho, sempre tem um um pouquinho e foi a casa da diversidade que explodiu isso dentro de mim. (Entrevistada N, 30 de julho de 2024).

E ela continua falando que foi a convivência com as outras mulheres trans/travestis, as oficinas, cursos e rodas de conversa que a fizeram sair do que ela chama de mundo obscuro:

E eu ainda com as coisas do mundo ainda na minha cabeça, tentando me afastar das drogas, da bebida, entendeu? Da rua, de tudo isso, de prostituição, porque isso consome tanto a gente que a gente fica procurando um meio de sair, entendeu? De se afastar, porque quando a gente se afasta, se sai, as oportunidades vai chegando, o mundo vai te mostrando aquilo que de noite é obscuro. De noite é muito obscuro. O mesmo lugar de noite é diferente do lugar de manhã. Hum. Entendeu? Aí eu conheci a Casa da Diversidade e foi lá que eu comecei [...] a fazer um curso lá na Casa da Diversidade de recepcionista (Entrevistada N, 30 de julho de 2024).

Paulo Freire, em “Pedagogia do Oprimido” (1987), traz que a prática da liberdade só encontra uma expressão adequada, numa pedagogia em que o oprimido seja capaz, de forma reflexiva, descobrir a si mesmo e conquistar-se como sujeito de sua própria história. Reconhecendo, como diz a Entrevistada N, os lugares de sua existência à luz da realidade, saindo da obscuridade que a noite impõe.

A entrevistada T aponta a casa como um espaço de acolhimento e de pertencimento, onde a convivência com suas iguais, suas irmãs, permite a troca de conhecimento, vivências e aprendizados podendo reconhecerem-se e apoiarem-se:

Ah, sem explicação. A minha relação com a casa da adversidade é ótima. Me sinto em casa. Há uma segunda família ali, [...], e as minhas irmãs da casa, entendeu? As meninas. [...] é porque uns vão, como é? Uns vão contando a história de uns e a gente vai se identificando, uma acolhe a outra. Uma fala o que é certo, umas falam o que é errado, uma dá suporte as outras. (Entrevistada T, 18 de julho de 2024)

E continua falando o quanto a sua participação nas práticas educativas que a Casa realiza, permitem que ela desenvolva a consciência política, a socialização e reconhecimento de si.

Já participei de oficinas, de curso, de palestras, de blitz, parada gay também, de gincana, roda de conversa, dinâmica, tudo. Tudo isso

contribuiu para quê? Para tudo na minha vida. Já ser uma pessoa mais socializada, já ser uma pessoa mais, como é que se diz? Nós trans somos uma pessoa muito discriminada, para ser uma pessoa que tenha mais respeito, porque a sociedade não é obrigada a nos aceitar, mas sim nos respeitar. Tem que aprender como não ser uma trans barraqueira, porque existe, a sociedade já marginaliza a gente e se a gente for isso, enfim, aí fica difícil acessar emprego, acessar tudo, entendeu? [...] Ajuda sim, muito. Com certeza. Eles falam sobre tudo lá. E de se conhecer, se entender, de entender também quem eu sou é muita coisa. (Entrevistada T, 18 de julho de 2024)

Espaço de transformação, de acolhimento e de empoderamento a partir do conhecimento de si e do outro, a partir das histórias contadas e partilhadas, nas experiências trocadas, seja nas rodas de conversa, nas oficinas, nos cursos, seja nas rodas do café partilhado na cozinha da casa. Como pontua a entrevistada S:

E virou um lugar de conforto porque são pessoas que me respeitam e eu respeito elas e todo mundo se entende com isso. E eh são efeitos de que eles estão me transformando numa mulher, eles estão me dando uma educação que eu nunca tive, sabe? E como eu paro às vezes para pensar: Eu tô falando uma coisa que eu nunca falaria antes, tipo, no passado eu nunca falaria no sentido de postura, no sentido de falar, essas coisas. Então, a casa da diversidade é não é só para mim, não é só uma área de ah, você vem para ter seus direitos, mas também uma área de ensinamento, porque aqui dentro você vê o que tá acontecendo com outras pessoas e você também pega para si mesmo, que parece que as histórias de todo mundo é a mesma história. É sempre a mesma coisa, então fica mais fácil de ter aquela superação de maturidade. (Entrevistada S, 23 de julho de 2024).

Nas narrativas das entrevistadas, as atividades que a Casa realiza, contribuem para a tomada de consciência e para o engajamento político e social, incentivando a luta por direitos, dignidade e por políticas públicas eficazes e eficientes, que contemplem as reais necessidades da população LGBTQIAPN+, em especial da população de mulheres trans/travestis. Sobre este aspecto, a entrevistada A, diz que

As rodas de conversa. Quando tem roda de conversas com as mulheres trans que a gente participa, vê pessoas trazer temas para que nós conheça o direito da gente, onde você saiba buscar, você saiba conhecer. Mas a casa ela é muito relevante para mim nessa luta, porque através da Casa da Diversidade foi onde trouxe essa [...] militante, ativista onde através de formações de projeto eu busquei me qualificar, busquei interesse a querer participar do movimento, a lutar, a falar, a gritar, falar que nós existimos, a gente quer ocupar espaço, que nossos direitos tem que ser garantido, efetivado, porque nós

somos pessoas cidadãos e pagamos impostos e temos os direitos iguais, tá na Constituição. Então que a gente tem que ocupar esse espaço. (Entrevistada A, 19 de julho de 2017)

Nessas memórias, a casa se configura como um espaço educativo voltado para a ação, na construção de um sujeito, que se fortalecendo enquanto indivíduo, passa a lutar por uma cidadania coletiva.

A partir do exposto, é possível perceber que, a sua maneira, a Casa da Diversidade, vem promovendo uma Pedagogia da Desobediência, como fala Thifanny Odara (2020), uma vez que se utiliza da insurgência, da resistência dos corpos trans/travestis, na construção e transmissão de um conhecimento centrado na margem e nos sujeitos que dela fazem parte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu tenho certeza que para onde você for, você vai levar coisas boas da população, não só das Trans, mas da população geral. Por que quando você convive, é algo que você aprende, é onde você sente a dor daquela pessoa. A gente só sabe a dor, quando a pessoa convive com aquele tipo de pessoa”. (Entrevistada R, 23 de julho de 2024)

Não poderia terminar⁴³ esta escrita de outra forma. Trago a fala da Entrevistada R, que me convoca, e a cada uma das pessoas que lerem este texto, a nos aproximarmos, conhecermos, convivermos, para aprender, para ensinar, para compreender as dores e delícias de sua existência, e quem sabe construir um mundo mais justo, onde a diferença seja encarada como elemento importante da constituição do humano, e não como elemento segregador e colonizador.

Iniciei perguntado, quais e como processos educacionais foram/são vivenciados por mulheres trans/travestis atendidas na Casa da Diversidade, Cristiane Lima de Juazeiro do Norte, CE, bem como os efeitos de tais processos nas experiências dessas mulheres?

Não sei se consegui responder esta questão em sua totalidade, dada a sua complexidade e a impossibilidade de esgotá-la, uma vez que trabalhei com as singularidades, histórias e memórias das entrevistadas.

Mas com certeza posso afirmar que o percurso trilhado na esteira de respondê-la foi extremamente salutar, haja visto que provocou inquietações outras, mas também nos trouxeram reflexões importante sobre os percursos, as experiências e os processos educativos vivenciados por elas, seja no percurso escolar, seja aqueles vivenciados na Casa da Diversidade.

Apresentei a Casa da Diversidade Cristiane Lima, e sua atuação junto a população LGBTQIA+ da cidade de Juazeiro do Norte, como espaço de promoção de sociabilidade, acolhimento, empoderamento e construção de identidades.

⁴³ Entendo que aqui não é o fim. Nem da escrita, nem das implicações que a mesma provocará a partir deste ponto.

A Estilística da Existência de Cristiane Lima, Mulher Trans, Negra, soropositiva, que teve sua trajetória marcada por transfobia, e violências múltiplas, mas que foi capaz de ser existência e resistência, num “continuum exercício de liberdade”, foi apresentada afim de salvaguardar a sua memória e história de luta, seja no movimento social, seja no próprio corpo com a ousadia de romper com os padrões cisheteronormativos.

Foi feito ainda, um passeio sobre conceitos como gênero, sexualidade, performatividade, precariedade, com o intuito de entender as multiplicidades de identidades, percebendo-as como constitutiva do humano, buscando a inversão da lógica colonial que privilegia um grupo em detrimento de outro.

A escuta das mulheres trans/travestis entrevistadas nos possibilitou perceber que a memória apesar de ser aparentemente um fenômeno individual, ela deve ser entendida como um fenômeno e social, como coloca Michael Pollak (1992).

E que portanto, se faz necessário a produção de cada vez mais trabalhos acadêmicos que se aprofundem nas memórias da população de mulheres trans/travestis, como forma de fortalecimento de suas identidades, pois como pontua Jaqueline Gomes de Jesus (2018, p. 38), se referindo ao aprendizado que o movimento negro lhe deu, que “para termos consciência de quem somos precisamos de memória, conhecimento de nossa história, de onde viemos, de que a nossa população lutou, e morreu, para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais gozamos”.

É importante destacar que a Casa da Diversidade, realiza uma série de ações voltadas para a construção de um espaço, e de uma educação para a liberdade. A liberdade de ser, agir, pensar e viver. Uma liberdade que move e leva os sujeitos a tomarem consciência de seus direitos e por eles lutar. Uma liberdade que leva os sujeitos a voltarem a sonhar, a sair das trevas, como falou a entrevistada N.

Destarte as práticas educativas vividas naquele espaço, veem contribuindo para a construção de consciência individual e coletiva da população LGBTQIAPN+, de forma muito particular para as mulheres Trans/travestis por ela atendidas. Mas também garantindo possibilidades de competitividade no

mercado de trabalho, a partir dos processos de profissionalização realizados. Há ainda inúmeros desafios a serem superados.

As políticas públicas, as políticas de educação, a escola, ainda estão longe de construir espaços de aprendizagem que sejam múltiplos e diversos, e que passem a privilegiar o conhecimento produzido nas margens, fora dos sistemas de poder, por aqueles que veem sendo historicamente relegados a um não-lugar, destituídos do poder.

É preciso desconstruir ideias e conhecimentos historicamente engessadas. Lançar um novo olhar, subversivo, desobediente, insurgente. É preciso, pois, pensar uma Pedagogia da Desobediência, transformando a educação escolar e não escolar, como prática da liberdade, num ato político libertário.

As ações da Casa estão começando a apontar para este caminho, mas a tarefa é longa, árdua, difícil. Pode-se observar uma política assistencial, que ainda se apresenta em muitas das práticas desenvolvidas. O que nos convoca à ação, à militância e luta por políticas públicas que atendam de fato as necessidades da população LGBTQIAPN+, em especial de mulheres trans/travestis, que ainda são em grande medida o público mais vulnerabilizado.

6. FONTES

1. Documentação oral:

ENTREVISTADA T. Entrevista realizada por Erinaldo Gualberto da Silva. Pio XII, Juazeiro do Norte (CE), 18 jul. 2024. Duração: 52 min. Transcrição: 18 fls. (Fonte oral).

ENTREVISTADA R. Entrevista realizada por Erinaldo Gualberto da Silva. Casa da Diversidade Cristiane Lima, São Miguel, Juazeiro do Norte (CE), 23 jul. 2024. Duração: 41 min. Transcrição: 10 fls. (Fonte oral).

ENTREVISTADA A. Entrevista realizada por Erinaldo Gualberto da Silva. Casa da Diversidade Cristiane Lima, São Miguel, Juazeiro do Norte (CE), 19 jul. 2024. Duração: 52 min. Transcrição: 14 fls. (Fonte oral).

ENTREVISTADA S. Entrevista realizada por Erinaldo Gualberto da Silva. Casa da Diversidade Cristiane Lima, São Miguel, Juazeiro do Norte (CE), 23 jul. 2024. Duração: 40 min. Transcrição: 13 fls. (Fonte oral).

ENTREVISTADA N. Entrevista realizada por Erinaldo Gualberto da Silva. João Cabral, Juazeiro do Norte (CE), 30 jul. 2024. Duração: 1 h 19 min. Transcrição: 22 fls. (Fonte oral).

FEITOSA, Brendha Alves (Brendha Vlasack). Entrevista realizada por Erinaldo Gualberto da Silva. Casa da Diversidade Cristiane Lima, São Miguel, Juazeiro do Norte (CE), 22 nov. 2024. Duração: 47 min. Transcrição: 16 fls. (Fonte oral).

OLIVEIRA, Ronildo. Entrevista realizada por Erinaldo Gualberto da Silva. ABEMAVI, São Miguel, Juazeiro do Norte (CE), 22 nov. 2024. Duração: 57 min. Transcrição: 15 fls. (Fonte oral).

2. Leis e Resoluções

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 24 maio 2016.

CEARÁ (Estado). **Lei nº 16.025, de 30 de maio de 2016**. Institui o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Fortaleza, CE, 1 jun. 2016.

FORTALEZA (CE). **Resolução nº 0463/2017**, de 30 de agosto de 2017. Dispõe sobre diretrizes específicas em âmbito municipal. *Diário Oficial do Município*, Fortaleza, CE, ano IX, n. 164, 30 ago. 2017.

JUAZEIRO DO NORTE (CE). **Lei nº 4.257, de 23 de outubro de 2013**. Institui o Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. *Diário Oficial do Município*, Juazeiro do Norte, CE, 2013.

JUAZEIRO DO NORTE (CE). **Lei nº 4.486, de 8 de junho de 2015**. Dispõe sobre políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ no município. *Diário Oficial do Município*, Juazeiro do Norte, CE, 2015.

JUAZEIRO DO NORTE (CE). **Lei nº 5.296, de 17 de maio de 2022**. Institui cotas para pessoas trans e travestis no serviço público municipal. *Diário Oficial do Município*, Juazeiro do Norte, CE, 2022.

JUAZEIRO DO NORTE (CE). **Lei nº 5.752, de 10 de setembro de 2024**. Declara a Parada do Orgulho LGBTQ+ como Patrimônio Cultural Imaterial do Povo Juazeirense. *Diário Oficial do Município*, Juazeiro do Norte, CE, 2024.

3. Sites Consultados

BRASIL. **Receita Federal do Brasil.** Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>. Acesso em: 2 maio 2024.

CEARÁ. **Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.** Disponível em: <http://www2.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 2 maio 2024.

CEARÁ. **Mapa Cultural do Ceará.** Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/>. Acesso em: 15 julho de 2024.

JUAZEIRO DO NORTE (CE). **Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte.** Disponível em: <https://juazeirodonorte.ce.gov.br/>. Acesso em: 25 maio 2024.

G1. **“Minha conquista serve de exemplo”, diz 1ª travesti doutora do Brasil.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/minha-conquista-serve-de-exemplo-diz-1-travesti-doutora-do-brasil.html>. Acesso em: 10 janeiro 2025.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. **Transparência.** Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/transparencia>. Acesso em: 15 agosto 2024.

JORNAL O POVO. **Portal O Povo Online.** Disponível em: <https://www.opovo.com.br>. Acesso em: 3 novembro 2024.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Portal Verdes Mares.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br>. Acesso em: 10 junho 2024.

HISTÓRIA TRANSVIADA. **Linha do tempo vertical.** Disponível em: <https://historiatransviada.net.br/linha-do-tempo-vertical/>. Acesso em: 08 dezembro 2025.

7. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

BATISTA, Cicero Leandro da Silva. *Muitos em um só corpo”: o assassinato de Jonathann Kiss e a emergência do movimento LGBTQIAPN+ na cidade de Juazeiro do Norte (2000 -2023)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). UFCG, 2024.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

_____, Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125p

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____, *Tranviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador. EDUFBA, 2017.

_____, Berenice. *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*. Rev. Estud. Fem. [online]. 2011, vol.19, n.02, pp.549-559.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. *Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/Minuta-de-Resoluc%C3%A7%C3%A3o-CHS-06-abril-2016_-CNS_59%C2%AA-RO.pdf. Acesso: 22/03/2017.

_____. *Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014.

CEARÁ. *RESOLUÇÃO Nº0463/2017*. Diário Oficial Fortaleza, CE, Ano IX Nº 164 de 30 de agosto de 2017.

_____. *LEI Nº16.025, 30 de maio de 2016. DISPÕE SOBRE O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO(2016/2024)*. Diário Oficial de 01 de Junho de 2016..

BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. – 13ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. *CORPOS QUE IMPORTAM Os limites discursivos do “sexo”*. Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. 1ª edição, São Paulo novembro, 2019.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Cardoso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANDAU, Vera et al. *Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as)*. São Paulo: Cortez, 2013.

CARDOSO, Claudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf> Acessado em: 20/1/2024.

CARDOSO, Cláudia Pons; SILVA, Zuleide Paiva da Silva. PEDAGOGIAS FEMINISTAS NO COMBATE AO RACISMO E ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO uma abordagem perspectivista. IN: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; PASSOS, Elizete Silva. *Gênero e diversidades na gestão educacional*. Salvador: UFBA-NEIM, 2011. 125 p.

CARVALHO, Rafael S. de.; SANTOS, A.S. dos. *A precarização da educação como expressão da “questão social” na dinâmica LGBT. Anais III Seminário Internacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos*. Vitória, ES. 2014.

CÉSARES, Délia M. C. de. *Práticas discursivas sobre igualdade/equidade de gênero e diversidade sexual em educação desde a perspectiva da psicanálise*. USP, 2014.

CHARTIER, Roger. *A visão do historiador modernista*. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.216.

COELHO, Mateus Gustavo. *Gêneros desviantes: o conceito de gênero em Judith Butler*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Florianópolis, 2018.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: InVerso, 2015.

COSTA, Luisa Brandão. et al. Ansiedade ou cisheteronormatividade? Um estudo de caso na clínica em psicologia sócio-histórica. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, v. 11, n. 1, p. 65-82, 2023

DUTRA, Ana Carolina de Martini. COSTA JR, Florêncio Mariano da. *Corpo Ciborgue e identidades trans: narrativas sobre a construção do corpo na experiência de mulheres transexuais*. USC, Bauru- SP, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/25149817-Corpo-ciborgue-e-identidades-trans-narrativas-sobre-a-construcao-do-corpo-na-experiencia-de-mulheres-transexuais.html> Acesso em: 20/07/2023.

FIGUEIREDO, Dalton Demoner. *Alguns pontos importantes do travestismo para teoria Psicanalítica*. Dissertação (Mestrado em Psicanálise, Saúde e Sociedade) – Universidade Veiga de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Rio de Janeiro, 2012.

FAVERO, Sofia. *Pajubá-terapia: ensaios sobre a cisnorma*. — 2. ed. — Porto Alegre: Nemesis Editora, 2022.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 73. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17º. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GOELLNER, S. *A produção cultural do corpo*. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução de Ana Luiza Libânio. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

_____. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

_____. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Tânia Pellegrini. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. 2ª Ed. Brasília: Revista e ampliada. 2012.

_____. *Travessia: caminhos da população trans na história*. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan.; CAETANO, Marcio.; FERNADES, Marisa (Org). *História do movimento LGBT no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade em relatos de professoras da rede pública*. *Revista Fazendo Gênero*. 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277922201_ARQUIVO_Curriculo,cotidianoescolareheteronormatividadeemrelatosdeprofessoras-RogérioDinizJunqueira.pdf Acessado em: 15/01/25.

LEITE JUNIOR, Francisco Francinete. *“Vem cá que eu te conto!”: trajetórias profissionais de travestis e transexuais: intersecções entre corpo, gênero, sexualidade e raça*. São Paulo: Ed. Dialética, 2023.

LEITE JUNIOR, Francisco Francinete.; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida.; SIQUEIRA, Hermógenes Abraão Paz. *O conceito de precariedade e as contribuições teóricas de Judith Butler para a compreensão da prática política da psicologia*. *Revista Ciências Humanas*. UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 13, n 2, edição 27, p. 102 - 114, Maio/Agosto 2020.

LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 11. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

_____. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, MG. 2ªed. Autentica. 2000.

_____. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte. Autentica, 2022.

_____. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 22/11/2020.

LUGONES, Maria. *Colonialidade e gênero*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

MAGALHÃES, Justino. *Na rota da Educação: epistemologia, teoria, história*. Uberlândia: EDUF; UNICAMP, 2022.

MEYER, Dagmar Esterman. *Gênero e educação: teoria e política*. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MEYER, Dagmar E.; SOARES, Rosângela F. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, Marisa V.; BUJES, M^a Isabel E. (Orgs.). *Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.23-44.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro. n. 23, Maio/Jun/Jul/Ago, 2003

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. *Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos*. *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 22, N. 02, p. 20, jul./dez., 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/13262>
Acessado em: 08/02/2025.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O Diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Programa de Pós Graduação em Educação, Curitiba, 2017.

ODARA, Thiffany. *Pedagogia da desobediência: Travestilizando a educação*. Devires. Salvador, 2020.

PELÚCIO, Larissa. Desfazendo o gênero. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JUNIOR, Jorge (Orgs.). *Diferenças na Educação: outros aprendizados*. São Carlos: EdUFSCar, p. 97-148, 2014.

PERES, William Siqueira ; TOLEDO, Lívia Gonsalves. Dissidências Existenciais de Gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *PSICOLOGIA POLÍTICA*. VOL. 11. Nº 22. PP. 261-277. JUL– DEZ. 2011

PEREGRINO, Mônica. Desigualdade numa escola em mudança: Trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres. Niterói, RJ. UFF. 2006. Disponível em: http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/peregrinot2006.pdf
f Acessado em 15/11/2024.

PRECIADO, Paul B. Eu sou o monstro que vos fala. Tradução: Sara Wagner York. Curitiba. *Cadernos PET Filosofia*, v.22, n.1, 2021 (2022), pp. 278-331.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 215

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.

_____. História oral como arte da escuta. Tradução Ricardo Santhiago. Coleção Ideias. 1 – Saulo Paulo: Letra e Voz, 2016..

RIBEIRO, Djamila O que é: lugar de fala?. Belo Horizonte; Letramento: Justificando, 2017.)

RIBEIRO, Luís Távora Furtado; RIBEIRO, Marco Aurélio de Patrício. Temas educacionais: uma coletânea de artigos. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

RIBEIRO, C.G et all. Masculinidades em construção, corpos em (re)construção: desejos, contradições e ambiguidades de homens trans no processo transexualizador. Ciênc. saúde coletiva 27 (10) 16 Set 2022 out 2022. Acessado em: 28/06/2024. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csc/2022.v27n10/3901-3911/pt>

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Por uma história dos afetos no presente: narrativas de mulheres trans/travestis sobre o direito de amar. Projeto História, São Paulo, v. 72, pp. 228–256, Set.-Dez., 2021. Acessado em 30/10/2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/55114/38381>

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira.; TELLES, Gian Carlo Camilo. Narrativas de jovens trans sobre suas experiencia na escola: a história oral como desinibição de ouvidos cisnormativos. In.: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). *História oral e transexualidade: novas epistemologias, alianças e escutas*. Coleção história oral e dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, São Paulo, 2024.

SALES, Adriana Barbosa. *Travestilidades e Escola em narrativas de alunas travestis*. Universidade Federal de Mato Grosso, 2012. Disponível em: https://ufr.edu.br/ppgedu/wp-content/uploads/2023/06/DISS_2012_Adriana-Barbosa-Sales.pdf Acessado em: 15/11/2024.

_____. *Travestis Brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*. Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2018.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. 1. Ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SANTOS, D.B.C dos. *Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas*. Curitiba, PR: UFP, 2010.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. *A mística do tempo: narrativas sobre os mortos na região do Cariri/CE*. Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2017.

SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história. Curitiba: DAP, 2005. P.3.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. *Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas*. R. Bras. Est. Pedag. [online]. 2015.

SILVA, Andreia Vicente da.; RODRIGUES, Claudia.: AISENGART Rachel. Morte, ritos fúnebres e luto na pandemia de Covid-19 no Brasil. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 214-234, set./dez. 2021.

SILVA, Erinaldo Gualberto da. *"Mona de equê": o não-lugar das travestis e transexuais nas escolas do cariri cearense*. Juazeiro do Norte, 2017.

SILVA, Lauri Miranda. *Vozes subversivas e corpos transgressores: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheresidades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022)*. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2023.

SILVA, Valdeci Gonçalves da. *O Homossexual nasce da diferença dos sexos*. In *psicologia*. PT: o Portal dos Psicólogos. 2014. <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0786.pdf>. Acessado em: 14/02/18.

SILVA, Elisângela Marinho da. Educação formal e não formal: a contribuição de Organizações da Sociedade Civil de apoio socioeducativo para a escola. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In. Holanda, Heloisa Burque. (org) *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

SCOTT, J.W. Prefácio a *Gender and Politics of History*. Pagu (3) 1994: pp. 11 – 27. Acessado em: 10/07/2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721/1705>

VERAS, Elias Ferreira. Travestis: visibilidade e performatividade de gênero no tempo farmacopornográfico. In: GREEN, James et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018

VERAS, Lana.: SOARES, Jorge Coelho. *Aqui se jaz, aqui se paga: o mercado da morte e do morrer em tempos de imortalidade*. 2014. 218 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

WOLF, Cristina S; SALDANHA, Rafael A. Gênero, sexo e sexualidades: categorias de debate contemporâneo. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.9, n. 16, p. 29-46, jan-jun. 2015.

8. APÊNDICES

ANEXO A

Quadro Produzido pelo autor a partir de dados extraídos da página do Instagram @casadadiversidadejua, 2025.

Atividade	Tema	Data
Roda de Conversa	Roda de conversa com o Prefeito e Adolescentes Trans.	17 de maio 2021.
	Roda de conversa com Joseane Borges, mulher Trans, Assistente Social e Gerente de Enfrentamento a LGBTFOBIA do Governo do Piauí.	02 de julho de 2021
	Roda de conversa com Travestis e transexuais sobre hepatites virais	09 de julho de 2021
	Roda de conversa com Jovanna Cardoso, pioneira do movimento Travesti no Brasil	2 de setembro de 2021
	LGBTs! Vamos conversar? Setembro amarelo, prevenção ao suicídio.	15 de setembro de 2021
	Novembro azul com a diversidade	18 de novembro de 2021
	Violência contra as mulheres LBTT	10 de dezembro de 2021

	Que visibilidade nós queremos? Com homens e mulheres Trans	29 de janeiro de 2022
	Prazer X Riscos	22 de fevereiro de 2022
	Prevenção e Diagnóstico das hepatites virais para a população LGBT+	20 de março 2022
	Falatório socio poético de experiencias LGBTQIAPN+	12 de dezembro de 2022
	ENCONTTRANS: Encontro de Pessoas Trans e Travestis	19 de abril de 2022
	Saúde mental frente as vivencias da população LGBTQIAP+ e lugares de fala e alianças contra a LBTQIAP+fobia.	07 de maio de 2022
	Transfeminismo	21 de maio de 2022
	LGBT quem sou eu? Sobre(viver): diálogo sobre identidade.	23 de maio de 2023
	Lei Maria da Penha aplicada as mulheres trans e travestis e o fluxo de atendimento da Casa da Mulher Cearense.	25 de maio de 2022

	Julho amarelo de Prevenção às Hepatites	05 de julho de 2022
	Diálogos: não-binários: invisibilidade, respeito e cidadania.	14 de julho de 2022
	Cidadania e voto consciente	06 de agosto de 2022
	Diálogo Superação da Violência contra mulheres LBT+	12 de agosto de 2022
	Você tem valor! Prevenção ao Suicídio	14 de setembro de 2022
	Prevenção a Sífilis junto a população LGBTQIAPN+	26 de outubro de 2022
	Todxs contra o câncer de Próstata	22 de novembro de 2022
	Nossas vidas importam ¹ Pelo fim da violência contra mulheres LBTs.	22 de novembro de 2022
	Gerenciamento de riscos de HIV com população LBT+	09 de dezembro de 2022
	Chá das Trans	03 de fevereiro de 2023

	Bate Papo: Seus olhos não veem, mas nosso coração sente! Transmasculines, onde estão, quem são?"	13 de fevereiro de 2023
	Transfobia com Mulheres Travestis e Transexuais, meios de denúncia e rede de apoio.	17 de fevereiro de 2023
	Mulheridades e Diversidades com LBTs	31 de março de 2023
	Roda de conversa LGBT'S e a Prevenção ao Suicídio.	19 de setembro 2023
	Ações afirmativas na Lei Paulo Gustavo	05 outubro de 2023
	Diálogos que transformam: fortalecendo a saúde da mulher LBT+	19 de outubro de 2023
	Vivências e conquistas de uma mulher Trans	06 de novembro de 2023
	Bate papo: Violência Contra Mulheres Transe Travestis	29 de novembro de 2023
	Chá Lilás: dia da visibilidade lésbica e bissexual.	29 agosto de 2024 2024

	Exibição do filme: “Alice Junior”, e debate, sobre o setembro amarelo.	12 de setembro de 2024
	Corpos em Transe: O que você vê? Café da tarde e roda de conversa	15 de outubro de 2024
	Café e prosa: fertilização in vitro	24 outubro de 2024
	Café social: Redução de danos para a população LGBTQIAPN+ Dezembro vermelho	04 de dezembro de 2024
Grupo de convivência		27 de maio de 2021
		18 de agosto de 2021
		22 de outubro de 2021
		06 de novembro de 2021
		16 de fevereiro de 2021
Paradas da Diversidade	19ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de Juazeiro do Norte: Ame +; Viva +; Cuide +	04 de julho de 2021 (Online)
	20º Parada do Orgulho LGBTQIAPN+	10 de setembro de 2022
Semana da Diversidade	Semana de Combate a LGBTFOBIA: Ame +; Viva +; Cuide +: enfrentamento dos vírus visíveis e	De 28 de junho a 04 de julho de 2021

	invisíveis: da LGBTFOBIA a pandemia	
	Semana da visibilidade Lésbica	25 a 31 de agosto de 2021
	Semana da Visibilidade Trans: equidade resistir e transformar	27 de janeiro a 04 de fevereiro de 2022
	Semana da mulher: "Mulheres que ressoam: corpos, vozes que (TRANS)BORDAM"	De 07 a 12 de março de 2022
	Semana de 1º Aniversário da Casa da Diversidade	15 a 21 de maio de 2022
	Semana do Orgulho LGBTQIAPN+	De 27 de junho a 02 de julho de 2022
	7ª Semana da Diversidade	05 a 09 de setembro de 2022
	Visibilidade Trans: por Dandara, Pamela e tantas outras: de vítimas a protagonistas.	De 17 de janeiro a 15 de fevereiro de 2023
	Março das Mulheres: Múltiplas formas de Ser Mulher: Encorajamento e ousadia.	De 07 a 31 de março de 2023
	Semana da visibilidade Lésbica	28 a 31 de setembro de 2023

	Semana da visibilidade Trans	De 23 a 30 de janeiro de 2024
	Semana de Luta contra a LBGTFOBIA	De 19 a 22 de setembro de 2023
	Semana das mulheres	De 04 a 08 de março de 2024
Oficinas	Oficina de arte Papelão: Diversidade por onde andas meu amor	19 de junho de 2021
	Oficina com artistas da SUCULT, para criação do mapa cultural na Lei Aldir Blanc	19 de agosto de 2021
	Autoestima com Arte	29 de outubro de 2021
	Terapia Ocupacional	14 de maio de 2022
	LGBTQIAPN+: Como podemos te ajudar a empreender? E vender?	23 a 24 de agosto de 2022
	Laboratório Bixordia: Arte-educação e A(R)tivismo LGBTIA+, e o combate à LBGTFOBIA	06 de setembro de 2022
	Workshop: Seu voto tem poder! Vote com orgulho. Kátia Tapety, 1ª travesti eleita vereadora e vice-prefeita de Colônia-PI.	09 de setembro de 2022

	Transfobia e Suicídio	29 de setembro de 2022
	Produção de alimentos, para Pessoas Trans (Binárias e não-binárias) e Travestis.	23 de janeiro de 2023
	Oficina Miçangas e Bijuterias para Mulheres LBTs	10 de março de 2023
	Oficina Como conhecer e denunciar a LGBTFOBIA	03 de maio de 2023
	Oficina: Redução de danos “Sexo e drogas”.	06 de julho de 2023
	Oficina: Empregabilidade LGBTQ+	12 de julho de 2023
	Oficina Inclusão Digital	26 de julho de 2023
	Oficina: Violência de Gênero	23 de agosto de 2023
	Aulas de Teatro	Início 26 de setembro de 2023
	Oficina Sabão Ecológico para a População LGBTQ+	09 de outubro de 2023
	Oficina: Combate ao racismo e Produção da boneca Abayomi.	23 de novembro de 2023

	Oficina de formação artística: Transmutação e Escrivivências.	24 a 26 novembro de 2024
	Workshop: Currículo vencedor	13 de novembro de 2024
Palestras	Web-palestra: Impactos da violência doméstica e familiar de Gênero na saúde mental das mulheres: mitos e estereótipos.	23 de novembro de 2021
	Inclusão digital	26 de novembro de 2021
	Inclusão Digital no Vapt Vupt	03 de dezembro de 2021
	Conhecendo os serviços de proteção social.	08 de abril de 2022
	Cuidados com a pele e tratamento de câncer de pele	18 de setembro de 2024
Cursos Profissionalizantes.	Informática Básica (UNIJUAZEIRO)	Início 05 de fevereiro de 2022
	Operador de Caixa para LGBTQIAP+	De 14 de março a 15 de junho de 2022
	Inglês para viagens (NUCLIN-URCA)	Início 2 de Março 2022
	Curso de manicure	Início 19 de maio de 2022
	Curso Profissionalizante: Operador de Computador (Pessoas Trans (Binárias e não-binárias) e Travestis.	Início 30 de janeiro de 2023

	Curso Profissionalizante de Maquiagem para LGBTQIAPN+	02de maio de 2023
	Curso Profissionalizante de Recepcionista	08 de março de 2024
	Curso Profissionalizante Bases da Cozinha (Parceria SENAC, programa Gratuidade)	Início em maio de 2024
	Curso Profissionalizante Cozinha Regional. (Parceria SENAC, programa Gratuidade)	Início em maio de 2024
	Curso Profissionalizante de Maquiagem	Início 23 de maio de 2024

ANEXO B
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr.(a).

Eu, Erinaldo Gualberto da Silva, portador do RG: 99099035021, SSP/CE, estudante do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA, estou realizando a pesquisa intitulada **CASA DA DIVERSIDADE CRISTIANE LIMA: PRÁTICAS EDUCATIVAS COM TRANSEXUAIS E TRAVESTIS EM JUAZEIRO DO NORTE-CE**, que tem como Objetivo Geral: Compreender as práticas educativas desenvolvidas pela Casa da Diversidade Cristiane Lima, dedicadas às transexuais e travestis na cidade de Juazeiro do Norte-CE., e específicos: Analisar o processo de construção da Casa da Diversidade Cristiane Lima de Juazeiro do Norte, suas propostas e seus públicos; Analisar as narrativas e os modos de subjetivação e construção corporal de Travestis e mulheres Transexuais atendidos pela Casa da Diversidade Cristiane Lima; Compreender as práticas educativas e os processos de acolhimento vivenciados na casa da Diversidade em Juazeiro do Norte; e Propor um caderno de orientações para instituições não escolares sobre a população de mulheres transexuais e travestis.

Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: Entrevista Semiestruturada com mulheres Transexuais e Travestis, Análise dos dados coletados e apresentação dos resultados.

Por essa razão, a convidamos a participar da pesquisa. Sua participação consistirá em responder a uma entrevista semiestruturada, de forma livre e aberta, sem que suas respostas sejam julgadas, ficando livre para responder ou não ao que foi perguntado, caso sinta-se desconfortável com algum dos questionamentos, ou simplesmente não queira responder. Os procedimentos utilizados serão a entrevista com perguntas abertas, cujas respostas serão gravadas e posteriormente transcritas.

O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo, como traz a Resolução CNS 466/2012, que diz: “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados”, e neste caso o risco está no que se refere

ao acesso a memórias e histórias que possam lhe provocar emoções e/ou constrangimento a partir dessa rememoração. Diante disso me comprometo em reduzir tais risco, construindo um ambiente acolhedor e livre de toda sorte de preconceito e/ou julgamento, e através da escuta atenta às histórias e memórias narradas. As entrevistas serão individuais e agendadas previamente de acordo com a disponibilidade da entrevistada, e em local seguro por ela assentido.

Apesar de todo esse cuidado, em caso de necessidade, havendo algum dano psicológico em decorrência da Pesquisa, a Participante será encaminhada por mim ao Serviço de Psicologia ofertada na Casa da Diversidade Cristiane Lima. Caso o dano seja em outra seara, me comprometo em encaminhar, por meio da rede de apoio construída pela Casa da Diversidade, e se necessário for, acompanhar a Participante nos serviços públicos alvo da demanda que se apresente.

Ressalto ainda que os dados pessoais fornecidos nesta pesquisa serão resguardados, não sendo divulgados em nenhuma das etapas da pesquisa.

Os benefícios esperados com este estudo são no sentido de compreender a Casa da Diversidade Cristiane Lima como Patrimônio Cultural da Comunidade LGBTQIA+, bem como entender os processos educativos por ela desenvolvidos, e ainda compreender as histórias de vida das mulheres Trans e Travestis atendidas na casa como forma de construir uma narrativa de respeito e visibilidade dessas histórias.

Toda informação que a Senhora me fornecer será utilizada somente para esta pesquisa. **As RESPOSTAS, assim como os DADOS PESSOAIS, serão confidenciais e seu nome não aparecerá em (QUESTIONÁRIOS, FITAS GRAVADAS)**, inclusive quando os resultados forem apresentados.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado a ENTREVISTA. Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar Erinaldo Gualberto da Silva no telefone (88) 99729-4230, E-mail: erinsmjua@hotmail.com, nos seguintes horários: das 8:00 h às 21:00 h, de Segunda a Sexta-Feira.

Caso deseje ainda obter mais informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos da pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Estando de acordo em participar da pesquisa, deve preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido que se segue, recebendo uma cópia do mesmo. _____

Local e data

Assinatura do Pesquisador.

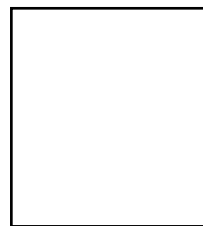
TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu _____, portador (a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF) número _____, declaro que, após leitura minuciosa do TCLE, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores.

Ciente dos serviços e procedimentos aos quais serei submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente da pesquisa **CASA DA DIVERSIDADE CRISTIANE LIMA: PRÁTICAS EDUCATIVAS COM TRANSEXUAIS E TRAVESTIS EM JUAZEIRO DO NORTE-CE**, assinando o presente documento em duas vias de igual teor e valor.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador

ANEXO C

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO- PMPED
PESQUISADOR RESPONSÁVEL: ERINALDO GUALBERTO DA SILVA

TÍTULO DO PROJETO: CASA DA DIVERSIDADE CRISTIANE LIMA:
PRÁTICAS EDUCATIVAS COM TRANSEXUAIS E TRAVESTIS EM JUAZEIRO
DO NORTE-CE

ROTEIRO DE ENTREVISTA (MULHERES TRANS/TRAVESTIS)

Data da entrevista: _____

Local da entrevista e horário: _____

Nome do entrevistador: _____

Prezada(o) Colaborador(a), estamos muito gratos em contar com sua disponibilidade para esta pesquisa. Todos os dados informados por você serão mantidos em confidencialidade e nós não faremos qualquer julgamento de valor diante de suas respostas. Você poderá se recusar a responder questões que lhe causem algum desconforto, constrangimento ou algo que não lhe seja conveniente responder no momento desta entrevista. Nosso entrevistador não insistirá caso você decida por não responder a alguma das questões.

Entrevista Nº _____

Idade _____

Profissão _____

Estado Civil _____

Cor _____

Nível de Escolaridade _____

Condição Socioeconômica (Baixa renda, classe média, Média-alta...)

Possui alguma crença ou religião?

1. Você poderia me falar um pouco sobre o seu dia-a-dia (o que costuma fazer, o que gosta...).
2. O que significa sexualidade e diversidade de gênero pra você?
3. Você se identifica como, homossexual, heterossexual, bissexual ou alguma outra forma de sexualidade? Com qual Gênero se identifica?
4. Me fala sobre a relação com sua família.
5. Me fala como foi pra você assumir sua identidade de gênero?
6. Você poderia falar como se deu o seu processo de transição, de mudança do corpo, e o que ele representa para você.
7. Você poderia me contar um pouco sobre sua trajetória escolar, e o que a educação representa para você?
8. Qual a sua relação com a Casa da Diversidade Cristiane Lima?
9. Como você teve acesso à Casa?
10. Quais os processos educativos que você participa ou já participou na Casa?
11. Quais efeitos você percebe em sua vida a partir das atividades que você participa na Casa da Diversidade?
12. Na sua opinião de que forma as pessoas e as instituições devem tratar você enquanto Mulher Transexual/Travesti? Qual conhecimento é necessário para isso?

Existe algum comentário que você gostaria de fazer sobre essa pesquisa, ou algo que não perguntamos, mas você acredita ser importante e não foi contemplado?

ANEXO D

UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CASA DA DIVERSIDADE CRISTIANE LIMA: PRÁTICAS EDUCATIVAS COM TRANSEXUAIS E TRAVESTIS EM JUAZEIRO DO NORTE-CE

Pesquisador: ERINALDO GUALBERTO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 78411824.8.0000.5055

Instituição Proponente: Universidade Regional do Cariri - URCA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.774.501

Apresentação do Projeto:

O presente Projeto nasce das inquietações de pesquisa provocadas no Mestrado Profissional em Educação da URCA, e tem como objetivo principal Compreender as práticas educativas desenvolvidas pela Casa da Diversidade Cristiane Lima, dedicadas às transexuais e travestis na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Serão realizadas entrevistas Semiestruturadas com 10 mulheres Trans e Travestis que são assistidas e que participam das atividades desenvolvidas pela casa. Utilizaremos como ferramenta teórico-metodológica a História Oral de vida, pois como lembra Alessandro Portelli (1996), ela é a arte da escuta, que toma o passado como assunto, e que se baseia na troca de olhares, no Diálogo; na Memória; na relação entre a História e as histórias; e na relação entre a fala da fonte e a escrita do historiador. Pretende-se assim trabalhar numa perspectiva da história do tempo presente, na medida em que o que é evocada na memória das entrevistadas apesar de trazerem situações já vividas, passadas, tais narrativas recebem influência do presente e de toda a construção, vivências e experiências trazidas pelo narrador.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as práticas educativas desenvolvidas pela Casa da Diversidade Cristiane Lima, dedicadas às transexuais e travestis na cidade de Juazeiro do Norte-CE.

Endereço: Rua Cel. Antônio Lutz, nº 1068

Bairro: Pimenta

CEP: 63.105-000

UF: CE

Município: CRATO

Telefone: (88)3102-1212

Fax: (88)3102-1291

E-mail: cep@urca.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA



Continuação do Parecer: 6.774.501

Objetivo Secundário:

Analisar o processo de construção da Casa da Diversidade Cristiane Lima de Juazeiro do Norte, suas propostas e seus públicos;

Analisar as narrativas e os modos de subjetivação e construção corporal de Travestis e mulheres Transexuais atendidos pela Casa da Diversidade Cristiane Lima;

Compreender as práticas educativas e os processos de acolhimento vivenciados na casa da Diversidade em Juazeiro do Norte;

Propor um caderno de orientações para instituições não escolares sobre a população de mulheres transexuais e travestis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O tipo de procedimento realizado por esta pesquisa apresenta um risco mínimo, como traz a Resolução CNS 466/2012, que diz: "Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados", e neste caso o risco está no que se refere ao acesso a memórias e histórias que possam lhe provocar emoções e/ou constrangimento a partir dessa rememoração. Diante disso me comprometo em reduzir tais riscos, construindo um ambiente acolhedor e livre de toda sorte de preconceito e/ou julgamento, e através da escuta atenta às histórias e memórias narradas. As entrevistas serão individuais e agendadas previamente de acordo com a disponibilidade da entrevistada, e em local seguro por ela assentido. Além disso, a pesquisa também será submetida ao Conselho de Ética e Pesquisa da Universidade Regional - URCA, afim de minimizar ainda mais os potenciais riscos por ela gerados.

Benefícios:

Este trabalho objetiva levantar o debate sobre as histórias e memórias das mulheres Travestis e Transexuais em Juazeiro do Norte, e os processos educacionais por elas vivenciados na Casa da Diversidade Cristiane Lima. Pretendemos, portanto, criar mecanismos, dá subsídios, que possibilitem aos sujeitos e instituições condições de conhecer, e mais que isso, incorporar, a partir da problematização, debate e partilha desse conhecimento, transformações nas formas de ver e refletir sobre a sociedade, os sujeitos e a vida, de modo mais particular das mulheres Transexuais e Travestis, construindo um saber e um fazer que tem em suas bases a luta por respeito, dignidade, liberdade e iguais condições de existência.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Ética e relevante.

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1068		CEP: 63.105-000
Bairro: Pimenta		
UF: CE	Município: CRATO	
Telefone: (88)3102-1212	Fax: (88)3102-1291	E-mail: cep@urca.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA



Continuação do Parecer: 6.774.501

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1) Folha de rosto apresentada e adequada.
- 2) Orçamento apresentado e adequado.
- 3) Anuência apresentada e adequada.
- 4) Projeto completo ou brochura: apresentado e adequado.
- 5) Cronograma (detalhado): apresentado e adequado
- 6) TCLE apresentado adequado
- 7) Instrumento apresentado e adequado.

Recomendações:

Vide campo Conclusões.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram solucionadas pelo pesquisador, não restando nenhum óbice que impeça o início da coleta dos dados.

Enviar o relatório final para a Plataforma Brasil após a conclusão da pesquisa, conforme Cap. VI, Art. 28, Resolução 510/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2275400.pdf	02/04/2024 21:12:09		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONCENTIMENTO_LIVRE_Revisado.pdf	02/04/2024 21:09:06	ERINALDO GUALBERTO DA SILVA	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	14/03/2024 15:34:47	ERINALDO GUALBERTO DA SILVA	Aceito
Brochura Pesquisa	Projeto_CEP.pdf	14/03/2024 15:31:27	ERINALDO GUALBERTO DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_Apresentacao_ao_CEP.pdf	14/03/2024 15:30:42	ERINALDO GUALBERTO DA SILVA	Aceito

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1068

Bairro: Pimenta

CEP: 63.105-000

UF: CE

Município: GRATO

Telefone: (88)3102-1212

Fax: (88)3102-1291

E-mail: cep@urca.br

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA**



Continuação do Parecer: 6.774.501

Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	14/03/2024 15:23:14	ERINALDO GUALBERTO DA SILVA	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_concordancia.pdf	08/03/2024 10:39:20	ERINALDO GUALBERTO DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	07/03/2024 17:08:01	ERINALDO GUALBERTO DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRATO, 18 de Abril de 2024

Assinado por:
CRISTIANE RODRIGUES VIEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1068
Bairro: Pimenta **CEP:** 63.105-000
UF: CE **Município:** CRATO
Telefone: (88)3102-1212 **Fax:** (88)3102-1291 **E-mail:** cep@urca.br